

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

**O Patronato Agrícola Visconde da Graça em
Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**

Magda de Abreu Vicente

Pelotas, 2010

Magda de Abreu Vicente

**O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS
(1923-1934): gênese e práticas educativas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Giana Lange do Amaral

Pelotas, abril de 2010.

Banca Examinadora:

Elomar A. Callegaro Tambara

Flávia Obino Corrêa Werle

Giana Lange do Amaral

Mauro A. Burkert Del Pino

DEDICATÓRIA

**À minha mãe Reni, que não teve oportunidade de estudar, mas acreditou,
incentivou e oportunizou os meus estudos.**

Ao meu pai Adalor, *in memoriam*.

**A todos aqueles que já viveram em um ambiente de internato,
principalmente aos alunos do Patronato Agrícola Visconde da Graça, por
enfrentarem o árduo trabalho e ofício que lhes era destinado**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à família Hirdes e Bica por acreditar no meu potencial e influenciar a minha entrada no curso de mestrado.

À professora orientadora Dr^a Giana Lange do Amaral, pela aceitação, confiança e encaminhamentos a seguir.

À minha grande amiga e “irmã” Silvinha. Por tudo, sempre.

À Cristiane Silveira dos Santos, pelo incentivo, carinho e apoio neste trabalho. Desde sua sementinha...

Às companheiras de jornada, risos, almoços, descontração, conversas e choros: Josiele e Susane.

Ao professor Adhemar Loureiro Silva Junior, pelo tempo e disposição em ajudar.

À banca de qualificação, composta pela professora Flávia Werle, Mauro Augusto Del Pino e Jorge Carvalho Nascimento, pelas dicas de caminho a seguir. Também ao professor Elomar Tâmbara pelas importantes dicas na defesa desta dissertação.

Ao Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, por me confiar a pesquisa no acervo, em especial à funcionária Fernanda Rahal Silveira.

Ao professor Leonel Antunez, pelo seu amor, carinho, dedicação e luta pelo CAVG.

À Bibliotheca Pública Pelotense, em especial à funcionária Sônia, pelo zelo com o material ali disposto e auxílio no acesso ao acervo.

Aos companheiros do CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação) da FaE/UFPEl, especialmente ao colega Itamaragiba Chaves Xavier.

À Escola Municipal de Ensino Fundamental João José de Abreu, por entender as ausências e o afastamento para o estudo.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, na linha de Filosofia e História da Educação, tem como enfoque principal a educação em Pelotas-RS no início do século XX, analisando, especificamente, uma instituição escolar: o Patronato Agrícola Visconde da Graça. A investigação foi realizada por meio de uma abordagem sócio-histórica, utilizando a análise documental, cujas principais fontes foram os Relatórios Anuais e Fichas dos Alunos da Instituição, o jornal pelotense Diário Popular, o Almanaque de Pelotas, o Almanaque Correio do Povo (da cidade de Porto Alegre/RS) e as Leis e Decretos do Brasil referentes aos Patronatos. Dessa forma, visa analisar a gênese, as práticas educativas e o perfil dos alunos do Patronato. O embasamento teórico levou em consideração alguns discursos sobre modernização agrícola, ensino profissional e políticas médico-higienistas, e enfatizou a educação que era destinada à população mais pobre no Brasil. Os elementos de pesquisa levaram a concluir que o Patronato de Pelotas foi uma instituição que aglutinou alunos de toda a região sul do Rio Grande do Sul. Administrou práticas educativas rígidas, voltadas ao aprendizado para o trabalho profissional agrícola e cívico. Dessa forma, muitos alunos evadiam, ou para ajudar no sustento familiar ou porque não conseguiam se adaptar às normas disciplinares. Assim, atendeu de forma precária à formação de educação profissional, mas foi e continua sendo uma Instituição que garante o estudo em regime de internato de uma ampla gama da população desta região.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Agrícola, Patronato, Órfãos e Práticas Educativas.

ABSTRACT

This research has been developed in the Program of Post-Graduation in Education of the Federal University of Pelotas, in the field of Philosophy and History of Education, and focuses on the education in the city of Pelotas-RS at the beginning of the twentieth century. It analyzes a specific educational institution: the Agricultural Patronate Visconde da Graça. The investigation was developed by means of a socio-historical approach, using documental analysis whose main sources were the institutional annual reports and students' registration forms, the local newspaper *Diário Popular*, the *Pelotas Almanac*, the *Correio do Povo Almanac* (of Porto Alegre city, the capital of the state), as well as Brazilian laws and decrees, all referring to the Patronates. This research aims to analyze the genesis, the educational practices and the profile of the Patronate students. The theoretical foundations took into consideration some discourses about agricultural modernization, professional teaching and medical-hygienist policies. The study emphasized the education offered to the poorer population in Brazil. The research findings led us to conclude that the Pelotas Patronate was an institution which gathered students from all the south region of Rio Grande do Sul. It applied severe educational practices which focused on learning for the professional, agricultural and civic work. Thus, many students evaded either in order to make a living for themselves and their families or because they could not adapt to the disciplinary rules. Therefore, it provided precariously the professional education background, although it has been and is still an institution which guarantees boarding school for a wide range of the population in the south region of Rio Grande do Sul.

Key words: Agricultural education, Patronate, Orphans, Educational Practices.

Lista de Ilustrações

FIGURA 1. FOTO DA CONSTRUÇÃO DO PAVG EM 1922. FONTE: ACERVO DO CAVG _____	62
FIGURA 2: ENTRADA DO PAVG EM 1935. FONTE: ACERVO DO CAVG__	63
FIGURA 3: ENTRADA DO CAVG EM 2009. FONTE: ACERVO PESSOAL DA AUTORA. _____	64
FIGURA 4: DORMITÓRIO DOS ALUNOS DO PATRONATO. SEM DATA. FONTE: CAVG_____	688
FIGURA 5: REFEITÓRIO EM 1933. FONTE: ACERVO CAVG _____	69
FIGURA 6: ASPECTO DE UMA SALA DE AULA DO PATRONATO, 1924. FONTE: ACERVO CAVG _____	75
FIGURA 7: OFICINA DE CARPINTARIA EM 1927. FONTE: ACERVO CAVG	78
FIGURA 8: BOSQUE DE EUCALIPTOS EM MAIO DE 1928. PLANTAÇÃO DE 1925. FONTE: ACERVO CAVG _____	80
FIGURA 9: SERVIÇO DE GRADEAÇÃO REALIZADO PELOS MENORES EM 1925. FONTE: ACERVO CAVG _____	82
FIGURA 10: PREPARO DA TERRA PELOS MENORES, 1923. FONTE: ACERVO CAVG _____	83
FIGURA 11: PRÁTICA DE LAVRA PELOS MENORES, EM 1924. FONTE: ACERVO CAVG _____	83
FIGURA 12: GINÁSTICA: ESCOTEIROS REALIZANDO PIRÂMIDE DE LEQUE NA AVENIDA DE ENTRADA DO PAVG-1927. FONTE: ACERVO CAVG	93
FIGURA 13: FORMATURA DOS ESCOTEIROS NO PATRONATO-1927. FONTE: ACERVO CAVG _____	93
FIGURA 14: EXERCÍCIOS DE GINÁSTICA NO PÁTIO DA ESCOLA, EM 1927. FONTE: ACERVO ESCOLAR_____	96
FIGURA 15: EXERCÍCIOS FÍSICOS NA PRAÇA DA REPÚBLICA EM 1925. FONTE: ACERVO ESCOLAR_____	966
FIGURA 16: BANDA DE MÚSICA CARLOS ZANITTO EM 1928. FONTE: ACERVO CAVG _____	98
FIGURA 17: BANHO NO PATRONATO EM 1934. FONTE: ACERVO CAVG	119

FIGURA 18: ESPAÇO ONDE ESTAVA GUARDADO O ACERVO ESCOLAR.
NO FINAL DE 2009 O PRÉDIO FOI DEMOLIDO. FONTE: ACERVO
PESSOAL DA AUTORA _____ 156

FIGURA 19: PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ACERVO EM 2008. PELAS
FOTOS PODE-SE PERCEBER A PRECARIEDADE DO ESPAÇO E AS
CONDIÇÕES EM QUE ESTAVA DISPOSTO. FONTE: ACERVO
PESSOAL DA AUTORA _____ 157

FIGURA 20: ORGANIZANDO O ACERVO DO PAVG NO INVERNO DE 2008
_____ 157

Lista de Tabelas

TABELA 1: TABELA DEMONSTRATIVA DA INSTALAÇÃO DOS PATRONATOS NO BRASIL _____	31
TABELA 2: TABELA DAS DIMENSÕES DOS PRÉDIOS DO PATRONATO EM 1923 _____	67
TABELA 3: RELAÇÃO DE ÓRFÃOS SEGUNDO MORTALIDADE DE PAI, MÃE OU AMBOS _____	123
TABELA 4: ORIGEM DOS ALUNOS SEGUNDO AS ZONAS E CIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL _____	126

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
1 O ENSINO AGRÍCOLA E A CRIAÇÃO DOS PATRONATOS	
AOS POBRES UMA POBRE EDUCAÇÃO	28
1.1 O ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL	28
1.2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DESTINADA ÀS CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS	43
2 A GÊNESE DO PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA	59
2.1 A INAUGURAÇÃO DO PATRONATO E SEUS DIRETORES.....	66
3. PRÁTICAS EDUCATIVAS:	
ENSINO PRIMÁRIO PROFISSIONAL E CÍVICO.....	73
3.1 ENSINO PROFISSIONAL	73
3.2 ENSINO CÍVICO	87
4. ASSISTÊNCIA MÉDICA E PEDAGÓGICA	99
4.1 SANEAMENTO BÁSICO NO PAVG	
ESGOTOS, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ILUMINAÇÃO	118
5 O PERFIL DOS ALUNOS DO PAVG	122
ELEMENTOS CONCLUSIVOS.....	134
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXO 1	
RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E CARGOS EXERCIDOS.....	152
ANEXO 2	
PASSEIOS E EXCURSÕES FEITOS PELOS ALUNOS	154
ANEXO 3	
FOTOS DA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DO PATRONATO.....	156

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é pesquisar o Patronato Agrícola Visconde da Graça, desde o período de sua criação, em 1923 (Decreto de Nº 15.102, de 09/11/1921) até 1934, quando passa a ser denominado Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul, sob o Decreto de Nº 24.115, de 12 de abril de 1934.

Dessa forma, são analisados os motivos que levaram à instalação dessa Instituição de ensino na cidade de Pelotas, buscando entender os fatores educacionais e ideológicos estabelecidos no período inicial da República, relacionando-os com as necessidades locais. Pretende-se também compreender as práticas educativas a que se destinava esta Instituição, abordando as questões referentes ao ensino agrícola e à disciplina instalada no Patronato, bem como os objetivos de formação dos alunos.

As fontes utilizadas para fazer esta pesquisa foram os documentos escolares (fichas dos alunos e relatórios anuais), o jornal pelotense Diário Popular, o Almanaque de Pelotas e o Almanaque do Correio do Povo, da cidade de Porto Alegre. Também foram analisadas algumas Leis e Decretos do Brasil, correspondentes ao estabelecimento e criação do Patronato.

No Brasil, os Patronatos foram criados no início da República, objetivando receber alunos oriundos da zona rural e da zona urbana. Aos que vinham da zona rural a principal intenção era a conformação da força de trabalho, ou seja, adequá-los às necessidades de mão-de-obra do momento. E àqueles da zona urbana, essas instituições objetivavam orientar e enquadrar os *órfãos e desvalidos da sorte*, tendo em vista moldá-los à sociedade burguesa, de modo a que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também não atrapalhassem a nova orientação trabalhista que, no início da República, tem por base a mão-de-obra livre.

De acordo com Oliveira (2003), o estabelecimento dos Patronatos resultava da preocupação com a inserção da infância pobre no mercado de trabalho. Portanto, enquadrar aqueles que estavam fora do mercado de trabalho também era uma forma de ajustá-los às necessidades trabalhistas da época em questão.

Nessa instituição os alunos eram recebidos para serem iniciados nos estudos e nela se instalavam desde a infância, numa oscilação de idade dos 8 até os 15 anos, permanecendo na Escola em regime de internato até o máximo de 8 anos.

É preciso ressaltar que o interesse por este estudo provém da minha ligação com este objeto de pesquisa. Fui estudante e interna neste Colégio, já em fins do século XX, entre os anos de 1995 até 1997.

Segundo Andrade (2004, p. 29):

Já não dirão que estou resignado e perdi os melhores dias. Dentro de mim, bem no fundo, há reservas colossais de tempo, futuro, pós-futuro, pretérito, há domingos, regatas, procissões, há mitos proletários, condutos subterrâneos, janelas em febre, massas de água salgada, meditação e sarcasmo.

Essas “reservas colossais do tempo” viajam dentro de mim submersas em rios do interior do RS: Encruzilhada do Sul, cidade pequena e interiorana, de onde vim aos 14 anos para o mundo da cidade grande, para o mundo do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça¹.

Passar o ano como interna no CAVG suscita as melhores lembranças e também as mais sofridas. São verões, invernos, primaveras e outonos longe da família e perdida em meio à cidade grande em busca de um futuro melhor e de uma aventura cidadina. É junto aos plátanos dos corredores desse Colégio que os dias amanheciam cheios de vida, as estações mudavam conforme as folhas que iam caindo, avermelhando, renovando-se, até completarem todo o seu ciclo e voltarem a ser as mesmas novamente, porém jamais se repetindo. A estação mais característica pode ser definida pelas palavras de Nei Lisboa “mas tem o outono uma luz, que acaricia essa beleza cor de giz”. Esse outono *cavegense* mudava entre cor de giz e o marrom avermelhado das folhas

¹ Para simplificar a leitura e a escrita passarei a utilizar as siglas CAVG e PAVG. Leia-se Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça e Patronato Agrícola Visconde da Graça.

desses plátanos que mexiam e encantavam o imaginário daqueles que por lá passaram nesses anos todos de sua existência, de história pouco conhecida. E como historiadora, resolvi compreender aspectos de sua história inicial.

Um dos objetivos das pesquisas em História da Educação é “guardar” memórias que porventura venham a se perder. Para Nora (1993), as memórias já não mais existem. Desde o apogeu da sociedade industrial se perdeu o sentido de memória como construção coletiva que se perpetuava através da tradição dos povos e da transmissão de valores. O que temos agora são lugares de memória criados pela história. Pensando assim, guardamos o que queremos transportar como história. Obviamente que esse querer possui um valor de caráter histórico, pois essa pesquisa se constitui com rigor científico e critérios rígidos, o que nos faz apostar que “guardando” e analisando as fontes deixadas pelas instituições escolares estaremos também contribuindo com mais um lugar de memória.

Não raro encontramos as fontes de pesquisa jogadas e mal guardadas dentro do ambiente escolar. No entanto, elas constituem material riquíssimo para o historiador. Hoje a História da Educação tem, progressivamente, se ocupado desses materiais para suas pesquisas. Porém, muitas vezes a Escola considera os documentos como materiais inúteis, como um estorvo.

Contudo, reconstruir facetas da história do PAVG traz à luz acontecimentos e fatos que identificam e caracterizam a própria instituição, resultando no que ela vem a ser hoje.

Através de conversas dentro do ambiente escolar se percebe que muitos professores e funcionários — mesmo os mais antigos, desconhecem ou divergem sobre a história do Patronato. O excesso de disciplina, o trabalho e a ordem é um *lugar da história* que parece ser consenso no ambiente do PAVG, no entanto, no que se refere àqueles que por lá passaram, nota-se que esse passado não está esclarecido para essa comunidade escolar. Colaborar para o entendimento de parte da história desse período é também uma maneira de esclarecer fatos ainda obscuros, ou seja, aquilo que muitos que passaram pela escola tentam esquecer ou relembrar.

É importante justificar que pesquisar essa Instituição, especificamente com a orientação e o enfoque nos alunos, é um estudo que ainda não foi feito e que necessita de mais olhares, pois “o conhecimento sobre os patronatos

agrícolas é limitado e pouco contribui para o entendimento do seu perfil”. (OLIVEIRA, 2003, p. 18).

Entrar no Patronato com o olhar de pesquisadora e vasculhar arquivos de uma instituição escolar que ainda mantém seu caráter formativo e corretivo, mesmo que com outra moldura, faz com que se pense a história a partir de outro viés, hoje incipiente e ainda pouco explorado. As correntes historiográficas desde o positivismo, o marxismo até a história cultural fazem com que se tenham fortes aliados que contribuem para as respostas que procuramos nas pesquisas históricas.

Nesse sentido, busca-se expor as necessidades e também as possíveis contribuições que o PAVG trouxe àqueles que viveram o seu cotidiano de infância em um internato. A concepção de infância é fortemente marcada por ideais. Segundo Gondra (2004), tal definição, tanto para crianças pobres quanto ricas, traz ideais que foram criados a partir das concepções higienistas construídas desde o século XIV até o século XIX, que se aprofundaram, prolongando-se pelo século XX. Esses ideais possibilitam um olhar sobre a infância de forma linear, não levando em conta que ela está marcada por várias formas de viver e absorver o mundo. Tais ideais tornaram a infância homogênea e não atentaram para o fato de que esse processo dá-se de diferentes maneiras, de acordo com o contexto no qual as crianças estão inseridas.

Com os mesmos 7 anos de idade há, por exemplo, crianças na rua, sem-teto, sem-terra, abrigadas em instituições de caridade, em lares sem pai, sem mãe, sem família nuclear, sem cuidados, submetidas as mais variadas formas de violência e de privação. E há ao mesmo tempo, crianças bem-alimentadas, bem-vestidas, protegidas, atendidas, consumidoras, integrantes e beneficiárias de uma rede de serviços de saúde, educação e lazer (GONDRA, 2004, p.14).

No Patronato essa apropriação da infância é constituída de forma marcante e, talvez para alguns, de forma sórdida.

Lançar-se ao passeio pela infância dentro dos muros, grades e *formações militares* de uma escola agrícola não era tarefa fácil. Crescer e viver no mundo longe da família, quando havia família, fazia parte da desestruturação e ao mesmo tempo, estruturação dessa infância nada homogênea, desestruturada porque o que se vê e se constata são meninos,

em sua maioria órfãos de pai, de mãe ou de ambos, e estruturada na medida em que o Patronato também contribuiu, dentro dos limites institucionais, no preparo de mão-de-obra e funcionou, efetivamente, como a possibilidade de moradia, de alimentação e de inserção social dos egressos através dos estudos e aprendizagem lá desenvolvidos. A intenção desta pesquisa ou do olhar historiográfico sobre ela é demonstrar facetas das práticas educativas direcionadas aos meninos estudantes do Patronato.

As fontes estão disponíveis e são diversas, podendo se perder se continuarem pouco preservadas e muitas vezes esquecidas nos arquivos, quando não são queimadas e jogadas fora pelo pouco valor que lhes dão ou pela ineficiência em formar gestores escolares que se preocupem em cuidar do acervo da escola.

Assim, pretende-se retornar àqueles que lá viveram, aos seus familiares e à própria instituição escolar, mostrando e tornando público esse “mundo do Patronato e do trabalho”.

Os arquivos escolares, na maioria das vezes não são espaços de preservação dentro do ambiente escolar. Porém, a própria maneira como eles se encontram reflete a organização e o envolvimento que a instituição tem com sua própria história. Segundo Magalhães (1999, p. 70),

O arquivo, tal como se encontra organizado, quando o investigador inicia a seu trabalho, constitui uma informação multidimensional e uma representação muito aproximada da evolução, do sentido que a instituição empresta a seu cotidiano e ao seu destino. O arquivo é uma imagem complexa, mas muito sugestiva, capaz de fornecer ao investigador percepção que constitui uma iluminação sobre a realidade a historiar e sobre o processo epistêmico para o fazer.

O caminho desta pesquisa foi percorrido através do contato com as diversas fontes coletadas. O encontro com os documentos foi algo prazeroso e ao mesmo tempo cansativo, pois o acervo da Escola não estava organizado, o que fez com que as novidades viessem surgindo da maneira mais inusitada — através da necessidade de organizar o acervo presente no *arquivo morto* da Escola e da proposta de que eu auxiliasse nessa empreitada. Lá encontrei uma sala escura e úmida com documentos atirados e jogados ao lume do tempo. Passei então à organização desse acervo, onde encontrei materiais que identificavam aspectos da cultura escolar tais como tinteiros, carimbos antigos,

uniformes da banda escolar, faixas, livros de correspondências, atas de reuniões, todo tipo de documentação referente à administração, tanto de funcionários como de professores, livros de entrada e saída de produtos comprados e vendidos e também muitas notas fiscais, além de importantes relatórios anuais e correspondências expedidas.

O principal objetivo de pesquisa nesse acervo foi o de conseguir identificar e representar, da maneira mais próxima do real, aspectos da educação daqueles que ali viveram. Como afirma Pesavento (2005), o historiador faz apenas uma representação daquilo que pesquisa, pois jamais poderá demonstrar o passado tal qual ele foi, e mesmo assim eliminando qualquer disputa entre o real e o não real, pois a “representação substitui à realidade que representa” mostrando um mundo que recorre ao anterior da maneira mais coesa possível e que o torna verdadeiro na medida em que produz conhecimento e legitimidade sobre o social. A autora ressalta que “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2005, p. 39).

Obviamente, nem o uso da máscara e luvas puderam conter minha alergia ao pó e à umidade de tamanho acervo, o que no entanto não diminuiu minha vontade de pesquisar sobre tudo que apareceria, mas o limite de tempo imposto a uma pesquisa de mestrado fez-me voltar à realidade, percebendo a necessidade de selecionar as fontes que viessem ao encontro de minhas indagações iniciais.

No anexo 3 há algumas fotos que ilustram como estava o acervo pesquisado. Infelizmente, no final do ano de 2009 o prédio onde o Acervo estava instalado foi demolido para a construção de espaços novos no CAVG. Ainda é importante dizer que alguns professores da Instituição estão empenhados em conseguir um local para destinar o acervo, pensando em organizá-lo em museu e tornar disponível seu acesso a pesquisadores, porém até agora o projeto não avançou.

Destaco que após a retirada do material do prédio demolido, esse foi colocado numa casa antes destinada aos escoteiros da escola — bastante úmida e sem as mínimas condições de manutenção do material. Consegui acompanhar esse processo, contribuindo minimamente para que a transferência mantivesse um pouco da organização que antes eu havia feito

junto com um bolsista de uma das professoras da Instituição, empenhada em manter o acervo.

Neste estudo, uma importante fonte pesquisada foram os Arquivos da Unidade Especial de Atendimento Escolar (UEAE), antigo Setor Escolar. Esse arquivo está localizado no CAVG, porém organizado separadamente do restante do material coletado do acervo que foi por mim organizado.

Nele constam as fichas dos alunos que passaram pela Escola no período estudado. Nessas fichas há informações referentes aos seus exames e médias, às sabatinas, aos seus indicadores sociais como tipo físico do aluno, filiação, naturalidade e nível de conhecimento; também constam ofícios enviados pelo juiz distrital de órfãos, pois todos eram menores, ficha comportamental; exames médicos e alguns documentos extras que não constam em todas as fichas, como é o caso de algumas correspondências entre familiares e direção escolar.

As fichas dos alunos estavam organizadas em arquivos, todos em ótimo estado de organização e conservação no UEAE. Dentro desses arquivos foram retiradas as fichas daqueles alunos que entraram e saíram da escola durante os 11 anos pesquisados: 1923 até 1934. Assim, totalizaram 254 fichas de alunos. Em cada arquivo havia uma média de 3 fichas. Quando se chegou à abertura do arquivo de número 106 foram raras as fichas referentes ao período de interesse desta pesquisa. Dessa forma, a amostragem foi finalizada totalizando o número antes citado.

É importante ressaltar que não me foi possível tirar cópias de tais documentos. Apesar de ser ex-aluna e da Escola ter disponibilizado o acervo para meu acesso, as fichas dos alunos constam como único acervo que o Ministério Público da União (MPU) exige que sejam mantidas. Por isso o material encontra-se bem organizado e conservado, porém com esse empecilho, pois em reunião do Conselho Escolar me foi negado fotocopiar tais documentos, pela alegação de ser esta uma orientação do MPU que não pode ser infringida. Portanto, todas as fichas foram por mim copiadas e os nomes dos alunos foram substituídos pelas suas iniciais, a fim de que seja mantido sigilo com relação à sua identidade, preservando assim a história daqueles alunos.

Quanto à constituição e organização dessas fichas, quando o aluno saía da escola, entrava outro que iria possuir o seu número. Abrindo os arquivos, identifiquei os alunos referentes ao ano de meu recorte e recolhi seus dados. Os primeiros alunos da escola receberam os primeiros números. Geralmente estavam arquivadas 3 fichas em cada arquivo, pois os alunos que entravam para a escola nesse período ficavam por volta de 1 até 8 anos, prevalecendo o tempo de 3 anos, e saíam somente no caso de serem retirados pelos pais, com autorização do juiz ou do juiz de órfãos, dentre outros casos mais raros. Nesse arquivo descobri a origem desses alunos, traçando gráficos que expressaram o seu perfil, identificando a idade em que entraram e saíram da escola, a sua naturalidade, o perfil étnico e educacional. Essas informações foram importantes para entender as práticas educativas e relacioná-las com os discursos sobre modernização agrícola, moralização da infância e higiene escolar.

Ainda sobre o trabalho com relatórios e fontes produzidas por aqueles que detinham o poder sobre a escrita do que era produzido, Mendonça (1997, p. 138) dá-nos uma importante percepção:

Estou consciente de estar lidando com um material de pesquisa bastante peculiar, cujos conteúdos apresentam-se sob o ambíguo registro de uma totalidade discursiva, enunciadora, simultaneamente, de teorias e práticas, o que lhe confere o caráter de um *gênero* propriamente dito, haja vista tratar-se de falas produzidas por agente ocupantes de uma mesma posição e destinadas a um mesmo tipo de interlocutores diretos, os mandatários do poder. Graças a este aspecto, os limites inerentes a toda espécie de documentação oficial decorrem das dificuldades enfrentadas pelos administradores, transformando-se, no mais das vezes, em prestações de contas a seus sucessores e, justo por isso, não muito fiéis à realidade transmitida. O cunho laudatório da fonte e seus conteúdos presta-se, em conseqüência, ao mascaramento e/ou distorção dos dados, dificultando-o o trabalho do pesquisador, conquanto não impossibilitando-o.

Os relatórios e fichas também foram produzidos de forma padronizada dentro da instituição, porém, no mesmo sentido da assertiva da autora, temos ciência de que a repetição das informações, ideias e argumentos acabam construindo um *corpo discursivo*, convertendo-se num *padrão explicativo da realidade*. Assim, por serem documentos que se repetem perpassando o

tempo e as visões diferenciadas dos que os produzem, há um material que nos permite confiar e certificar a realidade, de acordo com os seus proponentes.

Essa foi, portanto, uma fonte fundamental para essa pesquisa. Com ela, busquei identificar qual o perfil dos alunos que entravam para essa Escola e a partir desse perfil entender as necessidades agrícolas, educacionais e sociais da região de Pelotas.

Além dos arquivos do Setor Escolar também foram analisados os Relatórios Anuais. Eles estavam dispostos no material que organizei dentro do CAVG.

Eles eram enviados pelos diferentes Diretores do Patronato Agrícola Visconde da Graça aos órgãos que foram responsáveis pela Instituição nos períodos percorridos por essa pesquisa. Assim, se percebem algumas peculiaridades. Os relatórios geralmente eram padronizados, ou seja, todas as pessoas que exerciam cargos relevantes dentro da instituição, ao final do ano faziam o seu relatório, compondo o todo desse documento.

Assim, eles mantinham certo grau de organização:

- Assistência Médica e Odontológica, escrito pelo médico responsável;
- Mapa demonstrativo da matrícula dos menores;
- Mapa demonstrativo do desligamento dos menores;
- Biblioteca;
- Museu;
- Educação Física
- Excursões;
- Ensino Profissional;
- Almojarifado;
- Vigilância dos educandos;
- Edifícios e instalações.

A partir dessas informações conseguiu-se compreender muito do que era publicado nos jornais locais. Esses relatórios foram fundamentais para entender as práticas educativas apresentadas neste estudo sendo, portanto, uma importante fonte de pesquisa.

A escolha de uma fonte não se deu em detrimento da outra, pois elas são complementares, a fim de que se possa atenuar a difícil tarefa de quem pesquisa.

O jornal pesquisado foi o “Diário Popular”, vinculado ao partido republicano Rio-Grandense. Sua análise tem por objetivo entender os discursos que fundamentavam a criação do Patronato em Pelotas, perpassando também o espaço midiático anterior à criação do mesmo até sua inauguração, portanto foram examinadas edições do jornal de 1920 até 1934.

Do ano de 1923 também foram pesquisados os jornais “O Rebate”, órgão que se autodenominava independente, e “Opinião Pública”, auto-intitulado órgão de interesses gerais, porém contrários ao Diário Popular.

É importante ressaltar que os impressos possuem características gerais e diferem conforme sua destinação: jornais, revistas, almanaques, obras literárias etc. Desde a chamada História dos Anales, com evidência nas relações cotidianas e mesmo nas relações de poder, outro valor foi dado para a análise deste tipo de fonte, pois elas possuem, no geral, características que as distinguem e as identificam.

Como afirma Luca (2005, p. 132), “a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos”.

Conforme Bastos:

Nessa perspectiva [refere-se à imprensa como um lugar estratégico do discurso], a imprensa cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico – agindo como mediador cultural e ideológico privilegiando entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações disciplina conflitos. Como um discurso carregado de intenções, constitui verdades, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga *saberes* (grifo da autora) que homogeneizam, modelam e disciplinam seu público-leitor. (2002, p. 152).

Outra importante fonte para a descoberta do contexto de implantação dessa Escola foi o Almanaque de Pelotas organizado por Florentino Paradera, de 1913 a 1935, também vinculado ao partido republicano do Rio Grande do

Sul. O Almanaque foi escolhido por ser um documento minucioso quanto à descrição do cotidiano social, político e econômico da cidade de Pelotas.

Deve-se atentar para o fato de que tanto os jornais acima citados, como o Almanaque de Pelotas, estão disponíveis no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense. O Almanaque de Pelotas também está disponível no acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, UFPel. Nela, encontram-se as Leis e Decretos do Brasil, outra fonte consultada.

Também foi pesquisado o Almanaque do Correio do Povo, disponível para acesso na biblioteca da PUC-Porto Alegre/RS. Nesse Almanaque conseguiu-se ter acesso aos exemplares de 1919, 1920, 1921, 1923, 1924, 1930, 1931 e 1935.

As fontes iconográficas foram utilizadas e entendidas na medida em que a pesquisa foi adentrando juntamente às fontes e acervos escolares. Essas fontes serão utilizadas somente como ilustração do que é apresentado neste estudo.

É importante perceber essa pesquisa dentro de um contexto determinado. Para Certeau, o fazer historiográfico está determinado pelo meio em que é produzido. Neste sentido, encontram-se três premissas, que juntas articulam esse saber: “é a combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (CERTEAU, 1995. p. 66). Baseado nessas idéias o fazer historiográfico evoca um lugar social definido que é a instituição escolar. Essa instituição, obviamente, está determinada pela escolha do recorte dessa pesquisa, ou seja, “o dito”. Esses recortes foram influenciados pelas opções teóricas e pelo meio social em que a pesquisadora encontra-se inserida, ou seja, “a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (CERTEAU, 1995, p.74) ou pelo meio em que o pesquisador está inserido, por isso não pretende fazer a História dessa instituição, mas apenas uma delas.

Aproveito para lembrar as palavras de Sanfelice (2008, p. 15 e 16) ao abordar sobre Instituições Escolares:

O objeto singular não se explica em si mesmo, por mais que eu possa narrar amplamente as características constitutivas de sua identidade. Uma instituição singular é instituída, por exemplo, por um ou vários grupos sociais, ou por uma classe social que, freqüentando-a, levam para o seu interior um mundo já estabelecido fora dela. O mesmo acontece com o conjunto de educadores que por

ela transita. Mas não é só isso, pois as instituições escolares respondem a ordenamentos jurídicos e legais sobre os quais não tiveram poder de escolha. E há muito mais: há as políticas educacionais, há o Estado e, em última instância, há a determinação de um mundo da produção material sobre o qual as instituições e os homens se organizam e estabelecem suas conflituosas e antagônicas relações. É preciso atentar para o fato de que a instituição escolar exerce apenas uma parcela das práticas educativas que cada sociedade desenvolve. E, só se justifica o estudo histórico do objeto singular, no caso, a história das instituições escolares, se tais esforços trouxerem mais luzes para compreendermos o fenômeno educativo geral de uma sociedade historicamente determinada. Se assim não for, estudaremos o arbusto sem conseguir enxergar a floresta.

Werle (2001) destaca a importância dos estudos sobre instituições escolares no sentido de construção de identidades institucionais. Aponta as identidades, exaltando o plural dessa palavra, pois acredita que dentro do espaço escolar existem várias identidades que mudam de acordo com o momento histórico, e são construídas pelas pessoas que passam pela Escola. Essas identidades se constituem em duas dimensões: uma que se refere à materialidade da vida institucional, conceituada por Nora (1993) como espaço *guardião da memória*: acervos escolares (atas, livros de registros, correspondências, prédios, equipamentos etc.). Outra dimensão varia de acordo com as vivências dos atores escolares, aqueles que interagiram com a escola nas

vivências individuais e de grupo e nas interações desses com os limites, coações, interdições, modelos de comportamento a serem interiorizados, normas de conduta e processos formativos a que foram submetidos e que são produzidos na instituição (WERLE, 2001, p. 315).

Magalhães (1999), ao abordar sobre a identidade escolar, aponta para a sua inserção dentro de um contexto histórico.

A instituição educativa constitui, no plano histórico, como no plano pedagógico, uma *totalidade em construção e organização*, investindo-se numa identidade. Totalidade em organização, a instituição educativa apresenta uma cultura que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os actores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionamentos e às circunstâncias (MAGALHÃES, 1999, p. 68 e 69).

Vários são os estudos que tomam como campo de investigação a cultura escolar, seja como categoria de análise, seja como campo de investigação evidenciando os estudos feitos sobre cultura escolar no Brasil. Dividem-se em três eixos: saberes, conhecimentos e currículo; espaços, tempos e instituições escolares; materialidade escolar e métodos de ensino.

A pesquisa aqui realizada vincula-se mais ao eixo sobre “espaços, tempos e instituições escolares”, o que não significa que autores que pesquisam outras abordagens não contribuam para essa investigação. Nesse sentido, sobre cultura escolar, assim se referem:

Os trabalhos que se debruçam sobre os sujeitos escolares (professores, alunos, diretores, inspetores, etc.) e suas ações conformadoras e instituidoras de culturas escolares têm crescentemente utilizado as categorias de gênero, classe, raça, geração, etnia, entre outras, como instrumental teórico-metodológico para entender as ações e os lugares ocupados por esses sujeitos nas teias que envolvem e fabricam as culturas escolares (FARIA FILHO, M.L. et. al, 2004, p. 152).

O avanço das pesquisas sobre instituições escolares demonstra que a identidade escolar se faz importante para o reconhecimento e valorização dos grupos que fazem parte da escola no presente. Saber do passado e ter acesso aos documentos escolares é importante para que a sociedade em geral (professores, alunos, comunidade, funcionários) conheça sua trajetória e construa laços com a instituição. Esses laços, ou Identidades Escolares, farão com que os grupos valorizem o espaço em que vivem, envolvam-se mais com a Escola, tornando-a um ambiente importante, de construção coletiva e de valorização da materialidade e do saber que a escola dispõe à comunidade envolvida.

Os historiadores da Educação já ultrapassaram a fase em que a maioria buscava atingir uma história objetiva e factual. O perigo que as análises históricas enfrentam hoje condiz com o uso excessivo de uma análise subjetiva, por isso o cuidado que devemos ter ao analisar as fontes. Ragazzini (1999) prefere dizer que as fontes são pontes, veículos, testemunhas, lugares de verificação. Por isso, as divide em *fontes para a história da educação* e *fontes da história da escola e da educação*. As *fontes para a história da educação* auxiliam a interpretar e escrever a história. Pode-se pensar com isso, por exemplo, nas legislações dos Patronatos e o contexto econômico. As

fontes da história da educação são aquelas diretamente envolvidas com as instituições escolares. Podemos, inclusive, enquadrar os jornais como fontes para essa história. Eles fazem parte do ambiente cultural que produz a escola bem como as fontes escritas (documentos), as fontes orais (entrevistas) e iconográficas.

Para não cair em uma análise institucional baseada somente no contexto local do Patronato, ou para até mesmo não cair em uma análise excessivamente subjetiva, prefere-se trabalhar com o conceito de Nóvoa, que enquadra as pesquisas sobre instituições escolares no nível MESO, mostrando como uma instituição não pode ser vista sem uma “contextualização social e política das instituições escolares” (NÓVOA, 1992, p.16), mas que leve em consideração o seu poder de decisão e de ação, sua autonomia, suas relações de poder.

Nóvoa pensa o olhar pedagógico no sentido inverso: é a partir da instituição/ espaço escolar que todos os outros níveis de análises devem ser feitos, assim essa integração faz com que a escola sirva para um papel crítico e estimulante o que evita “uma assimilação tecnocrática ou um esvaziamento cultural e simbólico” (NÓVOA, 1992, p. 20).

Assim, o sistema educacional também “cria e configura uma determinada concepção de mundo” (TAMBARA, 2000, p. 29).

Conforme Mortatti (1999, p. 75),

Abordar historicamente a educação não significa apresentar uma sucessão de acontecimentos passados, de acordo seja com uma temporalidade linear e ascensional, em direção à culminância do processo histórico no presente, enquanto fim da evolução, seja com a lei do “eterno retorno” ou com a da sucessão de ciclos de apogeu e decadência, ação e reação. Abordar historicamente a educação significa, pelo contrário, buscar apreender e problematizar, por meio de configurações textuais – as lidas e as produzidas pelo pesquisador-, a simultaneidade entre continuidade e descontinuidade de sentidos a respeito do fenômeno educativo em suas diferentes facetas, simultaneidade essa que caracteriza o movimento histórico e as “temporalidades múltiplas” que nele coexistem.

Nesse sentido busca-se entender o contexto educacional dessa instituição a fim de atingir os objetivos a que a pesquisa se propõe. O referencial acima citado foi fundamental para olhar as fontes e entender a escola nos limites em que um pesquisador sempre se encontra, ou seja, a

definição, o enquadramento, a necessidade de concluir, de introduzir, focando e limitando o objeto do estudo para poder atingir o máximo de cientificidade devido às exigências do trabalho.

Para tal, o trabalho irá primeiramente descrever como e por que a sociedade brasileira, no início do período republicano, debateu e idealizou o ensino agrícola no Brasil. A partir dos discursos de modernização do setor agrícola e das dificuldades econômicas enfrentadas principalmente pelos estados periféricos, houve uma articulação para a qualificação de mão-de-obra. Não só as dificuldades econômicas resultaram no estabelecimento de instituições de ensino profissionalizantes. Influenciaram também o crescimento urbano e a proliferação de crianças pobres e órfãs, cujo destino era temido pela sociedade burguesa de então. Assim, os Patronatos foram implantados para solucionar ambos os problemas, conforme será abordado no primeiro capítulo.

Posteriormente o trabalho enfoca a gênese do Patronato Agrícola Visconde da Graça, salientando as vinculações políticas locais que facilitaram a sua instalação. No capítulo 3 são descritas as suas práticas educativas, demonstrando que a Instituição constituiu-se pelo ensino prático e teórico, prevalecendo os trabalhos manuais em oficinas, na lavoura e àqueles voltados ao civismo.

No capítulo 4, faz-se uma abordagem dos discursos médicos que levaram ao gerenciamento de práticas higienistas no Patronato, por eles influenciada. Essas práticas foram relacionadas à estrutura física da instituição e também direcionadas ao corpo dos alunos, no sentido da formação de sujeitos *sadios, fortes e portanto, capacitados ao trabalho*. No intuito de entender melhor o discurso e seu vínculo com a realidade escolar, neste capítulo também se discutem questões referentes ao saneamento básico da escola e como ela implementou as medidas sugeridas para que a situação da saúde dos alunos tivesse um melhor amparo.

O capítulo 5 busca caracterizar o perfil do aluno interno no PAVG. Assim, faz-se tais reflexões para saber se realmente as práticas educativas e os ideais preconizados para essas Instituições de ensino haviam capacitado ao trabalho agrícola então almejado. Finalmente foram feitas algumas considerações, a fim de concluir o presente estudo e analisar os objetivos aos quais se propôs inicialmente.

1 O ENSINO AGRÍCOLA E A CRIAÇÃO DOS PATRONATOS: AOS POBRES UMA POBRE EDUCAÇÃO

1.1 O ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL

Atualmente, as pesquisas que abordam aspectos sobre a Educação Rural e o Ensino Agrícola vêm aumentando no Brasil, porém, muito há o que ser pesquisado. Apesar de haver, desde a virada do século XIX para o XX, discursos e práticas que refletem uma preocupação com a Educação Rural, voltada fundamentalmente para as camadas menos favorecidas da sociedade, ainda hoje os estudos acadêmicos pouco avançaram no sentido de fazer emergir sua história. Damasceno & Beserra (2004), ao levantarem o estado da arte sobre essa temática no Brasil, demonstram um quadro de escassez de produção científica sobre o tema.

Como é sabido, a educação voltada para o homem do campo não foi priorizada nas políticas educacionais. Apesar de haver uma preocupação com a educação rural, principalmente a partir da metade do século XIX, ainda hoje pouco se obteve de concreto nesse setor. Assim, as pesquisas sobre esse tema configuram os reflexos do *status* que era e é conferida à educação do campo na sociedade brasileira, havendo ainda muito que ser estudado.

A educação agrícola no Brasil é vinculada à ideia de que o país constituiu-se através de uma economia essencialmente agrícola, o que refletiu em discursos que destacam a importância de políticas públicas que ajudassem na manutenção e qualificação do trabalhador rural.

Neste estudo será utilizado o termo “ruralismo brasileiro” por ser evidente sua contribuição nos debates acerca do tema apresentado. Tem-se por base a fundamentação apresentada por Mendonça (1997) no seu livro “O Ruralismo Brasileiro”. Para além de um simples movimento de enfrentamento dos interesses agrários em relação ao aumento da industrialização brasileira, encontra-se entre o século XIX e XX um embate dentro das próprias oligarquias rurais nas disputas pelo poder no Brasil. Assim, optou-se por usar o termo *ruralismo brasileiro* para denominar certos aspectos ligados aos interesses agrários no período estudado.

Nagle (2001) utiliza o termo “movimento ruralista”, porém sem destacar com tanta ênfase as disputas intra-classes, identificando mais o movimento em sua hegemonia. Contudo, Mendonça (1997) atribui a tal termo um novo significado. Para a autora, o termo não serve como uma reação por parte da elite agrária ao aumento da industrialização brasileira e da urbanização do país. Seria um movimento, além de ideológico, daqueles que fazem parte das “frações dominadas da classe dominante agrária”, ou seja, daqueles que não usufruem da hegemonia econômica agrícola do país.

Dessa maneira, as “frações dominadas da classe dominante agrária” articulam-se através da criação de Sociedades Agrícolas. Formando fortes núcleos de articulações regionais, essas entidades organizam o Clube da Lavoura na região centro-sul (centro oeste paulista, fazendeiros das zonas de agro-exportação cafeeiras) e os Comícios Agrícolas no Rio de Janeiro, com a intenção de compensar a perda do braço escravo. O idealizador desses comícios, o engenheiro Antônio Ennes de Souza, foi também quem agilizou em 1896, com mais 47 pessoas, a criação da Sociedade Nacional de Agricultura (MENDONÇA, 1997).

Interessa destacar neste estudo a atuação e a articulação junto ao Ruralismo Brasileiro de uma importante figura dentro da Sociedade Nacional de Agricultura: o ministro Ildelfonso Simões Lopes.

Ildelfonso Simões Lopes foi presidente dessa sociedade de 1926 até 1944, sendo, portanto, o presidente que mais tempo ficou na direção dessa Instituição - 18 anos. Natural do Rio Grande do Sul, da cidade de Pelotas, nascido em 1866 e falecido em 1944, era fazendeiro, filho do Visconde da Graça², formou-se engenheiro civil pela Politécnica do Rio de Janeiro, foi fundador do Club Abolicionista Rio Grandense e do Club Republicano da Escola Politécnica, foi empreiteiro na construção das estradas de ferro Sorocabana e Mogiana, diretor do abastecimento de águas em Pelotas, deputado estadual pelo Rio Grande do Sul por oito anos, diretor da Companhia Hidráulica pelotense, deputado federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense, empresário fabricante de adubos fosfatados e farinha de ossos, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1919-1922), vice-presidente da

² Importante charqueador e destacado político gaúcho.

Comissão Diretora da Aliança Liberal e fundador da Confederação Rural Brasileira. (MENDONÇA, 1997, p. 197 e CARVALHO, 1937).

Salienta-se que Ildefonso Simões Lopes apresentava-se, a partir de sua formação, atuação e origem, como lídimo representante de uma fração oligárquica secundária no Brasil. Como é sabido, a produção rural gaúcha desde o século XIX caracterizava-se por seu caráter periférico à produção nacional, que privilegiava a monocultura de exportação.

Simões Lopes foi figura de importância no cenário político brasileiro além de influenciar, como será visto mais adiante, na instalação de um dos Patronatos na sua cidade natal, o Patronato Agrícola Visconde da Graça, nome dado em homenagem a seu pai. Ainda no Rio de Janeiro, segundo Conceição (2007, p. 40), foi criado um Aprendizado Agrícola, cujo nome homenageia o pelotense, chamando-se Aprendizado Agrícola Ildefonso Simões Lopes.

Sabendo, portanto, que a maioria dos membros do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio³ eram vinculados à Sociedade Nacional de Agricultura podemos inferir que eles tiveram influência importante na criação dos Patronatos e na política de reação ruralista à elite agrária dominante da República Velha.

Os Patronatos foram criados no Brasil em 1918 e ficaram vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob o Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. Dentro ainda do mesmo Ministério, em 1919, o Decreto de nº 13.706 destina a Superintendência da Diretoria do Serviço de Povoamento a cuidar e orientar os referidos Patronatos. Em 1930, portanto no governo de Getúlio Vargas, os Patronatos passaram à supervisão do Ministério da Agricultura.

Conforme aponta Silva (1994, p. 99), “De acordo com o Decreto de nº 19.481, de 12 de dezembro de 1930, o Governo transfere para o Ministério da Agricultura os Patronatos Agrícolas”.

Ao longo desta pesquisa foi difícil encontrar dados que formalizem o real número de Patronatos criados pelo governo federal, bem como seus decretos e localizações. No entanto, a partir de várias leituras tem-se o quadro a seguir:

³ As próximas referências ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio serão feitas a partir da sigla abreviada, MAIC.

Tabela 1: Tabela demonstrativa da instalação dos Patronatos no Brasil

Decreto de Criação	Data	Nome do Patronato	Localização	Inauguração
12.893	28.02.1918	“Pereira Lima”	Sete Alagoas/MG	26.07.1918
12.893	28.02.1918	“Visconde da Mauá”	Ouro Fino/MG	03.07.1918
12.893	28.02.1918	“Monção”	S. Bárbara do Rio Pardo/SP	15.07.1918
12.893	28.02.1918	“Annitapolis”	Palhoça/SC	12.09.1918
13.070	15.06.1918	“Wenceslau Braz”	Caxambú/MG	12.11.1918
13.111	20.07.1918	“Casa dos Ottoni”	Serro/MG	18.10.1921
14.275	28.07.1918	“Barão de Lucena”	Jaboatão/PE	01.07.1921
13.112	20.07.1918	“Delfim Moreira”	Sylvestre Ferraz/MG	10.08.1918
13.508	10.03.1919	“Pinheiro Machado”	Porto Alegre/RS	01.07.1919
36.774	07.01.1919	“Campos Salles”	Passa Quatro/MG	15.11.1919
14.118	29.03.1920	“Vidal de Negreiros”	Bananeiras/PA	07.09.1924
14.386	01.10.1920	“Lindolpho Coimbra”	Muzambinho/MG	18.11.1920
15.102	09.11.1921	“Visconde da Graça”	Pelotas/RS	12.10.1923
15.149	01.12.1921	“Manoel Barata”	Belém/PA	07.09.1922
15.150	01.12.1921	“José Bonifácio”	Jaboticabal/SP	01.09.1922
15.803	11.11.1922	“Diogo Feijó”	Ribeirão Preto/SP	28.11.1923
16.105	21.07.1923	“João Coimbra”	Rio Formoso/PE	05.11.1924
16.082	26.07.1923	“Rio Branco”	Rio Branco/AC	12.10.1926

17.139	16.12.1925	“Arthur Bernardes”	Viçosa/MG	07.11.1926
17.140	16.12.1925	“Marques de Abrantes”	Salvador/BA	12.10.1926
8.940	30.08.1911	Floriano Peixoto	Alagoas/AL	?
872	31.10.1924	“São Maurício”	São Cristóvão/SE	1924

Fontes: SILVA (1994); OLIVEIRA (2003); NASCIMENTO (2004) e RELATÓRIO MAIC (1923)

Tendo por função a educação de alunos oriundos da zona urbana e rural, os Patronatos serviam para suprir duas necessidades nacionais fundamentais: formar mão de obra voltada às atividades agrárias e solucionar problemas sociais advindos do crescente processo de urbanização, propiciando um futuro melhor para os chamados “órfãos, desvalidos da sorte e pobres”, ou seja, aqueles que atrapalhavam as expectativas do desenvolvimento capitalista emergente.

No que se refere aos alunos oriundos da zona rural, a principal intenção era a conformação da força de trabalho, ou seja, preparar o trabalhador do campo para saber obedecer e produzir a partir de práticas embasadas na modernidade⁴ agrícola. Segundo Nascimento (2004), essa prática é consequência das discussões sobre educação agrícola características do século XIX, revelando “estratégias utilizadas pela elite dirigente na sua necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se útil e justa” (Nascimento 2004, p. 53)⁵.

⁴ A expressão “modernidade/moderno” é mutável e está de acordo com a cultura e o movimento das sociedades que lhe atribuem determinado significado. Surgiu através do Latim, na idade antiga, mas nem sempre foi utilizada para expressar o “ultrapassado”, apesar de também ter esse significado. Até a Alta Idade Média essa expressão fez referência ao passado, porém atribuindo-lhe muito mais o sentido de antigo. “No final do século XIX, a oposição antigo/moderno volta a encontrar-se no campo das *artes*, em que várias tendências se definem como *modern style*. No campo religioso, origina-se a corrente modernista, condenada pela *Igreja* como *heresia*. No século XX, o ponto de vista dos ‘modernos’ manifesta-se acima de tudo no campo da *ideologia* econômica, na construção da modernização, isto é, do desenvolvimento” (cf. *desenvolvimento/subdesenvolvimento*) e da *aculturação*, por imitação da *civilização* europeia. Grifos do Autor. (LE GOFF, 2006, p. 173).

⁵ Ressalta-se que trabalhou-se como o conceito de elite disposto por HEINZ (2006, p.8). Apesar da unanimidade sobre a grande dificuldade para conceituar elite, igualmente tenta-se assim defini-la: o termo refere-se à história de “categorias ou grupos que parecem ocupar o topo, de estruturas, de autoridades ou de distribuição de recursos”. Em suma são dirigentes, considerados pessoas “influentes, os abastados ou os privilegiados”. Ainda, são indivíduos que

Os Patronatos pretendiam orientar e encaminhar os alunos órfãos e *desvalidos da sorte* que moravam nas zonas urbanas ao “mundo do trabalho”, de modo a que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também que não atrapalhassem a nova orientação trabalhista, que passava a utilizar mão de obra livre. Os estabelecimentos dessas instituições traziam à tona o debate sobre a inserção da infância pobre na economia, portanto, enquadrar aqueles que estavam fora do mercado de trabalho também era uma forma de ajustá-los às necessidades capitalistas da época.

A etimologia da palavra Patronato acaba explicitando e orientando os estímulos e objetivos de sua criação: Patronato, Patrão, Assistência. Segundo o dicionário Larousse Cultural (1999, p. 697). Esta palavra é significado de,

Autoridade de patrão, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar à vida social os ex-condenados ou libertos condicionais, organização destinada a zelar pela infância abandonada, local onde essas sociedades têm sede.

Assim, fica claro que os Patronatos destinavam-se às classes sociais menos abastadas e que foram fruto de um contexto em que era patente o predomínio da economia agrária sobre a emergente industrialização que se desenvolvia em regiões pontuais do país.

A orientação para a instalação dos Patronatos não fugirá às regras do pensamento civilizatório, moral e positivista vigente na época. Contudo, há que se aliar a essas ideias o desejo de educar os filhos dos trabalhadores do campo, sanar as dificuldades econômicas advindas do setor primário, especializar e encaminhar a mão-de-obra ociosa dos centros urbanos.

O decreto de criação dessas escolas mostra que a principal função era sua vinculação impulsionadora da economia agrícola do Brasil. As palavras mais indicativas desse argumento leem-se a seguir: “impulsionar o movimento de transformação econômica do país, pelo aumento progressivo de sua capacidade productora⁶” (Brasil, 1918). É atribuído a esse movimento a criação

exercem posições-chaves na sociedade, sem vincular-se de forma rígida ao debate sobre as relações sociais de produção.

⁶ Destaca-se que neste estudo a grafia original dos textos foi mantida. Utilizar-se-á o itálico para empregar palavras retiradas das Leis e Decretos referentes aos patronatos.

de instituições de ensino agrícola como forma de políticas públicas que zelem pelo “*elemento productor*” e que mantivessem o homem vinculado ao campo, contribuindo para o balanço populacional entre meio rural e urbano e concorrendo para o esclarecimento da “mocidade do campo” em busca de “empregos honestos”. O objetivo de tais instituições é principalmente o papel de “aperfeiçoamento do homem do campo, modernização da produção rural e regeneração moral” dos adolescentes através da busca de sujeitos moralmente capacitados. (BRASIL, 1918). Ainda em um dos parágrafos deste decreto lê-se:

É dever do Governo contribuir para augmentar a população rural e formar o verdadeiro agricultor brasileiro, aproveitando e treinando como factor de riqueza o elemento nacional. Considerando, finalmente, ser ao mesmo tempo obra de previsão social e econômica empregar na formação do gremio rural, donde há de promanar o engrandecimento real futuro do paiz, os menores abandonados ou sem meios de subsistência por falta de ocupação legítima (BRASIL, 1918).

Oliveira (2003) lembra que, nesse período, já havia no Brasil uma preocupação em se equiparar com os países mais desenvolvidos. Progresso e civilização eram as máximas da modernidade de então. Com isso, modernizar o setor primário produtivo se fazia urgente para alcançar esses objetivos. Conforme foi citado anteriormente, o MAIC era o órgão responsável pelos Patronatos até o ano de 1930, quando passa a se vincular ao Ministério da Agricultura. Dessa forma, direcionava suas ações no sentido de uma modernização técnica que fosse refletida no desenvolvimento econômico.

Nesse sentido os Patronatos, além de visarem atingir a esse objetivo, buscavam, conforme mencionado anteriormente, também atuar sobre os setores mais pobres da sociedade. Os Patronatos no Brasil, segundo Nascimento (2004, p. 81,) “tinham o caráter de instituições de assistência social destinadas a abrigar e educar menores, preocupadas em readaptá-los à vida social”. E assim vinculariam utilidade e funcionalidade, pois serviriam para se destinar àqueles que estavam no ócio, contribuindo também para a modernização do país, conforme um modelo de trabalho mais técnico e científico, que preparasse os trabalhadores ligados ao setor rural, formando o que consideravam ser *o verdadeiro agricultor brasileiro*.

Torres Filho (1926) assim discorre sobre o Ensino Agrícola no Brasil em relação às necessidades e reformas:

Todas as nações que têm compreendido a utilidade das inquirições scientificas em agricultura, também se têm dedicado com grande amor ao ensino agrícola e se esforçam por dar-lhe o mais largo desenvolvimento. [...] Tenhamos em vista, como phenomeno symptomatico do que se vae passando na vida rural, que, emquanto a população total do paiz cresceu 14,9% entre 1910-1920, a população urbana de 28,8%, a rural apenas augmentou de 3,2%.

A nossa organização econômica deverá constituir a preocupação máxima; e até hoje, do Império á Republica, não se assentou no Brasil um programa definitivo de política econômica. A questão agrária, como tenho repetido em varias oportunidades, é o único assumpto nacional que temos realmente a resolver.

Pode-se dizer que, directa ou indirectamente, todos os nossos problemas dependem della.

[...] Nenhuma medida estamos obrigados a adoptar de maior relevo para o futuro da Pátria do que a do augmento e aperfeiçoamento da producção agrícola.

Mas, como chegarmos a esse resultado sem a applicação dos processos scientificos na agricultura e sem cuidarmos do ensino profissional?[...] Isso indica que é preciso preparar os technicos para as nossas industrias ruraes (TORRES FILHO,1926).

Arthur Torres Filho era diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Brasil. Entre outros cargos que ocupou, foi o primeiro vice-presidente da Sociedade Brasileira de Agronomia entre 1928 e 1930 e seu Presidente de 1930 a 1932. Ainda era membro da Sociedade Nacional de Agricultura nas décadas de 1920 e 1930 (MENDONÇA, 1999). Escreveu o livro “*O Ensino Agrícola no Brasil: seu estado actual e a necessidade de sua reforma*”. Esse livro foi distribuído gratuitamente.

Foi grande o empenho de Torres Filho (1926) na consagração do ensino agrícola como um meio de sanar os males do campo. Incutiu idéias de *civilizar* e *adequar* os pobres à sua situação social; exaltou a importância da manutenção do homem no campo e da formação do trabalhador rural, pois muitos agricultores já estavam indo para as cidades, o que acarretaria na falta de mão de obra no campo. Segundo o autor, deveria ser esta uma preocupação do Estado para que o país pudesse concorrer com a produção dos países estrangeiros que, como afirma ele, há muito vinham investindo nesse ramo de ensino.

Uma das mais enfáticas preocupações de Torres Filho (1926) é que se desenvolvesse nos estudantes o princípio básico do trabalho, devendo as escolas rurais, na medida do possível, além de ensinarem a contar, ler e escrever, também desenvolver o ofício de jardinagem e horticultura, podendo o aluno ficar com o benefício do seu plantio ou até mesmo receber prêmios em dinheiro. A importância, segundo o autor, é que o aluno aprenderia a ter “amor pela vida simples e saudável do campo” além de sofrer uma influência moral na formação de seu caráter. Torres Filho idealizava para o Brasil o ensino obrigatório da agricultura, até mesmo em escolas urbanas, porém, nessas limitando-se o ensino agrícola aos alunos de mais de 12 anos de idade. O ensino médio de educação agrícola seria destinado aos rapazes entre 14 a 18 anos. Ainda esse ensino, a exemplo da França, Estados Unidos, Itália e Alemanha, não teria a finalidade de preparar para o ensino superior, mas sim formar “agricultores esclarecidos”. Seria como um ensino técnico, com duração de 2 a 3 anos, para aqueles oriundos de “escolas primárias, escolas primárias superiores ou dos collegios” (Torres Filho, 1926, p. 23).

O autor defende o ensino agrícola, frisando que ele fosse relacionado ao ensino médio, porém, distinguindo uma escola destinada aos pobres e outra aos ricos:

Para a organização que tivermos de dar ao nosso ensino agrícola, será da maior importância que fique bem caracterizado e que seja de *ensino médio*, o qual visa a formação do intermediário entre o proprietário e o trabalhador rural. Elle tem por objectivo preparar rapazes que disponham dos necessários conhecimentos práticos de todas as operações agrícolas. Este deve ser “o intermediário entre o chefe e o tecnico e o trabalhador [...] e assim que, attingida a idade de 12 anos, a criança, já tendo adquirido a instrução primaria, quando pertence a família rica, se dirigirá de preferência, entre nós, para um gymnásio ou lyceu e irá abraçar uma carreira liberal. É evidente, não se pode contar com esses para a frequência nas *escolas práticas*, de ensino médio, parecendo dever-se antes recrutar alumnos entre os que não possuem sequer a instrução primaria, isto é, sabendo ler, escrever e contar (Torres Filho, 1926, p 26).

Uma das maiores críticas de Torres Filho referindo-se às políticas do período imperial é que de nada adiantaria tentar resolver os problemas educacionais por decretos, substituindo apenas uns problemas por outros. Dever-se-ia modificar os métodos de ensino e avançar nos conhecimentos agrônômicos e práticos. Aponta como exemplo São Paulo, referindo-se ao

mesmo como “Estado-Modelo”, por ter investido e criado o “Serviço Agrônomo do Estado”. Destaca com muita relevância as instalações da Escola de Piracicaba, sendo citada como modelo até mesmo para os países europeus devido às suas boas instalações e organização. Ao mesmo tempo, cita instituições que considerou promissoras, como o Instituto Agrícola e Veterinário da cidade de Pelotas. No Rio Grande do Sul, outra instituição citada pelo autor é o Curso de Agronomia criado pelo governo do estado, junto ao Instituto de Engenharia, em 1910 e que começou a funcionar em 1911.

Essas iniciativas, que impulsionavam a abertura de instituições de ensino voltadas para agricultura e pecuária, atendiam aos ensejos dos administradores regionais, baseados em exemplos europeus e norte-americanos (Wortmann, 1999).

Zarth (2006) analisa textos publicados por cronistas do século XIX, relatórios de presidentes da província e também relatórios da secretaria de negócios e obras públicas, além das revistas agrícolas. A partir das ideias européias, os agricultores passaram a serem considerados tradicionais e atrasados. “A solução proposta para o suposto atraso seria a imigração de colonos europeus, a construção de uma rede de instituições técnicas e científicas e um programa de difusão e educação da população do campo” (ZARTH, 2006, p.1). Assim, a tradição e os costumes transmitidos entre as gerações serão rejeitados em nome da ciência. Serão feitos diversos experimentos agrícolas, considerados modernos. Dentro das crônicas, ainda segundo Zarth (2006), Monteiro Lobato irá caracterizar o agricultor brasileiro com base na sua cultura de fazendeiro e homem letrado: assemelhando-o ao Jeca Tatu. Sujeito atrasado e ignorante, aliado à figura do homem do campo. No entanto, nem mesmo os grandes cafeicultores e criadores de gado do RS irão escapar às críticas sobre o atraso agrícola, contudo, é ao pequeno proprietário que tais estigmas serão vinculados.

Torres Filho (1926, p. 115) elenca os princípios básicos para o êxito das escolas agrícolas: uma escola bem localizada, bem organizada, com boas instalações, amplos terrenos, devendo ser um centro agrícola que atendesse também às necessidades da população de cada região. A escola deveria ser de cultura geral e não de “alta cultura theórica”, devendo-se fazer a formação pedagógica do professorado, cuja seleção não seria por concurso e sim por

seus trabalhos pessoais. O governo deveria criar um fundo de investimento permanente para a criação e manutenção das escolas agrícolas, mantidas e fiscalizadas pela União, mas em acordo entre Estados e Municípios. Teria como ideia básica para essas instituições: “ensinar poucas coisas, mas ensiná-las bem”.

Os patronatos, por terem sido instalados anteriormente à publicação do livro de Torres Filho, não podem ser considerados Instituições que sofreram influência dessa obra. Porém, devemos destacar que o discurso produzido pelo autor é fruto desta época, dos debates vigentes e de sua destacada influência no cenário político nacional, refletindo, portanto, as discussões e ensejos daquele período.

Dessa forma, nas primeiras décadas da república brasileira, algumas ponderações com relação ao debate sobre o ensino e o avanço da modernização agrícola deverão ser feitas. Inicialmente, importa salientar que esse é um assunto já tratado desde o período imperial. No entanto, é na república que ocorre a consolidação da maioria das instituições voltadas para o desenvolvimento das práticas agrícolas. Há no discurso republicano a ênfase na importância da instituição de modelos educacionais progressistas que não vinham sendo contemplados pelo governo imperial. Como afirma Nascimento (2004, p. 56) “a propaganda republicana produziu a imagem de um século XIX no Brasil como a de um verdadeiro deserto pedagógico e social” no qual inexistiam ideias ou práticas modernizantes e progressistas.

Por outro lado, há que se ter presente que já no período imperial existe uma preocupação com a educação destinada aos pobres e ex-escravos, com características de formação civilizadora e conformadora com sua posição social. Na segunda metade do século XIX constata-se a intensificação desse discurso, uma vez que era patente o esgotamento do sistema escravista. É em 1850 que fica proibido no Brasil o tráfico de escravos com outros países. Nesse sentido - e também devido à lei do Ventre Livre -, que os debates sobre a formação de mão de obra destinada às classes menos favorecidas começam a se fazer mais presentes.

Como afirma Nascimento (2004, p. 71):

As mudanças registradas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX são, assim, parte de um processo que se

produziu no Brasil ao longo dos anos oitocentos e que obedece a uma dinâmica própria que não se subordina diretamente ao processo de substituição do regime monárquico para o Republicano. Portanto, não são novidades introduzidas no século XX, ou por uma intervenção direta de políticos republicanos, ações como o estímulo à migração de trabalhadores ou à europeização, por exemplo, processos que, de resto, foram vividos intensamente durante o século XIX, sob a Monarquia.

Segundo o autor, foram criadas algumas instituições agrícolas no Brasil do século XIX, dentre elas: o Imperial Instituto de Agricultura de Sergipe, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco e a Escola Rural Pedro II, todas criadas em 1860; a Imperial Escola Agrícola da Bahia, fundada em 1875. Em 1862 criou-se no Norte o Liceu de Sergipe e dez anos depois o currículo da Escola Normal adota a disciplina de Agricultura.

Salienta-se que em Pelotas, em 1883, foi fundada a *Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática*, conforme dito anteriormente. Como afirma Magalhães (1983, p.15):

Na corte, o governo imperial, preocupado com os altos custos de importação da vacina anti-variólica, fazia vir da França o Dr. Claude Rebourgeon, com o objetivo de que se passasse a fabricar no Brasil o antígeno. [...]através de ofício, o pelotense José Júlio de Albuquerque Barros, *Presidente* do Rio Grande do Sul, dirigia-se à Câmara Municipal de Pelotas. Para comunicar que era intenção do governo do Império fundar nesta província uma escola de agronomia e veterinária. E para avisar da chegada do Dr. Rebourgeon 'devidamente comissionado', com o propósito de verificar se a cidade oferecia condições 'para esse estabelecimento'. [...] As condições locais impressionaram positivamente ao Dr. Rebourgeon: uma decisão governamental permitiu que se fundasse nesta cidade, ainda em 1883, a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática.

Em 1945 essa Instituição foi federalizada, originando mais tarde, juntamente com outras faculdades, a Universidade Federal de Pelotas.

No estudo de Zarth (2007) sobre as tecnologias para o campo no Rio Grande do Sul é assinalado que essa instituição educacional editou, em 1897, a primeira revista especializada em agropecuária no Sul do Brasil: a Revista Agrícola do Rio Grande do Sul. Dessa forma, constata-se a destacada atuação da cidade de Pelotas, desde o século XIX, junto à educação rural e seu desenvolvimento científico.

Destaca-se que os cursos de Agronomia serviram para formar as diretrizes do ensino rural, porém eram destinados às classes mais abastadas da sociedade. Nesse sentido, Jantzen (1990, p. 87) distingue características do ensino na Faculdade de Agronomia e no Patronato:

A preocupação com o ensino agrícola, para preparar mão-de-obra, está, pois, muito de acordo com a conjuntura da época, quando ocorria uma modificação na agricultura. Somos obrigados a ir mais longe nessas conjeturas: o ensino do Colégio Agrícola parece nunca ter **concorrido** (grifo do autor) com o ensino superior de agronomia de Pelotas. Este último era, ao que tudo indica, destinado aos futuros “empresários”, ou aos filhos destes. Há uma distinção clara entre os dois tipos de ensino agrícola: o que vai preparar mão-de-obra e o que vai preparar empregadores.

Para o autor, o discurso que mais se enquadrava junto à elite do meio rural era o discurso Comteano, progressista, que se destacava no estado do RS através do partido de Júlio de Castilhos:

O positivismo e a política castilhista eram asseguradamente os limites do mundo pensado por esses agentes. A sua ancoragem na realidade era a prática com suas economias privadas, a produção e a venda de seus produtos agrícolas (JANTZEN, 1990, p. 87).

Apregoavam um aperfeiçoamento moral da sociedade, educação universal e um “espírito autoritário gaúcho” combinado com as mentalidades conservadoras locais.

No jornal local, sobressaía a função redentora dos Patronatos:

Como se sabe, a função prática dos Patronatos é destinada a prestar os mais relevantes serviços aos povos que deles se utilizem, pois que ali se cultivam o espírito do homem para as lides superiores do trabalho, rasgando-lhe o caminho para seguros triunfos de vida (DIÁRIO POPULAR, 16 de outubro de 1923, p. 5).

Conforme já abordado, as discussões e políticas públicas voltadas para o ensino agrícola influenciaram na instalação dos patronatos, disseminados por várias regiões brasileiras, inclusive alguns deles distantes dos principais centros econômicos do país.

A responsabilidade da Secretaria de Povoamento, vinculada ao Ministério da Agricultura, estabelecia como metas aos Patronatos levar o estudo de agricultura relacionado com as necessidades regionais, “amparando

o menor abandonado, os filhos de agricultores com baixo poder aquisitivo, os órfãos indigentes, livrando-os assim da promiscuidade” (SILVA, 1994, p. 42). Segundo esse mesmo autor, a Revista “Nova Era”⁷, em 1922, ao comemorar o centenário da Independência do Brasil, refere-se aos patronatos e sua importância para o progresso agrícola do país:

Enquanto não tivermos um grupo de indivíduos conhecedores do alto mister de cultivar racionalmente o solo, a nossa agricultura será sempre essa operação rude e rotineira que dificulta consideravelmente o progresso da vida econômica do país. E transformações na agricultura só se tornarão viáveis e profícuas, quando o nosso trabalhador do campo deixar de ser escravo de rotina, e custódio fiel de todos esses processos antiquados de laborar a terra. Ora, aos Patronatos cabem a patriótica tarefa de efectuar essa modificação. [...] Constituem os Patronatos, pois, a base do aperfeiçoamento da agricultura brasileira. Recebendo os filhos dos agricultores pobres, não só concorrem para libertá-los do poder draconiano dum sem número vícios, em que facilmente se engolpa a infância desprotegida, como também as armas para vantajosamente luctarem na vida practica (In: SILVA, 1994, p. 42-43).

Em 1919, o Almanach do Correio do Povo, publicado na cidade de Porto Alegre, trazia um artigo assinado por Celeste Gobbato, Engenheiro Agrônomo. O texto ressaltava ser este o tempo de muitas propagandas agrícolas e por isso trazia em seu periódico uma sugestão para organização do “Campo Escolar” anexo às aulas públicas rurais. A sugestão é que o “Campo Escolar” seja uma escola que avance no Brasil, devido aos bons exemplos de países estrangeiros, sendo anexada às aulas públicas rurais e exclusivas para o ensino primário. Ocorrida essa inovação escolar o autor enumera benfeitorias que acarretariam tal inserção educacional, tais como a difusão de culturas e de novos cultivos e aperfeiçoamento das práticas agrícolas em lugares variados. O “Campo Escolar” deveria se estabelecer próximo ao edifício escolar, em região profícua para o plantio a ser efetuado por alunos. As aulas deveriam ser preparadas e ministradas por professores públicos preparados através das escolas complementares. Tal avanço no conhecimento sobre o setor agrícola era necessário devido às dificuldades de inovação que eram encontradas no que denomina de “homem *rotineiro*”.

⁷ O autor não traz mais detalhes sobre esta revista, à qual não teve-se acesso, porém, devido à sua pesquisa ter se realizado em Bananeiras, na Paraíba, provavelmente o periódico tenha sido publicado naquela região.

Mas se este homem é rotineiro, rapidamente se torna progressista diante da constatação dos factos; quando lhe podemos demonstrar visivelmente, de modo claro, que a *produção líquida* se eleva modificando um trabalho cultural ou substituindo uma cultura por outra. [...] Se o agricultor é rotineiro, por necessidade das cousas, sabe também tornar-se progressista quando é livrado daquela rede de ignorância que lhe fossilisa todas as vibrações productoras (ALMANACH DO CORREIO DO POVO, 1919, p. 81-82).

Esse artigo leva à percepção da profundidade com que os debates sobre o ensino agrícola eram travados, normalmente atribuindo ideais que desvalorizavam a sabedoria dos trabalhadores rurais. A questão do avanço educacional, relacionado com a formação prática de alunos oriundos do meio rural em escolas primária, era um processo que poderia dar-se em várias instituições escolares e não só nos patronatos. Entretanto, era para essas instituições que se destinavam as verbas do governo federal e também é nelas que os órfãos e pobres iriam ter atendimento estudantil.

Ressalta-se que as preocupações com a educação no meio rural continuaram nas décadas seguintes. WERLE (2007) lembra que no 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado no ano de 1942, no estado de Goiás, uma de suas pautas era a educação primária rural. Neste momento, as várias discussões que advinham de períodos anteriores são sintetizadas da seguinte forma:

[...] educação rural foi discutida sob diferentes enfoques e sua valorização inspirou debates em várias das conferências nacionais de educação. A importância da educação rural, a vinculação da escola e seu meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola, eram debates que vinham, portanto, se configurando desde o 1º Congresso de 1927 (WERLE, 2007, p. 161).

Para os Patronatos, o decreto 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, registra sua criação no Brasil e foi assinado pelo então presidente do MAIC, J. G. Pereira Lima: “para a educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do ministério” (OLIVEIRA, 2003. p. 29).

Ainda o decreto de Nº 13.706, de 25 de julho de 1919, que regulamenta os patronatos agrícolas, assim os identifica no seu capítulo I:

Art. 1.º Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n.12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são exclusivamente, destinados às classes

pobres, e visam a educação moral, civica, physica e profissional de menores desvalidos e daquelles que, por insufficiencia da capacidade de educação na familia, forem postos, por quem de direito, a disposição do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

As influências das ideias de modernização no setor primário, vindas dos países europeus e também dos Estados Unidos levaram o Brasil de fins do século XIX e início dos XX a debates entre setores das oligarquias brasileiras, em que um dos enfoques era a oposição entre agricultura x atraso. Nesse sentido, além do investimento em educação rural, havia também uma preocupação com a educação dos setores urbanos, sendo vinculada à chamada educação técnica, porém, mais voltada para as necessidades industriais. No entanto, o Patronato de Pelotas, atendeu menores tanto da cidade quanto do campo.

1.2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DESTINADA ÀS CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS

Como apontado anteriormente, com relação aos patronatos o direcionamento educacional estabelecido acompanha os padrões destinados fundamentalmente aos ex-escravos, *libertos* no período final do Império brasileiro, seguindo os discursos educacionais voltados à preparação para o trabalho e ao enquadramento da sociedade então liberta e pobre, nos moldes econômicos da época. Assim,

Variadas foram as formas de enquadrar o liberto no novo sistema. As principais e mais incisivas estão relacionadas a práticas repressivas, condicionantes a todo passo e práticas do liberto, moldando hábitos, posturas e até mesmo direcionando qual seria o espaço reservado dentro da cidade para o mesmo (VICENTE, 2003, p.17).

No entanto, essa preocupação não se constata no Brasil somente com os libertos negros, mas também com os potenciais trabalhadores em geral que virão a se constituir nas próximas décadas. Segundo Monteiro (1997, p. 48), a educação nos patronatos era vista como uma

[...] pedagogia preventiva e corretiva [...] esse entendimento, de perspectiva salvacionista, conferida aos patronatos, associa educação e trabalho e, ao fazê-lo, concebe o trabalho como educação e disciplina, superando a idéia original que o considerava atividade degradante.

Na virada para o século XX, há uma conseqüente mudança na sociedade brasileira, um novo conceito de trabalho estava sendo construído com a abolição da escravatura. Segundo Pandini (2006, p.30):

A necessidade de positivar o trabalho em si adentrou os espaços escolares e, em âmbito nacional, tomou assento em currículos e programas de ensino, especialmente na área de história. O trabalho e os trabalhadores delineavam-se como os grandes produtores da riqueza nacional, ícones de uma promessa de futuro grandioso. Corolário dessa assertiva foi a urgência em articular a formação do povo brasileiro em prol de criação de mão-de-obra para a indústria e a fim de mitigar as disputas e conflitos sociais.

Segundo Cunha (2000), à medida que as cidades foram crescendo também foram as atividades artesanais em vários pontos do Brasil colonial. O artesanato passou a ser utilizado em vários setores e com eles as corporações de ofícios. Estas corporações exerciam monopólio sobre a produção e por isto foram extintas na Constituição de 1824. No RJ, em fins do século XVIII, existiam 631 lojas.

O legado escolar deixado pelo período colonial foi de iniciativa do Estado. Apesar de haver empreendimentos particulares no Brasil colônia, eram empreendimentos feitos no âmbito da igreja, que estava atrelada ao estado.

Como recompensa pela luta da aristocracia lusitana contra os mouros, no século XIII, sob a bandeira do cristianismo, o papa transferiu ao Estado nascente importantes poderes, entre os quais a cobrança de dízimo, a formação e o suprimento de sacerdotes, a nomeação de bispos, a censura dos documentos eclesiásticos, o julgamento dos sacerdotes em matéria canônica. Em contrapartida, o Estado se encarregava de proteção e da manutenção da Igreja, em termos materiais. Era o regime do padroado (Cunha, 2000, p. 66).

Em meados do século XVIII a Companhia de Jesus era responsável por parte da educação, mantendo 17 colégios e muitas escolas de ler e escrever, sendo responsável pelo controle da educação escolar no reino português até 1759, quando foi expulsa dos domínios portugueses, deixando um “vácuo” na

educação. Assim, somente em 1808, quando a família real portuguesa veio para o Brasil houve uma reorganização política entre os órgãos do Estado e das instituições existentes, porém voltadas ao ensino superior e circundadas a Bahia e Rio de Janeiro. Apesar da constituição de 1824 prever ensino gratuito a todos os cidadãos, o ensino de primeiras letras não foi realmente posto em prática.

Paralelamente, (ao ensino primário) o e Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário/superior, com objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais (Cunha, 2000, p. 70).

O pensamento em torno do ensino para os pobres no Brasil não foi constituído no período republicano, e quando se aprofunda, advém de discussões e propostas que são constituídas desde o Império.

Ao fazer um relato sobre a educação no século XIX, Faria Filho (2000, p. 136) chama a atenção para o fato de que a Escola não surge nesse século sem buscar seu espaço junto à sociedade, “produzindo o seu lugar próprio”. Ela, neste momento, está produzindo um discurso que bate de frente com uma sociedade autoritária, desigual e escravista na qual os destinos da educação eram bastante discutidos e, muitas vezes, modificados pelas várias legislações que surgem.

Para o autor, o pouco investimento das províncias, por mais que o fizessem, não teria um resultado condizente com a demanda educacional.

As primeiras instituições a serem criadas para as classes sociais menos favorecidas foram as escolas de “primeiras letras”, consideradas suficientes no seu conteúdo, devendo ensinar, a “ler, escrever, e contar”. Seria essa uma das maneiras de levar a *civilização* aos mais pobres e de construir um Estado independente: “A instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país” (FARIA FILHO, 2000, p. 137).

Essa característica também pode ser evidenciada no estabelecimento de um aparato legal. O Estado imperial brasileiro, após o Ato Adicional de 1834, passou a estabelecer variadas e numerosas leis com relação à instrução pública e eram essas leis que regiam o ensino nas províncias. Segundo Vechia (2005), o Ato Adicional descentralizou o sistema educacional criando as

Assembléias Legislativas Provinciais, que tinham deveres com a educação: “conferiu às províncias o direito de legislar sobre a instrução pública primária e secundária e estabelecimentos próprios a promovê-la” (VECHIA, 2005, p. 82). Ainda segundo a autora, tal atitude acabou sofrendo os reflexos das carências das províncias, sendo criadas aulas avulsas e os liceus, que se destinavam às classes mais altas.

É a partir dos anos de 1860, no entanto, que a instrução vai estabelecendo um mínimo de organização e articulação com um aumento nas províncias dos conhecimentos escolarizados e, mesmo havendo ausência de legislação central, há uma diversificação de leis. Também existe certa influência do iluminismo nas ideias educacionais que, na prática, se traduzem em uma maior publicação de livros e maiores discussões no legislativo e nos órgãos de imprensa.

De todo modo, o período imperial no Brasil é marcado pela relação entre educação e trabalho. Poucas eram ainda as fábricas, predominando as manufaturas.

Num país escravagista, como o Brasil do século XIX, os projetos industrialistas estavam sempre na dependência de raros capitais, desconhecida técnica, restrito mercado e, finalmente, mas não secundariamente, de um inexistente operariado (Cunha, 2000, p. 81).

A solução encontrada muitas vezes foi o trabalho de menores em Casas de Educandos Artífices, geralmente relacionados à Marinha e ao Exército e mantidas pelo Estado. Nessas casas era ensinada instrução primária bem como os ofícios de “tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc.” (MANFREDI, 2002, p. 76).

No período republicano brasileiro pode-se perceber que a legislação educacional é construída de maneira unificadora e deixa de considerar os aspectos singulares de cada região, tal qual se constatou no Império. A legislação imperial era conflitante com as necessidades das escolas. Os presidentes das províncias ficavam pouco tempo em seus cargos e por isso os projetos não eram desenvolvidos de forma contínua, prejudicando a resolução dos problemas educacionais. A preocupação com a educação era incipiente e as necessidades eram muitas. Há que se ressaltar aqui, novamente, que

poucas pessoas tinham acesso ao sistema educacional, havendo uma educação quase que exclusiva para a elite, sendo que o resto da população permanecia analfabeta.

No governo de Nilo Peçanha as medidas necessárias foram tomadas para o encaminhamento do ensino profissional. Essa preocupação com o Ensino Técnico no Brasil foi tomada a partir do decreto de nº 7.566, em 1909, que instituía a criação das primeiras Escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil, origem do ensino técnico.

No período Republicano se constitui um debate sobre o acesso escolar. Esse debate se aprofunda e na década de 1930 o discurso em torno de uma legislação que ampliasse a educação para todos avança, pois surgem várias propostas de escolas que atendam a todos os setores da população.

No início do século XX há um movimento insurgente em torno da educação, uma união de esforços brasileiros para que a educação chegasse ao povo em geral, união esta que se divide em dois grandes grupos ou movimentos: o grupo da Escola Nova e o grupo da Igreja Católica, ambos com propostas diferentes. As principais bandeiras do escolanovismo foram a escola pública, universal, gratuita, leiga e igual pra todos, a cargo do setor público, além de defender uma pedagogia mais crítica e menos autoritária.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi criada em 1924 por profissionais liberais. Tinham por base os ideais da Escola Nova e em 1932 divulgaram um manifesto chamado “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. Além deste manifesto, promoviam debates, simpósios, cursos, congressos e propagandas, ficando esse movimento também conhecido por movimento de renovação educacional (AMARAL, 2003).

Em caráter nacional a República Velha orienta-se, em princípio, para os privilégios dos produtores de café de São Paulo e Minas Gerais, mas como se sabe, essa dualidade de interesses não vai durar muito tempo, chegando o momento em que os estados periféricos exigirão também parte na fatia desse bolo, recheado com vantagens políticas e econômicas que estão vinculadas somente àqueles. Assim, segundo Nagle (2001, p. 13), os pontos culminantes do final da primeira República são:

O crescimento do setor industrial, com a constante solicitação de medidas de caráter intervencionista, opostas ao predomínio do livre comércio, que atendia ao interesse de grupos comprometidos com o sistema agrário, ampliação das camadas médias, diversificando um pouco mais o modelo existente de estratificação social, o fenômeno da urbanização, matriz de que se originam novos valores, em antagonismo como os valores predominantes do ruralismo.

Nos anos de 1920, quando no Brasil começa a se estruturar o que se pode considerar uma orientação semi-industrial e não mais unicamente agroexportadora, as necessidades da sociedade em geral também mudam. As camadas médias que estão nas cidades, o proletariado e até mesmo parte das oligarquias que já estão vinculadas à industrialização aliam-se a ideais relacionados ao liberalismo, catolicismo, nacionalismo, tenentismo e educação (Nagle, 2001, p. 27). É nessa teia ideológica que surge a necessidade do ensino técnico, pois a educação passa a ser uma exigência às camadas menos favorecidas. No Brasil, onde a maior parte da população era analfabeta, passa a vigorar a ideia da instrução para o trabalho.

Segundo Oliveira (2003, p. 10), “o que era implementado pela República não encontrava ressonância na sociedade e o descontentamento estava presente, manifestando-se em várias situações”. A roupagem da Primeira República era bastante discutida por outros setores da sociedade e não somente pelos grandes proprietários rurais. Eram juristas, médicos, engenheiros e militares que baseavam seus discursos naqueles vindos das sociedades européias, pensando no controle da população num modelo mais racional e moderno e numa lógica voltada para a industrialização. Criticavam o assistencialismo e a caridade e passavam a exigir do Estado orientações para a infância e adolescência pobres relacionando-as com a educação (OLIVEIRA, 2003).

Pesavento (1995), ao abordar sobre o cotidiano na República Velha no Rio Grande do Sul, traça uma linha social da formação do espaço urbano e de suas implicações e problemas; essas problemáticas giram em torno de uma preocupação educacional advinda do período positivista e também moral em torno do ajuste entre a formação do proletariado urbano e da classe média que está intimamente atrelada aos imigrantes e às elites agropecuárias investidoras que estão nas novidades e necessidades urbanas: são estradas de ferro,

lucros com comércio, lucros com fábricas, especulações imobiliárias, excessos de ganhos através dos desregramentos com os cargos e bens públicos.

Surge uma ínfima lista de novos meios de acumular capital através das necessidades urbanas: aqui entram as questões higienistas e sanitárias, urgentes e necessárias numa urbe.

Em nível nacional, ao MAIC, criado em 1906 pelo Decreto 1.606, cabia regular o ensino técnico no Brasil. Nagle (2001, p. 213) aponta o ensino técnico como um meio de atender o problema das classes populares:

[...] O ensino técnico-profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna”. Figurava, portanto, menos como um programa educacional, e mais como um plano assistencial aos “necessitados da misericórdia pública”; o seu objetivo inequívoco – muitas vezes, explicitamente proposto - era o da regeneração pelo trabalho.

Conforme Oliveira (2003, p. 58), “a mobilização que o tema educação conseguiu no período não ocultou as hierarquizações: para a infância pobre uma educação nas mesmas condições: uma pobre educação”.

Segundo a constituição republicana de 1891 cabia à União criar e controlar a instrução superior em toda a nação, o ensino secundário acadêmico e a instrução no Distrito Federal. Aos Estados competia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que na época compreendia principalmente escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes (ROMANELI, 1989, p. 41).

No RS aparecem muito fortemente as ideias positivistas associadas à educação, implantadas principalmente pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).⁸

O positivismo como ideologia surgiu através das ideias de Augusto Comte na Europa, tendo influências dos fins do século XIX até próximo a I Guerra Mundial.

Segundo Weber (1999), várias foram as apropriações dessas ideias no Brasil e, mais especificamente no RS devido aos interesses dos sujeitos envolvidos e a situação local. Surgiram correntes que acordavam mais com as ideias positivistas religiosas e outras que desprezavam tais ideias. De qualquer

⁸ Sobre Positivismo no RS ver: TAMBARA (1995), WEBER (1999) e HOLLANDA (2008).

forma, seu principal representante no estado foi Júlio de Castilhos, influenciado, inicialmente pelos seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo. Os ideais positivistas baseavam-se no lema *Ordem e Progresso*, máxima presente, inclusive, na bandeira do Brasil. A intenção era formar uma sociedade organizada e progressista que mantivesse a ordem através da aceitação das diferenças de classes, único meio para o progresso da sociedade. Para os positivistas, uma minoria esclarecida moralizaria os indivíduos através da tutela do estado, encaminhando a sociedade em geral. Os interesses individuais deveriam suprimir-se em função dos interesses do estado, mantendo a estabilidade através das regras normativas ensinadas e direcionadas pelo governo através das instituições. Essas instituições - hospitais, escolas e igrejas - seriam as mantenedoras dos costumes adequados às camadas pobres da sociedade de modo que as ensinassem a conviver adequadamente com a elite brasileira. As ideias racionais de virtude eram a base desses ideais que deveriam ser implantados através da orientação dos costumes por essas instituições.

Segundo Tambara (1995, p.281),

A política educacional proposta pelo governo estadual em todo o período castilhista, foi de, na medida do possível, apenas supervisionar a atuação dos diversos agentes interessados em agir nesta área, procurando afastar-se ao máximo da intervenção direta. Esta supervisão tinha como principal característica a subvenção à atuação de municipalidades e de particulares em áreas consideradas prioritárias pelo governo.

No período Castilhista, mantinha-se a orientação positivista deixando a educação superior e secundária a cargo de instituições particulares, tratando o governo de estabelecer as escolas primárias. Assim, a população em geral, estaria assistida com relação aos estudos elementares e poderia adquirir noções humanistas adequadas às necessidades do mercado de trabalho.

Não é por acaso que na cidade de Pelotas, no governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928), foram instaladas em torno de 30 escolas de ensino primário, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Segundo Oliveira (2005), esse governo seguiu no mesmo rumo do governo estadual, de Borges de Medeiros, também seguidor dos ideais positivistas, e que já havia implantado no estado várias escolas com o mesmo intuito. Ressalta-se que uma das

práticas do governo de Simões Lopes era usar a imprensa para divulgar amplamente suas atitudes, tornando-a vitrine dessa ideologia na cidade. Foram divulgados muitos dos seus feitos, sendo ocultado que muitas das escolas inauguradas no período foram frutos de doações filantrópicas de pelotenses (OLIVEIRA, 2005).

Também em Pelotas há que se destacar a atuação das instituições maçônicas. Seu principal órgão de expressão era o jornal “O Templário”, que fazia defesa explícita de seus ideais, dentre eles a oposição à Igreja Católica que se expressava claramente contrária aos Maçons. A Maçonaria gaúcha operava o governo positivista/castilhistas.

Nesse sentido, os maçons lutavam pela educação elementar pública e obrigatória, pelo ensino técnico e laico, defendiam a liberdade de culto dentro das escolas e acreditavam que a única maneira de retroceder no atraso do avanço histórico brasileiro seria através da educação, obviamente mantendo sempre as características básicas, em que uns pensam e outros trabalham, ideias claramente vinculadas ao positivismo (AMARAL, 2005).

Em Pelotas, ainda segundo a autora, a principal batalha da maçonaria em prol do ensino público era para contrapor-se ao ensino católico dominante. Um exemplo claro desse empenho foi a construção e manutenção do Ginásio Pelotense. Contudo, é importante salientar que a ideia dos maçons não era promover mudanças estruturais na sociedade e sim proporcionar uma “educação moral” em que os mais pobres, menos favorecidos, tivessem condições de entender as leis e com isso adequar-se à sociedade existente, o que eliminaria a selvageria e o ócio. Isso mostrava também uma das máximas propagadas: “a um povo ignorante e bruto será mais fácil opprimir do que governar; ao contrário, um povo ilustrado será mais facilmente governado e difficilmente opprimido” (Jornal “O Templário”. In: AMARAL, 2005, p. 55).

Weber (1999, p.311) lembra que os governos positivistas “mantinham velhas formas para os mesmos problemas”, referindo-se às práticas do Partido Republicano Rio-Grandense para a resolução dos problemas de saúde e educação existentes no RS até a década de 1930:

O final do século XIX se caracterizou em termos ideológicos no Rio Grande do Sul por apresentar uma multiplicidade de projetos sociais que cobriu todo o espectro doutrinário representativo das várias

facções de classe em disputa pela hegemonia. Indiretamente, este processo foi facilitado pela concepção positivista de liberdade espiritual que inibia o poder do estado neste âmbito. Assim, tanto mais forte se tornava politicamente o positivismo na província, melhor campo de luta dispunham os vários projetos educacionais (TÂMBARA, 2000, p. 115).

Segundo Pesavento (1995, p. 17), o governo gaúcho republicano, que assumiu em 1889, tinha suas feições positivistas e apoiava-se nas ideias de Comte:

O “autoritarismo ilustrado” que governava o Rio Grande representou uma aliança entre setores agrários e não agrários da burguesia local que se estruturava. Entendiam, à luz dos princípios positivistas, que o progresso seria dado pelo desenvolvimento industrial, pelo primado da ciência, pela educação e pela moral. A ciência e a indústria assegurariam o progresso, enquanto que a moral e a educação manteriam a ordem.

Nas primeiras décadas do século XX, Pelotas passa a substituir uma economia voltada para o charque por uma economia agrícola que deve ser suprida com mão-de-obra qualificada para e pelo homem do campo. A economia agrícola surge nesse contexto com a intenção de suprir as necessidades econômicas da região. Dessa forma, o PAVG surge como uma alternativa para enquadramento dos filhos dos produtores rurais nos moldes econômicos e sociais do período (MONTEIRO, 2007).

É possível afirmar que, durante as primeiras décadas da República, as preocupações educacionais foram intensificadas no RS devido à vinculação aos ideais positivistas. Como já evidenciado em Pelotas, em um pequeno espaço de tempo foram implantadas inúmeras escolas primárias, notadamente no governo de Augusto Simões.

Nesta cidade, a preocupação com o desenvolvimento agrícola e a educação rural não surgiu no período Republicano. Ainda no Império sediou a primeira Escola de Ensino Agrícola e Veterinário do Rio Grande do Sul. Em fins do século XIX, na cidade, predominava a economia voltada para a produção do charque e que proporcionou à cidade desenvolvimento em termos econômicos e culturais avançados para a época. A elite pelotense trazia da Europa ideias inovadoras para o sul do país. Nelas incluía-se a modernização agrícola com

orientação para o sistema capitalista, tendo em vista utilizar mão de obra livre. Segundo Zarth (2007, p. 138),

Na perspectiva de um olhar europeu, ao longo do século 19 surgiu a idéia de imigração e colonização européia como sinônimo de progresso e inovação tecnológica no Sul do Brasil, tendo como contraponto o conceito de atraso e tradicionalismo dos agricultores nacionais, formados por descendentes de portugueses indígenas e africanos. A imigração de italianos e alemães, entre outros, por si só não daria conta de transformar a agricultura nos padrões europeus que serviam de referência. Para alcançar este objetivo circulou também a idéia de construir instituições científicas e escolares voltadas para o campo.

Dessa forma constata-se que Pelotas passa a ser um importante espaço que irradia essa discussão, pois será aqui, segundo o mesmo autor, que já havia sido instalada a Escola de Ensino Agrícola e Veterinário, instituição que era referência em nível nacional.

Essa instituição foi criada no ano de 1883, numa parceria entre governo municipal, a elite pelotense e a família de Eliseu Antunes Maciel⁹ que destinou verbas para a construção do prédio, instalado no centro da cidade de Pelotas. A Câmara Municipal ficaria com a responsabilidade de manutenção da Escola, mas antes mesmo de ser inaugurada, uma proposta do império veio a mudar os planos, trocando o projeto de Escola Primária para o projeto de uma escola superior de Agronomia e Veterinária.

Inconformada com o abandono do projeto, a elite pelotense conseguiu fundar no mesmo prédio, em 1887, o Liceu de Agronomia, Artes e Ofícios chamado mais tarde de Liceu Rio Grandense de Agronomia e Veterinária, origem da Universidade Federal de Pelotas.

A instalação de cursos destinados às classes pobres era também uma maneira de defender os ideais e conhecimentos daqueles que os propunham. Em Pelotas, a Igreja Católica, a Maçonaria e o governo municipal se engajaram nessa tarefa. Contudo, devemos encarar esses empreendimentos com dois sentidos: inculcar ideais e também formar mão de obra. Ao mesmo tempo, é anterior ao período Republicano a dedicação pelotense ao ensino das classes populares, mesmo que de maneira irrisória: Osório (1962) comenta que em

⁹ Fernando Luis Osório traz informações sobre a construção desta Escola e seus processos de transformação. Ele cita também a publicação da Revista Agrícola do Rio Grande do Sul. Ver OSÓRIO (1962).

1871 criou-se o Colégio União em Pelotas, uma escola destinada a adultos. Segundo ele, o pronunciamento do Jornal do Comércio, em 7 de fevereiro de 1871, sobre o assunto é o seguinte: “Ao Sr. Fernando Osório cabe a alta glória de ser o primeiro da província a fundar uma escola popular, e à cidade de Pelotas cabe a honra de apresentar as suas irmãs da Província um exemplo grandioso e digno de imitação” (OSÓRIO, 1962, p. 162).

Segundo PERES (2002, p. 87):

O estímulo à instrução primária para os homens analfabetos das classes populares ocupou espaço na discussão entre políticos, intelectuais e ministros do governo imperial. Foi uma das principais iniciativas de educação formal destinada aos homens livres e libertos na segunda metade do século XIX, especialmente com o intuito de transformar o liberto em cidadão.

Em 1912, o Ginásio Pelotense, mantido pela Maçonaria, criou o curso noturno de ensino primário, que era destinado aos operários e pobres, com o fim de uma maior abrangência social dos conhecimentos elementares. “O curso era noturno e constava de 6 aulas por semana, funcionando cada uma das 7 às 8 horas da noite” (AMARAL, 2005). Outra instituição era destinada aos meninos pobres: o Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Asylo de Meninos, dirigido pelos irmãos Lassalistas que haviam assumido a direção do colégio Gonzaga em 1926. No ano de 1944, o Asylo de Menores mudou-se para o bairro Areal com a denominação de Instituto de Menores de Pelotas. Os irmãos Lassalistas mantiveram a Escola Sagrado Coração de Jesus até o ano de 1953. Em 1964, criaram a escola gratuita Hipólito Leite, que por eles é mantida até hoje (AMARAL, 2003).

Segundo Meireles (2002), com a mesma orientação foi criada ainda em Pelotas a Escola de Artes e Ofícios, fundada em 1917, que deu origem ao atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul). Assim, quando surge, vem com a intenção mesma dos patronatos, tendo por base um discurso contundente e enfático nesse período inicial da República. A ideia era de atender aos desvalidos da sorte, aos desfavorecidos da fortuna, “com o indispensável preparo técnico e intelectual para fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastassem da ociosidade, escola do vício e do crime”. Mesmo assim, o edifício para a Escola foi construído, mas

não foi colocado em funcionamento. Somente quando foi municipalizada ela passou a funcionar no ano de 1930, com a denominação de Escola Técnico Profissional.¹⁰

Os liceus de artes e ofícios tem sua origem nos tempos do Império brasileiro. Segundo Manfredi (2003, p.75),

Paralelamente à construção do sistema escolar público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

Outra característica evidente de constituição de escolas destinadas aos pobres em Pelotas foi a criação dos cursos noturnos na Bibliotheca Pública Pelotense, criados em 1877. Esses eram destinados à instrução primária dos jovens e adultos, pois:

[...] dar-lhes escola, com regras e normas disciplinadoras, controle do tempo e do espaço, era uma das formas de prepará-lo para a inculcação de tais idéias: o amor ao trabalho, independente das vantagens e desvantagens materiais que podiam daí advir. Os homens das classes populares, especialmente os negros libertos, foram alvo de um rígido controle e disciplinamento que, entre outros mecanismo, contaram com o auxílio da instrução formal. A ética do “amor ao trabalho” foi um dos principais objetivos a serem alcançados via educação (PERES, 2002, p. 86).

Pesavento (1988), ao pesquisar a trajetória da burguesia gaúcha e sua afirmação enquanto classe, também demonstra o quanto existe a necessidade de uma formação que garanta aquilo que fica exposto através das práticas escolares: uma disciplina para o trabalho. Essa burguesia está surgindo intimamente ligada à industrialização. Porém, sem se tornar hegemônica, ela caminha lado a lado com setor agrário e ambos vão buscar ordenação no trabalho, que na pesquisa em questão volta-se para a agricultura e pecuária com oficinas de marcenaria, carpintaria, práticas de plantio etc., comuns no Patronato na cidade de Pelotas.

Essa formação burguesa, ao colocar-se no RS, já nasce vinculada ao setor agrário e pastoril o que a vincula às necessidades econômicas e políticas. Assim, essa burguesia, tanto agrária quanto industrial, “mantinham entre si

¹⁰ Sobre a implantação da antiga Escola Técnica Federal de Pelotas, hoje IF-Sul, ver MEIRELES (2002).

relações de complementaridade e conflito, ou seja, fortes laços de composição, uma vez que se apresentavam como frações da mesma classe dominante, que não excluía as contradições” (PESAVENTO, 1988, p. 14), que ora eram vinculadas às questões agrárias, ora às questões “empresariais, urbanas e progressistas”.

No RS a crescente industrialização muda os ares das cidades. Pelotas vive o dia a dia dos aglomerados urbanos e dos chamados “cortiços”. Segundo Loner (2001) havia oficinas e a partir de 1925 fábricas diferenciadas:

O levantamento de 1911, efetuado pela Seção de Estatística do município de Pelotas, apresentou um quadro industrial da cidade caracterizado pela concentração dos estabelecimentos nos ramos da alimentação: olaria e produtos derivados da pecuária, como charqueadas, curtumes, calçados, malas, cola, velas, sabões, graxas e perfumaria, além de escovas e vassouras. Fora destas, existiam apenas algumas de roupas e tecidos, uma de vidro; seis de móveis, de madeira e vime; um de instrumentos musicais; dois de coroa de flores; três de jogos de artifício; destacando-se seis de fabricação de carros e dois estaleiros navais (LONER, 2001, p. 53).

Conforme ALONSO (1994, p. 25), no início do século XX, a vida da maioria da população de Pelotas era precária, Para os charqueadores a decadência econômica já havia batido em suas portas com o declínio das charqueadas. A maioria da população urbana era constituída por pessoas extremamente pobres, descendentes de escravos ou pessoas oriundas do meio rural que possuíam um poder aquisitivo muito baixo.

As necessidades de organização do espaço urbano, por parte do poder público, crescem ao mesmo tempo em que crescem as dificuldades para a sociedade que não está enquadrada no trabalho das fábricas ou qualquer outro que seja digno da conduta que exige agora a burguesia.

Ao mesmo tempo em que se desenvolve o espaço urbano também surge a necessidade de adequá-lo às normas higienistas. Essas discussões surgem em Pelotas na transição do século XIX para o XX, vinculadas tanto ao pensamento higienista no Brasil quanto à necessidade de cuidados com o saneamento e com uma modernidade urbana. Urgente e necessário era organizar esse espaço, poluído com a grande quantidade de lixo e também de pessoas que viviam pelas ruas, pois não tinham ocupação e nem onde morar, levando ao surgimento de doenças e epidemias. Medidas foram tomadas para

a organização do espaço pelotense: construção do Parque Pelotense Souza Soares em 1883; construção de hospitais como a Santa Casa e a Beneficência Portuguesa, asilos para mendigos e órfãos, e instituições de caridades (SOARES, 2001). Todas essas medidas mostram que realmente Pelotas volta-se para a tentativa de organização do espaço central e isso se faz em função de um contingente populacional de pobres e indigentes, que devem ser “limpados” dos espaços *pertencentes* às classes sociais mais abastadas. Soares (2001) salienta que

[...] a questão foi avançando até envolver aquele que foi o maior engenheiro sanitarista brasileiro, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que no final da década de 1920 realizou a fase final do plano de melhoramentos e saneamento da cidade, projetando parte de sua expansão urbana posterior (SOARES, 2001, P. 68).

Para Pesavento (1995), o processo de êxodo rural no RS foi mais lento, porém, havia as migrações cidade-cidade que contavam também com os excedentes da abolição da escravidão. Esse contexto citadino também é vivenciado na cidade de Pelotas, que padece das mesmas carências do resto do estado com relação ao crescimento da cidade e as condições precárias de higiene e saneamento básico.

Essas características serão marcantes para a formação do Patronato Agrícola na cidade de Pelotas, pois conforme já foi dito, muitos dos alunos que ali se instalaram eram crianças pobres, órfãs e oriundas das cidades circunvizinhas.

Um exemplo desse cuidado com as questões sanitárias são as fichas encontradas na escola referentes aos alunos. Para ingressarem no Patronato deveriam vacinar-se (uma das medidas higienistas da época) e apresentar comprovação de que tinham boas condições de saúde. Consta na ficha de um aluno que entrou para a escola no ano de 1929, o seguinte atestado: “Atesto para os devidos fins que o pequeno V.P.K, se acha em boas condições de saúde e não apresenta defeitos físicos”. Assinado: Álvaro Barcellos, em 21 de janeiro de 1929.

Essa ficha exemplifica o que era necessário comprovar para ingressar no Patronato. Algumas fichas, provavelmente daqueles que eram mais carentes, não apresentavam atestado de saúde, mas passavam pelos exames

físicos realizados pelo médico da escola. Outra característica importante dessa ficha é que o aluno tinha o nome do seu Pai como *ignorado*, constando apenas o nome de sua mãe, que era de nacionalidade brasileira.

A criação do PAVG atende, além das necessidades regionais ligadas às questões agrícolas, surgem também aquelas relacionadas às questões infantis, até mesmo pela própria constituição dos alunos dessa instituição, ou seja, aqueles que vinham das ruas, ou de casas com condições financeiras insuficientes para a manutenção e a educação das crianças, buscando como solução o encaminhamento ao Patronato Agrícola Visconde da Graça. Portanto, certamente o início do século XX já sofria com o excesso dos aglomerados urbanos da infância pobre:

Nos jornais pelotenses passam a ser freqüentes os comentários sobre as péssimas condições de moradia na área central, onde proliferavam cortiços, e nos bairros populares, onde a população abrigava-se em barracos. A falta de calçamento e de infra-estrutura sanitária torna-se um dos principais problemas urbanos que passam a requerer medidas do poder público municipal (AMARAL, 2003, p. 59).

As instituições destinadas ao ensino agrícola e técnico foram alvo de variadas políticas educacionais no período inicial da República. Advindas desde o império, é certo que foi nos primórdios do século XX que houve uma intensificação de políticas neste setor. Na cidade de Pelotas, destaca-se muitas instituições destinadas à educação de crianças e jovens carentes. O crescimento urbano e o conseqüente aumento no percentual de pobres e órfãos pôs em perigo interesses da burguesia local. Como as políticas positivistas apregoavam uma diferenciação escolar por classes sociais, seus representantes não poderiam pensar o contrário. Para os pobres, uma pobre educação: primária, básica e intuitiva, como se observará a seguir.

2 A GÊNESE DO PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA

O atual Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça¹¹, situado na cidade de Pelotas, foi instalado no ano de 1923 com o nome de Patronato Agrícola Visconde da Graça.

Na época, Pelotas tinha a vantagem de possuir um Ministro da Agricultura que era pelotense. Ildfonso Simões Lopes¹², filho de João Simões Lopes¹³, defendeu a instalação do Patronato em sua cidade natal.

Para a instalação dos Patronatos no Brasil houve articulação entre o governo federal e as prefeituras municipais, sendo beneficiadas as localidades que possuíam lideranças políticas mais atuantes junto ao poder público. Como afirma Silva (1994, p. 44).

Na proporção que iam sendo adquiridos esses imóveis, o projeto ia se interiorizando, as Instituições Patronais iam sendo criadas em vários locais, levando-se em consideração os meios disponíveis bem como a necessidade do local, e, de acordo também, às solicitações de líderes políticos do Governo, onde, é claro, cada um queria beneficiar a sua comunidade com tal empreendimento.

A influência de Ildfonso Simões Lopes para instalação do Patronato em Pelotas aparece claramente nos jornais pelotenses e também nos escritos de Osório (1962). É importante ressaltar que houve bastante divulgação desse fato nos meios de comunicação da época. A princípio, se acreditou que essa propaganda era feita somente em função das vinculações políticas locais; porém, ao analisar os Relatórios Anuais, constatou-se que havia a destinação de uma “verba para publicações de caráter transitório em jornais e revistas”.

¹¹ O Visconde da Graça foi denominado Barão da Graça por decreto de 6 de novembro de 1872, e Visconde por decreto de 9 de fevereiro de 1876. In: OSÓRIO (1962, p. 176).

¹² Ildfonso Simões Lopes hoje é nome da avenida de acesso aos dois bairros que são próximos ao Colégio: Arco Íris e Sanga Funda. Uma das finalidades de construção longínqua dos Patronatos em relação ao centro urbano era dificultar as fugas dos menores (Nascimento, 2004, p. 100).

¹³ João Simões Lopes Filho, o Visconde da Graça, colaborou com a cidade de Pelotas, como era comum neste período, em que a iniciativa privada fazia mais méritos que a iniciativa pública. Por isso, quando da ideia da criação da Biblioteca Pública Pelotense, em 1875, sua casa foi sede provisória para a instalação da mesma até que o prédio principal fosse construído. In: PERES (2002, p. 74).

Assim, se percebe que também havia uma articulação para que os Patronatos, assim como políticas do governo federal, fossem bem aceitos pela sociedade.

No Diário Popular do dia 4 de janeiro de 1920 há um artigo intitulado “O Ministério da Agricultura e o ensino Agrícola”. Este artigo foi extraído do último número do Boletim Mundial, Órgão Oficial da Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro. Nele, exaltam-se as qualidades da atuação de Simões Lopes junto ao ensino agrícola no país:

Simões Lopes é o homem necessário para aquele Ministério. Pois o atual Ministro da Agricultura mostrou-se desde logo, decidido a não ter medo dos regulamentos, sempre que se tratava de ativar serviços ou aproveitar iniciativas que concorrerão para o desenvolvimento e progresso da lavoura e da pecuária. [...] Se referirmos, por exemplo, o que diz respeito à divulgação de conhecimentos necessários e úteis ao lavrador, e, particularmente, ao ensino agrícola, notamos já a orientação do Sr. Simões Lopes, inteiramente prática como convém ao interesse público.

O Diário Popular é um jornal assumidamente Republicano. Sendo assim, se sabe da influência política da família Simões Lopes em Pelotas e de sua relação com o PRR e, conseqüentemente, com esse jornal. Por isso, não surpreende o enaltecimento que o Diário Popular fazia à atuação política de Ildelfonso Simões Lopes. Não se quer afirmar com isso que sua atuação não foi destacada, mas convém alertar para o fato de que o jornal é um veículo de informação que pode manipular interesses e que intervém na vida social como espelho de determinados interesses e classes, ou seja, como construção coletiva daquilo que a sociedade é por si só¹⁴.

Conforme já afirmado, os Patronatos surgem em várias regiões do Brasil e vêm para suprir duas necessidades nacionais fundamentais: qualificar mão de obra livre para o trabalho na agricultura e retirar dos centros urbanos os chamados “desvalidos da sorte”, os pobres órfãos e aqueles marginalizados que atrapalham no bom desenvolvimento dos centros.

As finalidades atribuídas aos patronatos agrícolas conformam o perfil institucional entre dois modelos: o escolar - voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho agropecuário – e o correccional – regenerar por meio da vida no campo com a predominância da

¹⁴ Sobre o uso de periódicos ver BASTOS & CATANI (1997), GRACIOSO (1995), KOTLER & FOX (1994), LUCA (2005), LUCENA (2005) e NUNES & CARVALHO (1993).

reclusão e da ênfase em aspectos disciplinares (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Segundo o Almanach de Pelotas, o objetivo da iniciativa da criação do Patronato era zelar pela “instrucção de meninos órfãos e sem amparo, sem meios de se instruírem, arrebatando-os da ociosidade e dos perigos do abandono criminoso, que acabaria por torná-los prejudiciaes e perigosos a comunhão”. (ALMANACH DE PELOTAS, 1924, p. 285).

Seguindo ainda as notícias presentes no Almanach, assim temos o relato sobre a construção do prédio do Patronato:

Inicialmente, no local escolhido, foram construídos sete pavilhões: secretaria e almoxarifado, aulas, dormitórios (pavilhão que seria mais tarde apelidado de “o pulga” pelos alunos), refeitório, banheiros, estábulo e abrigo de animais. Por último, a residência de um escriturário (ALMANACH DE PELOTAS, 1924, p. 287).

A denominação patronato foi usual para um período histórico em que a preparação para o trabalho estava intimamente ligada à moralização da sociedade e sua adequação às necessidades apregoadas pela república que se instalava, conforme foi apontado.

A orientação para a instalação dos Patronatos não fugirá às regras do pensamento civilizatório, moral e positivista vigente na época. Contudo, há que se aliar a essas ideias o desejo de educar os filhos dos trabalhadores do campo, sanar as dificuldades econômicas advindas do setor primário.

O Intendente Municipal de Pelotas, o médico Pedro Luís Osório, encampou a ideia de instalação de um Patronato na região a fim de suprir as necessidades da lavoura e do desenvolvimento rural. Em 1920, dirige-se ao pelotense e Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes, no governo Eptácio Pessoa, para solicitar a instalação de tal instituição. Ao noticiar a inauguração desta Instituição o Diário Popular assim se refere:

Deve-se referida iniciativa aos esforços realizadores do nosso distinto amigo Sr. Dr. Pedro Luis Osório, honrado intendente, a boa vontade do nosso distinto conterrâneo Sr. Dr. Ildefonso Simões Lopes, quando Ministro da Agricultura, Commércio e Indústrias, no governo do Dr. Eptácio Pessoa e aos esforços valiosos e constantes do distinto conterrâneo, deputado Dr. Joaquim Luis Osório (DIÁRIO POPULAR, 16 de outubro de 1923, p. 5).

É importante destacar que em 17 de outubro de 1921, sob a Lei nº 144, o Conselho Municipal, presidido por Manoel Simões Lopes, decretou a doação de 201 hectares de terras, “no 2º distrito, denominado Boa Vista, a 8 km do centro da cidade, para sediar o futuro estabelecimento de ensino” (ANTUNEZ, 1996, p. 17).

Em Pelotas, sobre o estabelecimento da instituição na cidade, o jornal local se pronunciava:

Como se sabe, a função prática dos Patronatos é destinada a prestar os mais relevantes serviços aos povos que deles se utilizem, pois que ali se cultivam o espírito do homem para as lides superiores do trabalho, rasgando-lhe o caminho para seguros triunfos de vida (DIÁRIO POPULAR, 16 de outubro de 1923: p. 5).

Na foto a seguir, pode-se ter uma visão do prédio quando estava sendo construído.



Figura 1. Foto da Construção do PAVG em 1922. Fonte: Acervo do CAVG

Segundo Janzen (1990, p. 82):

A obra era de iniciativa do Município, não se sabe se houve ou não ajuda do Ministério da Agricultura ou qualquer outro órgão, mas dado seu caráter filantrópico, pensamos que o empreendimento foi exclusivamente financiado pelo município. Isso não descarta evidentemente, doações pessoais.

Como se sabe, era corriqueiro que membros da elite pelotense fizessem doações para a construção de obras públicas a fim de conseguirem retorno político e destaque pessoal. Nos jornais a notícia que mais circulou foi sobre a doação de 201 hectares de terras feita pelo município, sem citar o auxílio do governo federal.

Em 1934 o Patronato foi transformado em Aprendizado Agrícola Visconde da Graça. Em 1947, passou a se chamar Escola Agrotécnica Visconde da Graça. No ano de 1961, a Escola vinculou-se ao Ministério da Educação e Cultura e, em 1969, ao incorporar o Colégio de Economia Doméstica, a Escola Agrotécnica foi integrada à Universidade Federal de Pelotas. Nesse ano foi assinado convênio com a República Federal da Alemanha, levando a modernização ao Setor de Avicultura e à Indústria de Alimentos, seguindo a filosofia de ter a “produção como meio de ensino”. No ano de 1975, além de formar técnicos em nível de segundo grau nas áreas de Agropecuária e de Economia Doméstica, a escola implantou o Curso Técnico em Alimentos e ganhou a denominação “Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça” (CAVG) que permanece até os dias atuais¹⁵.



Figura 2: Entrada do PAVG em 1935. Fonte: Acervo do CAVG

¹⁵ Dados retirados de um impresso encontrado na escola intitulado: “O encontro do passado e com o presente: Cultura e Tecnologia a Serviço da Pátria”. Editado em 1983 em comemoração aos 60 anos da escola. A organização foi de membros da própria Instituição.

Hoje a entrada da instituição apresenta-se como na foto a seguir. Nota-se uma construção mais sólida onde se visualiza a arborização presente desde o tempo de sua criação.



Figura 3: Entrada do CAVG em 2009. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Conforme já apontado anteriormente, os estudos sobre o PAVG são poucos. Com relação à constituição dessa escola, o único estudo que temos é o de Antunez (1996), que privilegia e discorre sobre toda a história da instituição desde sua criação até os dias atuais, mas se detém em aspectos mais gerais. Outro estudo como o de Monteiro (2007), em sua tese de doutoramento, busca compreender se a escola utiliza o saber e a realidade do aluno para fazer o seu ato pedagógico, ou seja, a relação do ensino atual dessa instituição com os saberes que os alunos trazem em sua formação empírica e familiar. O estudo de Silveira (2007), feito em nível de especialização também sobre o CAVG, não se refere ao período ora estudado e se ocupa da análise da constituição do PROEJA no ensino médio. Garcia (2001) em tese de doutoramento estudou o curso de Ciências Domésticas de 1960 até 1997.

As discussões ideológicas sobre a modernização agrícola do país trazem à tona o quanto houve de articulação política para que essa instituição viesse para Pelotas. De qualquer forma constata-se, também, que alianças foram feitas a fim de que se mantivessem em sua direção e orientação membros do Partido Republicano ao qual se vinculou a sua criação.

Ressalta-se ainda que nas décadas de 1920 e 1930 a representatividade política de Pelotas e da região sul do estado do RS mostrava-se significativa no cenário nacional.

Outro fato que se deve destacar é que Pelotas, nesse período, ainda era considerada uma importante cidade no país, ocupando o 8º lugar em arrecadação de impostos em nível nacional. A economia que teve por base a produção do charque fez com que a cidade se destacasse econômica e culturalmente e tivesse muitos de seus conterrâneos ocupando importantes cargos políticos em nível regional e nacional, o que influenciou positivamente no aceite das reivindicações políticas daqui advindas. O Patronato foi uma delas.

Nascimento (2004), ao abordar sobre a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, criada em 1924 em Sergipe e antes chamada de patronato São Maurício, assim a caracteriza:

A denominação pouco importa. Em oitenta anos, a instituição foi Patronato, Aprendizado, Escola de Iniciação Agrícola, Escola Agrícola, Colégio e Escola Agrotécnica. No imaginário ficou a marca do Aprendizado. É este o nome que a memória reconhece e que o imaginário entende como espaço capaz de regenerar o mais rebelde dos adolescentes e recuperá-lo para a vida produtiva do campo e o convívio social (NASCIMENTO, 2004, p.1).

Conforme já apontado, este estudo visa abordar, no campo das ideias da História da Educação, o PAVG com a intenção de perceber as práticas escolares que ali predominavam e os motivos reais que levavam especificamente os pelotenses e as autoridades locais a colocarem seus alunos nessa instituição escolar.

Para Lopes,

Os tais seres concretos da história, da história da educação, são seres sexuados e em relação de classe, de gênero, de raça, de idade, sem nenhuma preferência pela ordem em que se diz isso.

Além disso, uma das formas de se perceber a concretude da sua inserção é, sem dúvida, pensar esses seres sexuados, etc., em um dado cotidiano. A contemporaneidade do historiador, mas também de suas fontes, está imersa no cotidiano. Perceber a história, construir a história sob essa ótica é uma forma de escapar à lógica da dominação, e a uma história da perspectiva dos dominantes (LOPES, 1994, p.24).

Assim, a instalação do Patronato veio a atender às necessidades das classes menos favorecidas, indo ao encontro dos que idealizavam uma instituição que formasse trabalhadores qualificados ao trabalho agrícola e que fossem qualificados para trabalhar na emergente república, carente de trabalhadores considerados “mais civilizados”.

2.1 A INAUGURAÇÃO DO PATRONATO E SEUS DIRETORES

No dia 14 de outubro do ano de 1923 foi inaugurado o prédio para abrigar o Patronato Agrícola Visconde da Graça. Sua construção iniciou em maio de 1922 com projeto datado do ano de 1921. Nos jornais locais a festa de inauguração é noticiada como fato marcante para a cidade de Pelotas. Os discursos enfatizam a forte contribuição moral e material do “louvável empreendimento”.

O destaque da imprensa quanto ao objetivo do Patronato é, sem dúvida, a ênfase sobre os efeitos positivos que a escola iria produzir junto à infância local. São bastante divulgados os nomes dos responsáveis pela sua criação.

Assim se referia o Almanaque de Pelotas quanto à festa de inauguração:

Justo é, pois, que deixemos assinalados os nomes dos que se interessaram e promoveram tão importante recolhimento de instrução e trabalho, e os quais foram os ilustres conterrâneos Dr. Pedro Luis Osório, Intendente do Município, e Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura do governo Eptácio Pessoa. Se ao primeiro deve a cidade a lembrança de dotá-la de tão útil estabelecimento, promovendo todas as facilidades, taes como a doação do terreno necessário e outras, ao último cabe, sem dúvida, a sua efetivação, pelo dedicado empenho que desenvolveu junto ao governo da República, até conseguir sua anuência e a assinatura do respectivo decreto (ALMANAQUE DE PELOTAS, 1924, p. 285).

O Município de Pelotas, através dos representantes políticos ligados ao Partido Republicano citados na notícia acima, ao doar o terreno para estabelecimento da instituição não deixava de se sobressair e manifestar tal

fato como forma de conseguir desenvolver maiores louvores às suas figuras públicas (ALMANAQUE DE PELOTAS, 1925, p. 257 a 272).

Na inauguração da escola, sua estrutura arquitetônica era constituída por pavilhões, assim planejados:

Tabela 2: Tabela das dimensões dos prédios do Patronato em 1923

Número do Pavilhão	Destinação	Tamanho
1	Gabinete do Diretor (Secretaria) e Almojarifado	17 m x 6,30m, com um avançado de 2m x 90m x 6,30m
2	Aulas, Enfermaria, Consultório Médico, Gabinete Dentário, Oficinas de Carpintaria e Selaria.	28,60m x 10m
3	Dormitórios	50m x 10m, tendo ao centro um avançado de 15m x 10, 80m
4	Refeitório dos alunos, com cozinha, copa e dispensa	40m x 9, 50m
5	2 banheiros e aparelhos sanitários	6, 40m x 4m
6	Galpão abrigo	22, 50m x 8m
7	Duas casas juntas para os funcionários	13,50m x 6m
X	Casa de Madeira	9m x 3m tendo um avançado de 2,20m x 3m
X	Galpão para Oficinas	20m x 5m

Fonte: Almanaque de Pelotas e Relatório Anual, 1924 E 1925

A distribuição do espaço escolar revela as prioridades institucionais: a sala de aula não possuía um lugar reservado e nem mesmo amplo no PAVG, estando vinculada à enfermaria, ao consultório e às oficinas. O gabinete do diretor, espaço para a administração, possuía ampla dimensão se comparado

ao restante dos prédios. Dessa forma é bastante evidente que este espaço voltava-se para o ensino prático sem privilegiar a sala de aula, ficando vinculado aos objetivos de formação aos quais a instituição se propõe: preparação prática para o trabalho.

Outra relevante constatação ao analisar o espaço escolar foi a preocupação com prédios para dormitório e refeições, demonstrando claramente o quanto os discursos vinculados à ideologia higienista estavam arraigados às práticas e arquitetura escolar.

Segundo Nosella & Buffa (1996, p. 42), “a primeira vista, é possível não se perceber o significado dos elementos da composição arquitetônica de um edifício, mas na verdade, cada elemento materializa concepções, opções, valores, preocupações humanas”.

As notícias nos periódicos não deixavam de salientar também o asseio e os bons espaços da escola. O dormitório era classificado como um “amplo salão de janelas rasgadas para ambos os lados”, com 3 filas de leitos em número de cem e roupas novas. Quanto à cozinha, “o mais amplo asseio, abundância de luz e ar”. A escola e as oficinas eram consideradas espaçosas.

Na foto a seguir temos uma ideia de como era o espaço destinado ao dormitório escolar.



Figura 4: Dormitório dos Alunos do Patronato. Sem data. Fonte: CAVG

Na próxima foto, pode-se observar que o refeitório usufruía de grande e arejado espaço.



Figura 5: Refeitório em 1933. Fonte: Acervo CAVG

Como já foi referido, os diretores do Patronato foram, em algum momento, representantes de cargos políticos.

A figura do diretor do PAVG recebia destaque junto à comunidade local. O diretor era considerado o “pai” da instituição e benfeitor dos pobres. Para ingressarem na mesma os alunos deveriam passar pelo julgamento do juiz. No entanto, alguns eram indicados por amigos do diretor, e assim conseguiam sua vaga na escola. A seguir, um pedido do Intendente Municipal dirigido ao Diretor da Instituição para que fosse aceito um aluno no internato.

Presado amigo sr. Dr. Alvaro Simões Lopes

Pedro Luis da Rocha Osorio
 apresenta cumprimentos e recommenda a
 portadora sra. [redacted] que
 se faz acompanhar de um menor orphão de
 Paes, por isso que péde, com empenho, rece-
 bel-o no Patronato Agricola Visconde da

PELOTAS

Graça, sob a competente direcção de meu
 distinto amigo. Com os meus antecipados
 agradecimentos, subscrevo cordealmente
 amigo certo,

15-2-1929

Pedro Osorio

Documento nº1: Correspondência ao Diretor do Patronato. Fonte: Acervo CAVG

O primeiro diretor dessa instituição foi Antônio Soares de Paiva, que ficou apenas 3 meses na direção da escola. Como a instituição começou a funcionar em outubro de 1923, permaneceu na direção até janeiro do ano posterior. É relatado no jornal Diário Popular:

Patronato Agrícola: O nosso distinto amigo e conterrâneo Dr. Alvaro Simões Lopes foi nomeado director do "PAVG", nesta cidade. O Sr. Dr. Antonio Paiva, que exerceu aquele cargo, vae ser aproveitado, do que ouvimos, para o cargo de inspector do Patronato neste estado (DIÁRIO POPULAR, 10/01/1924).

Todos aqueles que estiveram envolvidos na direção da Instituição eram figuras vinculadas às questões agrícolas regionais. Antônio Paiva foi sócio

fundador da Sociedade Agrícola de Pelotas e esteve presente na primeira reunião que ocorreu, em 12 de outubro de 1896, sendo secretário-geral desde a fundação dessa instituição em várias gestões. Em 1905 foi comissário-geral da 4ª Exposição da Sociedade Agrícola, em substituição a Guilherme Minssem.

No jornal Diário Popular de 29/11/1930, sobre a Sociedade Agrícola de Pelotas, consta a seguinte nominata:

Dessa antiga Associação Local, recebemos participação da posse da seguinte directoria: Presidente: dr. João Rouget Perez; 1º Vice: dr. Augusto Simões Lopes; 2º Vice: dr. Leonardo Brasil Collares; 1º Secretário: dr. Carlos Serafim de Castro; 2º secretário: dr. Lamartine de M. Duarte; Thesoureiro: Carlos Chaves Lopes; Adjunto: F. A. Allsayer. Directores: Dr. Edmundo Berchen; **Dr. Antonio S. de Paiva**; coronel Guilherme Echenique; dr. Orlando R. Magalhães; dr. Procopio D. Gomes de Freitas; coronel Octavio Esteves. Comissão de Contas: Carlos Farias; major Olavo A. Alves; Edmundo Berchon Filho.

O segundo diretor do Patronato foi Álvaro Simões Lopes, que assumiu em janeiro de 1924 e ficou na direção da escola até o ano de 1930. O mesmo era filho do Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes e neto do Visconde da Graça, tendo a Engenharia Agrônômica como formação.

Segundo Nery (2006, p. 129), Álvaro Simões Lopes também foi diretor do Ensino Agrícola, cargo ocupado junto ao Ministério da Agricultura na década de 1930. Sua atuação e experiência como diretor do Patronato de Pelotas foram relevantes para alcançar o cargo; contudo, as influências políticas também tiveram destaque para essa conquista. No relatório anual de 1931 do PAVG, destaca-se que Simões Lopes saiu da instituição a fim de assumir o cargo de Inspetor dos Patronatos Agrícolas.

O diretor que assumiu a instituição em 1931 foi Jayme Soares de Oliveira. Esse ficou na direção por 24 anos. Exerceu o cargo até 1955. Jayme era também formado em Engenharia Agrônômica, sendo ainda professor de Agricultura do patronato. Antes de ser diretor, Oliveira foi auxiliar de Álvaro Simões Lopes na direção do PAVG.

O decreto de número 13.706, de 25 de julho de 1919, que traz o regulamento da instituição, confere aos diretores um status diferenciado. O diretor era o responsável por fazer a inspeção do regulamento dentro de cada instituição.

Todos os diretores do Patronato deveriam ser preferencialmente agrônomos ou engenheiros agrônomos, conforme artigos citados abaixo:

Art.28: o cargo de director deve ser exercido de preferência por agrônomo ou engenheiro agrônomo, que tenha tirocínio na direcção de estabelecimentos de ensino agronômico ou haja dirigido propriedade agrícola organizada de accôrdo com os melhores methodos de exploração rural. (BRASIL, 1919, p. 150-151)

Art. 29: O auxiliar-agronomo deve ser profissional formado em escola de agricultura da União ou dos Estados, tendo tirocínio em serviço agrícola particular ou official.

Segundo Nery (2006, p. 73), as manifestações de poder exercidas pelos diretores não se davam somente pela investidura no cargo, mas também pelo título de agrônomo que deveriam possuir sempre que fossem diretores de instituições de ensino voltadas ao setor primário da economia. Ainda, segundo esse autor, não era a instituição que dava prestígio ao diretor, e sim o contrário. No Patronato de Pelotas, era nítido que a direção de Álvaro Simões Lopes foi mais evidenciada nos jornais. Sempre que o Diário Popular publicava alguma notícia sobre o PAVG, vinculava-a a figura dos diretores. Contudo, quando se reportava a Álvaro, era sempre com as palavras de “distinto amigo”, “honrado conterrâneo”, “querido diretor”, “ilustrado diretor”, “ilustrado amigo”.

Notou-se que o jornal fazia forte apologia ao seu conterrâneo do Partido Republicano, apelando à propaganda para intensificar junto à sociedade a boa conduta moral desse diretor.

O diretor Álvaro Simões Lopes não deixava de pleitear junto ao governo federal melhorias à instituição. Nos relatórios anuais ele enviava fotografias da produção escolar, evidenciando o crescimento da escola e destacando que aquela produção ainda não alcançada sofria por causa da falta de verbas e material que deveria ser fornecido pela Inspeção Agrícola. Contudo, foi na gestão de Jayme Soares de Oliveira que a escola obteve as melhorias tão reivindicadas anteriormente: a construção do sistema de esgotos e a ampliação do abastecimento de água.

3. PRÁTICAS EDUCATIVAS: ENSINO PRIMÁRIO PROFISSIONAL E CÍVICO

3.1 ENSINO PROFISSIONAL

Os Patronatos eram instituições com currículo voltado para o ensino agrícola e cívico. Esse padrão de ensino vem associado à ideia de formar mão de obra para o setor primário numa instituição destinada às crianças que fossem consideradas fora dos padrões sociais estabelecidos. Essas crianças eram aquelas que foram pouco amparadas pela família, órfãos em sua maioria, que não tinham condições de ter acesso ao estudo.

Aos alunos do Patronato era ministrado o ensino primário no qual as turmas eram divididas, conforme o seu grau de adiantamento, em elementar, média e complementar.

O método de ensino era o Intuitivo e o Prático. Segundo notícia do jornal Diário Popular, o ensino primário era ministrado em dias alternados, divididos em mais de uma turma, aumentando as turmas de acordo com o aumento do número de alunos, de acordo com a necessidade da região e a organização da instituição. A divisão dos alunos era seguida pelo grau de adiantamento de cada um. Assim, enquanto uma turma frequentava as aulas, a outra recebia o ensino agrícola no campo. Os alunos de melhor desempenho eram colocados na turma 1, os outros eram distribuídos, respectivamente, nas turmas 2 e 3. Consta no Diário Popular, em 10/04/1928, a organização escolar:

dentro dos poucos recursos de que dispõe o estabelecimento, dá-se ali também o ensino técnico profissional nas modestíssimas oficinas de carpintaria, ferraria, e selaria, por onde passam todos os menores, em pequenas turmas procurando-se aperfeiçoar em um determinado ofício aqueles que demonstram inclinação, gosto especial e interesse pelo mesmo. A parte correspondente ao ensino agrícola, porém, é a que mais desvelo merece a administração. Assim, além das aulas diárias de elementos de agricultura existem as aulas práticas do campo, empregando-se ferramentas agrícolas. Está assim feita a organização agrícola do Patronato: seção de horticultura, seção de pomicultura, seção de viveiros, seção de agrostologia, seção de culturas experimentais, seção de culturas extensivas, seção de avicultura. Será em breve instalada a estação de monta.

O método de ensino intuitivo, segundo o regulamento, deveria estar presente nas aulas práticas, nas quais os educandos aprendiam de acordo com o objetivo da instituição, voltado para as práticas agrícolas.

O método intuitivo foi aplicado no Brasil nos anos finais do século XIX. Surgiu posteriormente ao método tradicional e anteriormente ao escolanovismo. Iniciado na Europa (Pestalozzi e Froebel), ele foi implantado para fazer com que os alunos tivessem um melhor rendimento escolar, além de aprenderem através da intuição e da prática, ou seja, *aprender a fazer fazendo*.

O manual de Norman Allison Calkins¹⁶, *A Lição das Coisas*, foi traduzido para o português por Rui Barbosa e impresso em 1886. Esse era um dos livros usados no Patronato. Ali as próprias disciplinas condiziam com as proposições do método, assim como o museu, cuja constituição foi assinalada nos relatórios da instituição sempre de maneira lenta e gradual, embora todos os anos os alunos se dedicassem à coleta de material para o mesmo.

Contudo, o método mantinha o sistema de classificação dos alunos e era difícil de ser implantado no cotidiano escolar. Os professores sentiam dificuldades em ensinar o aluno através do método do fazer, pois o governo não fornecia ou demorava a fornecer o material didático necessário, além dos maquinários e equipamentos.

Na *classe média*, os alunos aumentavam o seu quadro de disciplinas. Além das aulas práticas, aprendiam Português, Aritmética, Geografia, Geometria e História do Brasil e Natural, Lições das Coisas, Instrução Moral e Cívica e noções de Agricultura.

Na *classe elementar* os alunos tinham as mesmas disciplinas da classe média, porém as classes eram subdivididas de acordo com o aproveitamento. Os que eram considerados com menor aproveitamento deixavam de receber ensinamentos de algumas disciplinas, como Geometria e História do Brasil. Assim, a orientação dava-se em ordem crescente, ou seja, na sub-classe A ficavam os alunos mais adiantados e, consecutivamente, até a sub-classe D, ficando nessa os alunos com mais dificuldades, dependendo da quantidade de alunos em cada ano. Tudo isso no primeiro semestre do ano letivo.

No segundo semestre, os alunos da classe Complementar e Média aprendiam Português, Aritmética, Geografia, Geometria, História do Brasil, Lição das Coisas, Desenho, Instrução Moral e Cívica e Noções de Agricultura.

¹⁶ Para maiores informações sobre o método de ensino intuitivo e prático, ver Valdemarim (2004).

Na classe elementar os alunos não aprendiam Lição das Coisas, Geometria e História do Brasil.

Nos relatórios, os professores reclamavam dos alunos que entravam para o Patronato, pois eram em sua maioria analfabetos.

O MAIC deixava a desejar quanto ao material que deveria enviar à instituição. Ainda no ano de 1927, o professor de Instrução Agrícola declara que não possuía material escolar nem livros apropriados, utilizando-se assim somente de uma “instrução puramente demonstrativa [...] A partir do ano de 1926 os alunos estudavam uma hora à noite, antes de dormir, apesar das dificuldades por não haver luz elétrica”.

A seguir, foto de uma sala de aula, em 1924. Essa foto mostra o quanto o espaço precisava ser realmente equipado para usufruir do método. Percebe-se aqui o uso do mapa geográfico, quadro negro e livro escolar.



Figura 6: Aspecto de uma sala de aula do Patronato, 1924. Fonte: Acervo CAVG

O método necessitava de equipamentos para sua implantação. De acordo com regulamento de instrução do estado de Minas Gerais, de 1911, os aparelhos necessários ao ensino são:

- 1º Uma bandeira nacional;
- 2º Um globo terrestre;
- 3º dois mappas geographicos, sendo um do Brasil e outro do Estado de Minas;
- 4º um contador mechanic e uma colleção de pesos e medidas;
- 5º Solidos e aparelhos necessários ao ensino de geometria;
- 6º estojo de desenho;
- 7º Instrumentos para a execução de trabalhos manuaes, incluídos na

classe: um sacho, uma sachola, um ancinho, um forcado, tesouras para arvores e de podar, um plantador, um desplantador, uma pá, um regador, um podão, um canivete e um ingeridor; 6º Aparelhos para o ensino intuitivo das noções e princípios fundamentaes, mais rudimentares, de physica e de chimica; 7º Pequenos museus ou collecções de historia natural (RESENDE, 2002).

Resende (2002) chama atenção para o fato de que a Escola Nova apregouo praticamente os mesmos princípios do método intuitivo sem, no entanto, nunca tê-lo citado. Ao mesmo tempo, também aponta que não havia professores qualificados para esse método e nem material disponível para as atividades escolares a ele relacionados.

A popularização da educação às classes populares foi discutida no mesmo momento em que se expandia o método intuitivo, que foi muitas vezes confundido com a aprendizagem fácil e sem esforços; porém, era dos seus princípios “apoderar-se do espírito das coisas, ir além do sensível” (SCHELBAUER, 2010).

Ainda segundo a mesma autora, havia polêmica sobre a forma de ensino da *Lição das Coisas*, se poderia ser ensinada em todas as disciplinas ou separadamente, como disciplina à parte e única; no entanto, o ideal seria o ensino das duas formas. No Patronato esse método era incrementado nas disciplinas, mas não encontrou-se informações de que os professores estivessem sendo capacitados para sua aplicação.

Por isso, a utilização do método de ensino de aprendizagem prática, ou seja, através do trabalho, acabava sendo conveniente ao governo, pois justificava o labor que os alunos realizavam dentro das instituições e atribuía conhecimentos básicos, como era destinado nessa época às classes sociais mais baixas. Em reportagem do jornal porto alegreense Diário de Notícias do dia 19/10/1929, obtêm-se a informação de que os alunos do PAVG que não estavam em aula trabalhavam como auxiliares nas diversas seções do estabelecimento, o que indica a total disposição dos educandos, nos diferentes horários do dia, ao trabalho dentro da Instituição.

Ao que tudo indica, no ano de 1930 o ensino estava deixando a desejar na instituição. No relatório apresentado pelo professor da primeira turma, Virgílio Carneiro Leão Filho, apesar de continuar aplicando o método de ensino

intuitivo, demonstra descontentamento quanto aos resultados. O professor pede à direção,

[...] a reforma parcial do curso; organização de um programa de ensino de acordo com as necessidades e o tempo disponível; substituição de alguns compêndios por outros mais conducentes com as normas da pedagogia moderna, e de outros pelo systema de objetos e aparelhos auxiliares do professor, já existentes nas escolas modernas bem organizadas, abolindo completamente, desta forma, o processo decorativo, retrógado, cansativo, enfadonho e superficial de todas as disciplinas, pelo que ensina e educa, objectiva, suave e profundamente e outros de menos importância, que são do vosso inteiro e acurado domínio (RELATÓRIO ANUAL, 1930).

Apesar de não se identificarem quais eram os outros métodos menos enfadonhos que o professor sugeriu ao diretor, o relato adverte para o fato de que as disciplinas e o método oferecido não estavam sendo completamente satisfatórios.

Quanto à parte teórica da instrução agrícola, aplicavam-se os seguintes ensinamentos, que perduraram além do ano de 1926:

A parte theorica constou de lições em que procurei dar noções elementares sobre a origem das terras, classificação das camadas terrosas, componentes do solo, noções de sciencias naturaes e suas relações com os trabalhos agrícolas, noções de botânica, classificação das plantas, funcção dos órgãos vegetaes, machinaria agrícola, sua classificação e nomenclatura, classificação dos adubos e modos de aplicação, fins e vantagens de todos os serviços agrícolas, sementeiras e épocas das mesmas, germinação das sementes, época própria para as colheitas, etc. (RELATÓRIO ANUAL, 1926).

No Patronato, os alunos exerciam diariamente as práticas agrícolas às quais a Instituição objetivava. A parte da educação dos alunos chamada de Ensino Profissional era composta por 3 oficinas: Ferraria, Carpintaria e Selaria.

No relatório anual de 1924, o diretor do Patronato reclama que naquele ano as oficinas não atingiram seu principal objetivo, que seria o de auxiliar o ensino rural e ajudar no orçamento da instituição, fazendo trabalhos práticos que ajudassem no cotidiano da vida escolar. A dificuldade de atingir esse objetivo foi devido à falta de material e ferramentas para as aulas.

No ano de 1925, o diretor, Álvaro Simões Lopes destacou a implantação de uma Indústria de Vime:

Para isso, conforme já vos informei, fiz grande plantação de estacas margeando uma sanga que serve para desaguadouro do açude e que percorre o terreno em grande extensão. Plantamos as duas variedades de vime mais indicadas para os trabalhos de mobiliário, cestas, etc. – o escuro e o amarello. O amarello apresenta melhor desenvolvimento apesar da grande seca que atravessamos (RELATÓRIO ANUAL, 1924).

A indústria citada serviria como mais uma das fontes de matéria prima para a produção da escola, onde a principal mão-de-obra seriam os alunos.

Quanto à **Oficina de Carpintaria**, também o diretor destacava a falta de recursos para seu pleno funcionamento; contudo, os alunos atuavam colocando protetores em janelas, fazendo pequenas instalações de madeira e conserto em veículos, além de muitas atividades que iam se modificando e aumentando com o decorrer dos anos. Também trabalhavam no conserto de mesas, bancos, estrados, gavetas para mesas, caixões para plantação, armários, quadros, cavaletes, cabides, placas, cancelas, privadas, camas e colchões. A partir do ano de 1925 essa oficina passou a estar mais bem aparelhada.

Na foto a seguir, um exemplo das práticas nessa oficina:



Figura 7: Oficina de Carpintaria em 1927. Fonte: Acervo CAVG

Na **Oficina de Ferraria** ocorre a mesma dificuldade com relação aos materiais de trabalho da oficina de carpintaria. Essas oficinas fazem parte da escola desde seus primórdios e passam durante quase todos os anos pesquisados, por dificuldades pois o governo não investe em melhorias através do envio de recursos que as capacitem para o atendimento dos alunos. Contudo, o Relatório confirma que essa oficina participava na redução das despesas do Patronato por fazer toda parte de pequenos consertos, como ferramentas, ferragens de animais e reparos em instrumentos de trabalho como arados, grades, carroças, carrinhos de mão, fechaduras etc..

Quanto à **Oficina de Selaria**, essa ainda era mais debilitada em material do que as outras, realizando pequenos consertos em couro. Houve conserto em cintos, bucais, “corriames para carrocinha”, “corriames do carro e carroças”, botinas, perneiras, cadeiras e pulseiras para cavalo, dentre poucas outras atividades.

A partir do ano de 1927 os relatórios começam a informar quais são os alunos que se destacaram em cada uma das oficinas, sempre sendo mencionados pelos seus respectivos números. Ainda no ano de 1931, a direção destaca a persistente falta de material, pois a instituição não consegue atingir os objetivos de trabalho nas oficinas pela falta de máquinas.

Quanto ao **Ensino Prático de Agricultura**, esse parece exercer um maior destaque na Instituição, enquanto as oficinas serviam muito mais para suporte financeiro, reparação e conserto dos objetos internos do Patronato, a Agricultura era descrita nos Relatórios como uma das atividades que os alunos mais gostavam de exercer e também a que obtinham melhores notas.

A formação exigida para o professorado diferia de acordo com as disciplinas ministradas. O professor que ministrava o ensino de Agricultura era auxiliar agrônomo ou formado no curso de Engenharia Agrônômica. No entanto, o ensino nas oficinas era ministrado pelos chamados “mestres”, aos quais não era exigida uma formação superior. No Anexo 1, pode-se observar os nomes de alguns professores.

O conteúdo administrado em Agricultura era relativo a composição e aproveitamento da terra, identificação de plantas e solo. Também fazia parte do currículo o conhecimento sobre maquinaria agrícola, como arados, grades e semeadeiras.

Atenta-se para o fato de que as aulas de teoria rudimentar de agricultura eram ministradas duas vezes por semana, de forma que os alunos passavam bem mais tempo realizando as aulas práticas do que as teóricas. Os alunos também realizavam o plantio de culturas, que eram diversificadas em suas variedades.

Representam características da identidade escolar do CAVG os eucaliptos¹⁷ plantados pelos alunos na época do Patronato. Para quem vive ou já viveu na escola, a paisagem da entrada da instituição é a fotografia que fica na memória. No entanto, se deve aos alunos e funcionários do ano de 1925 esse legado que foi deixado para a instituição.

Nos relatórios anuais do PAVG, era bastante ressaltada a arborização da instituição. O diretor sempre destacava o que era produzido e plantado na escola como forma de adquirir mais verbas para o Patronato.



Figura 8: Bosque de Eucaliptos em maio de 1928. Plantação de 1925. Fonte: Acervo CAVG

¹⁷ Há divergências quanto à introdução do eucalipto no Brasil. Originário da Austrália, sabe-se que foi introduzido na América do Sul, primeiramente no Chile, em 1823. No Brasil, o plantio começou também nesta época, visando à produção de lenhas para locomotivas. In: CAJAZEIRAS, BARBIERI & SILVA, 2007.

Os trabalhos considerados técnicos sobre o ensino agrícola eram diários, ensinados na sala de aula e também nos campos de cultura. Em 1925, os alunos faziam drenagens, plantações e alinhamentos de avenidas, enxertia, poda, transplante e multiplicação de plantas. Além do objetivo de ensinar os alunos, a instituição aproveitava as plantações para inserir outras culturas na região e arborizar o espaço da escola. As principais plantas cultivadas eram diversas espécies de trigo, centeio, algodão, trevo, capim elefante e phalaris bulbosa, dentre muitas outras que foram introduzidas com o tempo (RELATÓRIO ANUAL, 1925).

Na seção de horticultura e pomicultura a produção era grande e variada. Em 1925 a plantação do pomar foi dotada de laranjeiras, limoeiros e pessegueiros. As árvores foram compradas na “Quinta Bom Retiro”, cujo dono era Ambrosio Perret, ou eram enviadas pela Diretoria do Fomento Agrícola (RELATÓRIO ANUAL, 1925).

Desde o relatório anual de 1924 o Diretor da instituição já pedia uma estação climatológica para o Patronato. Em 1925, o mesmo anuncia que já foi instalada uma estação de 3ª classe, que começará a funcionar em janeiro de 1926.

Identificou-se que os alunos produziam grande quantidade da alimentação necessária ao seu sustento, sendo esse mesmo o objetivo da instituição.

Nos Relatórios do MAIC, segundo Mendonça (2007, p. 26), ao fazer referências ao Patronato: “o que se espera, pelo lado financeiro, é que sejam ao mesmo tempo campos de concentração e campos de produção. É mister que tenham lucros e deixem resultados, subsistindo por si próprios”.

Os discursos da época preconizam uma educação prática e civilizatória aos pobres. Os alunos do Patronato deveriam aprender a parte prática do plantio, com o diferencial de saberem mais do que os agricultores sem instrução. O ensino profissional era visto como uma maneira de superar o atraso agrícola da nação e também de qualificar a mão de obra do setor primário.

Mendonça (2007, p. 25 e 26) acredita que os Patronatos foram “rurais por necessidade e agrícolas, mais por conveniência do que por vocação, já que o trabalho no campo era tido como o único meio de preservar sua auto-

subsistência e manutenção”. De todo modo, se eram agrícolas por vocação ou por conveniência, não desfaz o fato de que os alunos dessas instituições de ensino trabalhavam para conseguirem subsistir e adquirir os conhecimentos exigidos pela instituição.

Além dos serviços citados acima, o trabalho dos alunos em atividades consideradas *diversas* era expressivo. A arborização do espaço escolar e drenagem de lavouras eram atividades que os alunos também exerciam. No ano de 1924 foi feita jardinocultura na escola, havendo plantação de roseiras e violetas, além da manutenção de todo o gramado.

Nas fotos a seguir, o exemplo do trabalho diário dos alunos, descrito nos relatórios.



Figura 9: Serviço de gradeação realizado pelos menores em 1925. Fonte: Acervo CAVG



Figura 10: Preparo da terra pelos menores, 1923. Fonte: Acervo CAVG



Figura 11: Prática de lavra pelos menores, em 1924. Fonte: Acervo CAVG

Outro serviço executado pelos alunos era a prática de horticultura. A horta da instituição era composta de diversas culturas.

A escola em 1924 contava com animais para execução de seu trabalho: “5 bois lavradores, 1 égua e três cavallos”. Nesse mesmo ano a escola possuía 1 carro, uma carreta de bois e uma carreta tipo colonial. (RELATÓRIO ANUAL, 1924). No ano de 1927, depois de muitos pedidos para o Ministério, a escola passou a contar também com 10 bovinos e 4 vacas holandesas com crias, que serviam para alimentação dos educandos.

É interessante destacar que alguns alunos recebiam pelo seu trabalho: é o caso do serviço de plantio de aveia, cevada e azevém em 1924, quando havia um empregado recebendo 4\$833 por dia e dois estudantes que recebiam 1\$000 por dia. O mesmo valor foi pago para o plantio de favas. Já as adubações foram feitas com 10 educandos, recebendo também 1\$000 por dia (RELATÓRIO ANUAL, 1924).

A ideia de modernizar o setor agrícola buscava ultrapassar as consideradas formas antigas de realizar o cultivo. Assim, uma notícia no Diário Popular, de 6 de maio de 1923, propagandeava que haveria na instituição “demonstrações práticas de lavra e gradeação, com tratos e instrumentos da mara “case”, para as quaes, de acordo com o regulamento, todas as pessoas que se interessam por trabalhos deste gênero podem se considerar convidadas”.

Além da preocupação com a melhoria das plantações, a notícia evidencia que existe uma instituição específica para demonstrar cientificamente a melhor maneira de plantar e de colher; enfim, uma instituição detentora do saber correto sobre como executar os trabalhos agrícolas. Os Patronatos passaram a se apropriar de práticas agrícolas consideradas exemplares, chamando, inclusive, o restante da sociedade para aprender.

Quanto aos exames, no ensino primário, eram realizados por uma comissão composta de membros da própria escola, geralmente com a participação do professor daquela turma.

Os exames referentes à disciplina de História do Brasil eram realizados oralmente. Quanto aos de Português e Aritmética, eram feitos tanto de forma oral quanto de forma escrita. Ainda segundo o regulamento os alunos deveriam passar semanalmente pelas chamadas *sabatinas*, obtendo médias mensais e depois anuais. (RELATÓRIO ANUAL, 1929).

No final de cada ano os alunos passavam por exames finais. Esses exames não eram realizados somente pelos funcionários da instituição. O diretor convidava pessoas de fora. No ano de 1925, os exames de agricultura foram feitos por funcionários ligados ao Ministério de Agricultura:

Dr. Alpeu de Amaral Braga, inspector de lacticínios da Directoria de Indústria Pastoral, Dr. Francisco Brusque, chefe de Inspeção de carnes e derivados, com sede nesta cidade, Dr. Alvaro Leivas

Barcellos, ajudante do Inspector Agrícola e Coronel João Simões Lopes, Inspector dos Estabelecimentos subordinados pelo Ministério da Agricultura nos Estados do Paraná e Santa Catharina, além de minha presença e do auxiliar agrônomo (RELATÓRIO ANUAL, 1925).

Nos jornais locais, em todo final de ano do período pesquisado (1923 – 1930) eram apontados os exames finais do Patronato. Destacavam-se os nomes dos alunos que tinham melhores notas e também os dos seus “avaliadores”. Ao que tudo indica, os melhores alunos deveriam ser exemplos a serem seguidos na sociedade.

Nos relatórios anuais, assim como nos jornais, sempre são identificadas as pessoas convidadas a aplicar os exames finais aos alunos, sendo “uma comissão de pessoal, culta e interessada pelo grande problema nacional – o ensino”. (RELATÓRIO ANUAL, 1927). A cada final de ano eram compostas comissões para realizarem a aplicação dos exames finais, criadas para avaliar os exercícios militares, a ginástica e o escoteirismo, assim como exames do curso primário e de agricultura prática.

O gráfico a seguir, elaborado a partir das fichas dos alunos que estudaram no Patronato, indica considerável índice de evasão escolar, ao contrário dos relatórios enviados ao governo federal, que descreviam um ótimo aproveitamento dos alunos. No ano de 1927, apesar de haver uma epidemia de sarampo na instituição, notamos que os alunos conseguiram manter um bom aproveitamento.

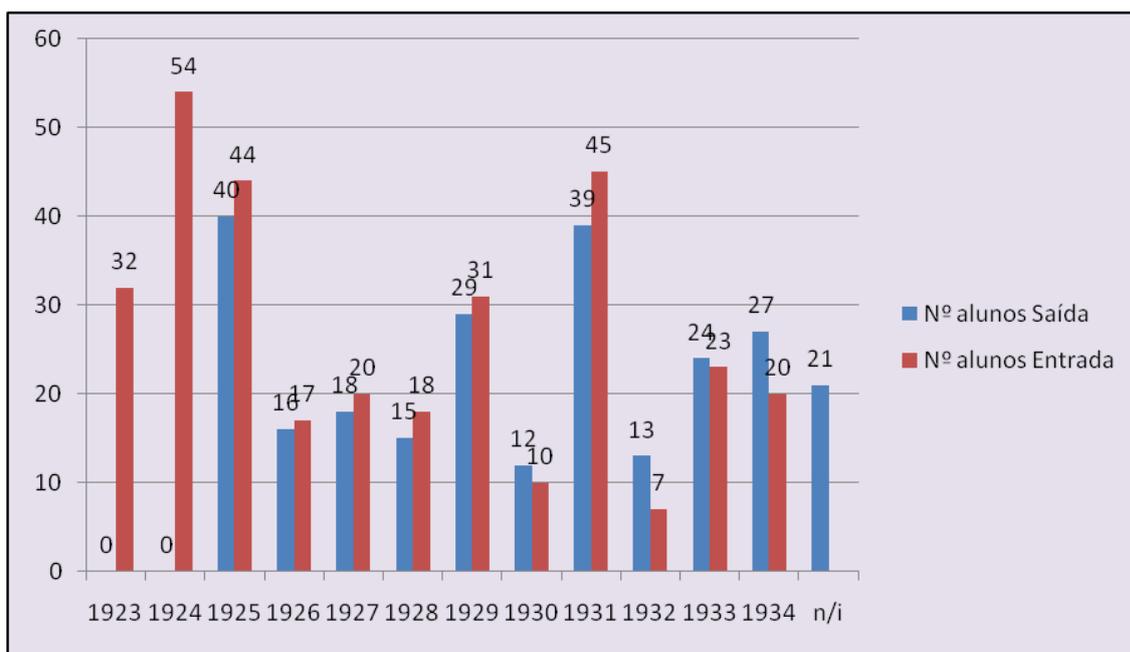


Gráfico 1: Entrada e Saída de Alunos dos anos de 1923 a 1934. N/I: Não Identificado

Não só as epidemias poderiam prejudicar o rendimento dos alunos e levar à evasão. Outros fatores influenciaram nesse fato, tais como a necessidade de ajudar a família e também o rígido regime disciplinar da escola. Os alunos que não obtivessem um bom aproveitamento acabavam por evadir.

No ano de 1931 houve um elevado índice de alunos ingressando e saindo da Instituição. Segundo consta no relatório desse ano, a escola foi assolada por uma epidemia de varicela e sarampo durante os meses de outubro e novembro, chegando a ocorrer suspensão das aulas durante 5 dias.

Nos relatórios, a média de alunos que constavam como desligados da Escola a cada ano era em torno de 15, e o destino da maioria era a casa de parentes, levando a crer que muitos saíam da escola para ajudar a família.

Segundo NEVES (2007), a prática de divulgação dos exames finais como propaganda era anterior ao século XX, como a autora constatou ao pesquisar diversas escolas em Pelotas, de 1875-1910. No entanto, no período daquela pesquisa, tal divulgação era ação corriqueira para as escolas particulares e não públicas. O intuito era mostrar a qualidade dos espaços educativos atrelando as informações ao sucesso dos alunos. Nos anos posteriores, tornou-se comum que as escolas públicas, como o Patronato, também aproveitassem para divulgar seu estabelecimento através da propaganda.

3.2 ENSINO CÍVICO

Através dos Relatórios Anuais do Patronato constata-se que o ensino cívico era exercido nas aulas de Educação Física com práticas de Escotismo, Ginástica Sueca e Exercícios Militares.

As práticas de exercícios aplicadas aos menores tinham o objetivo claro de exercer sobre as crianças e adolescentes o regramento disciplinar e manifestações de amor à Pátria. Não é de se estranhar esse método de ensino nos Patronatos: os objetivos da Instituição eram formar o cidadão do futuro, jovens moralmente regrados, disciplinados, saudáveis e fortes. Como atingir essa meta dentro da Escola? O mais comum seria seguir a orientação ideológica apregoada pela sociedade classista.

Pode-se inferir que o Patronato deveria atingir os objetivos morais e materiais, ou seja, os alunos deveriam ser obedientes, atender às regras estabelecidas pela sociedade e a instituição deveria se autossustentar. Era mister que os alunos estivessem sob um rígido regime disciplinar e que nas aulas práticas de ginástica, os exercícios buscassem uma superação física e um aprendizado sobre cultura geral. Dessa forma, a Educação Física seria também uma maneira de preparar os meninos órfãos para o trabalho dentro e fora da Instituição. Esse modelo de ensino serviria para que os alunos ajudassem na manutenção do próprio espaço escolar e para que aprendessem a obedecer aos pais e patrões ao saírem da escola. Além disso, também deveriam servir à Pátria, sendo dedicados ao trabalho dentro dos padrões capitalistas de então.

Uma das práticas de exercícios, como já foi dito, foi a Ginástica Sueca, que segundo Moreno (2003), se originou das dificuldades físicas enfrentadas por um suíço chamado Per-Henrick-Ling, em 1805. Este professor de esgrima tinha uma paralisia em um braço e predisposição à tuberculose. Procurando combater suas próprias dificuldades, “começa a nascer assim a ginástica sueca, pensada como um método – racional e prático – para o desenvolvimento e robustecimento dos diversos órgãos do corpo humano” (MORENO, 2003, p. 56).

Aos poucos o seu método vai se tornando uma doutrina baseada nos conhecimentos das ciências biológicas, humanas, sociais e na pedagogia. Seu método de trabalho atuaria na atenção e na vontade, bem como no comportamento moral e social das pessoas. Em 1813, Ling funda o Instituto Central e Real de Ginástica em Estocolmo. Seus ideias começam a se difundir pelo mundo afora, inclusive no Brasil. Os grandes acolhedores desse método foram Rui Barbosa e Fernando de Azevedo. Rui Barbosa chega a sugerir sua inclusão nas escolas, enquanto Azevedo a intitula como o melhor método pedagógico. Ainda segundo Moreno (2003, p. 57), o método “tocava em quatro importantíssimos pontos sociais: o higiênico, o moral, o estético e o econômico”.

A autora salienta que esse método não teve difusão no Rio de Janeiro devido à dificuldade de disseminação nas escolas primárias, que só ensinavam a “ler, escrever e contar”, e também devido à precariedade de professores competentes que soubessem aplicar o método. Contudo, apesar deste estudo vincular-se mais detalhadamente ao Patronato Agrícola de Pelotas, não foi somente nele que a Ginástica Sueca vigorou. Nos outros Patronatos brasileiros existentes o método de ensino e os objetivos eram os mesmos (NASCIMENTO, 2004; OLIVEIRA, 2003).

Talvez não houvesse um padrão na aprendizagem e no ensino, variando de acordo com o grau de envolvimento das instituições e de acordo com os professores que ensinavam, porém, em Pelotas, os Relatórios apresentam o forte desenvolvimento dessa prática.

Ling dividia seu método em alguns princípios básicos: médico, pedagógico, militar e estético. Assim, sua base era conhecer o corpo humano, sua anatomia e fisiologia, bem como os princípios básicos do movimento. “A finalidade da ginástica seria assim, além de desenvolver a saúde, transformar o corpo humano num instrumento dócil e corajoso, sempre à disposição da vontade moral” (MORENO, 2003, p. 58).

Conforme já apontado, os Patronatos foram instituições criadas para enquadrar socialmente as crianças e orientá-las de acordo com as expectativas da república emergente. No pensamento civilizatório da época em questão, era importante que tal parcela da população defendesse o sistema republicano, além, é claro, de orientá-las pedagogicamente no “melhor” caminho a ser

percorrido, diante da pobreza e dos vícios oferecidos nas ruas. Os órfãos eram crianças consideradas suscetíveis aos vícios e à bandidagem, bem como ao roubo, caso não fossem orientados noutra sentença. Sabe-se que a pobreza disseminou-se rapidamente no início da República, em função do crescimento urbano e também do final da escravidão. Assim, o Ensino Agrícola foi a melhor forma de cooptar os menores ao sistema republicano, à ordem, ao trabalho e ao enfrentamento das dificuldades e *atraso científico* do setor primário.

Nesse sentido, os movimentos e as práticas da Ginástica Sueca identificam formas de ver o mundo, adentrando o cotidiano escolar rotineiro e árduo em suas práticas corporais e nas formas de se manifestar e enxergar as pessoas a sua volta: as colunas por 4, a prática de ficar de costas para o seu companheiro, a formação de colunas retas e do alinhamento disciplinar. Moreno (2003) mostra o quanto essa forma de manifestação corporal influencia também os atos e as manifestações culturais dos alunos. Baseada na leitura que Coelho (1907) faz de Ling, observam-se dois fins principais nos exercícios de Ginástica Sueca: Energia Moral e Energia Física. A energia Moral é conseguida a partir da atenção e vontade e a energia física é atendida a partir da mecânica de execução (MORENO, 2003, p. 60), que é alcançada na dinâmica de precisão nos movimentos, sendo todos eles percebidos e metodicamente atingidos.

Atenta-se para o fato de que a Ginástica Sueca e o Escotismo, bem como a Instrução Militar, eram dirigidos aos alunos conjuntamente nas aulas do PAVG. Assim, o diretor, Álvaro Simões Lopes, no relatório que dirige ao Serviço de Povoamento, se refere aos exercícios:

Com relação a esta parte do programa, temos o prazer de informar-vos que o escotismo, exercícios militares e gymnástica, foram realizados com toda regularidade apresentando os menores progressos bem apreciáveis. Em várias passeatas que fizemos pela cidade, principalmente no dia 19 de novembro, dia do juramento da bandeira, destacaram-se os nossos escoteiros pela sua **disciplina** e pela entuação em coro de grande numero de canções patrióticas. A gymnástica sueca e agora os exercícios de paralella que mandei fazer, muito tem contribuído para o desenvolvimento dos menores (RELATÓRIO ANUAL, 1924).

Com relação ao Escotismo, este foi criado pelo general Robert Baden Powell (1857-1941). Por ter uma carreira militar com êxitos em diversos

campos de batalhas, Powell, se tornou exemplo para a formação de meninos através dos livros que foram utilizados em escolas britânicas. O livro “*Scouting for boys*” foi o mais divulgado. “Al escribir este libro, Baden Powell construyó un programa para adiestrar a los muchachos en tal forma que desarrollen el carácter viril, la confianza en sí mismos y una ejemplar vida ciudadana” (SCHARAGRODSKY, 2008, p. 155).

Segundo o mesmo autor, Powell criou um personagem nesse livro chamado Pie tierno (Pé bonito), considerado covarde e temeroso. Esse personagem seria o oposto de um bom escoteiro, ou seja, seria aquele que passa mal em acampamentos, não é obediente, necessita de um guia e se perde nos bosques, tem dor nos pés em excursões e está acostumado com camas quentes e macias. Para passar nas provas dos escoteiros e seguir adiante os alunos deveriam comprovar **não** ser um Pie tierno, ou seja, deveriam ser fortes, eficientes, obedientes, saudáveis e autossuficientes, diferentemente da postura do personagem, só aceita para as meninas (SCHARAGRODSKY, 2008, p. 159).

Para atingir esses objetivos os escoteiros realizavam excursões e “*explorações ao ar livre*”, exercícios físicos, caminhadas, corridas e jogos de força como boxe, luta, remo, nado, salto e escaladas.

O mesmo autor mostra que esse tipo de padrão masculino chegou às escolas argentinas através do ensino de Educação Física. Foi difundido oficialmente na década de 20 do século XX, através de Revistas Oficiais e dos Planos e Programas de Instrução Primária.

Segundo Nery (2003), a prática de Escotismo foi implantada no Brasil em uma escola pública no Distrito Federal, em 1917.

Não só no Patronato essa prática era usual. A própria República atribuiu à educação popular um caráter singular, visto que o povo esclarecido teria condições de votar, condizendo com o projeto político-social da época. Os ideais republicanos seriam contraditórios com uma “massa” populacional analfabeta e inculta. O letramento condizente com as séries primárias era necessário para exercer a cidadania. Os ideais civilizatórios eram destinados à reforma social, regeneração e progresso da civilização (HILSDORF, 2005).

A prática de Escotismo enaltecia a instituição, demonstrando à sociedade eficiência, rigor, disciplina e sabedoria. Por isso, era uma prática comum nas escolas públicas de Pelotas.

No PAVG essa prática era exercida diariamente. O Escotismo fazia parte das aulas de Educação Física. Nos exames finais sempre estavam presentes para avaliação pessoas ligadas ao exército, demonstrando que essa prática se identificava muito com os objetivos das instituições públicas que se destinavam ao rigor disciplinar.

Em 1926 o coronel Ataliba Osório, comandante do 9º Regimento de Infantaria, tece suas considerações sobre os exames finais de Escotismo no livro de visitas da escola, dos quais participa como avaliador dos alunos:

Visitando hoje o Patronato Agrícola Visconde da Graça, me é grato manifestar a excelente impressão que recebi não só nos exames dos alumnos que desenvolveram com precisão admirável diffices evoluções e exercícios de gymnástica como nas diversas repartições e officinas, denotando tudo que neste estabelecimento reina um decidido espírito de ordem e interesse pelo serviço e perfeita dedicação aos deveres profissionaes, promissores de uma boa educação aos meninos que se destinam ao caminho da honra e do trabalho e demonstrando cabalmente que esta escola prehenche perfeitamente seus fins (RELATÓRIO ANUAL, 1926).

Mesmo sabendo que essas impressões do Comandante foram providenciais no relatório para mostrar a evolução da escola junto ao Ministério, ainda assim é de fundamental importância reparar como era a atuação dos Escoteiros e dos exercícios dos alunos junto à sociedade. Escola do Exemplo, os órfãos passavam por várias provações para demonstrarem os bons hábitos vividos dentro do Patronato. O exército esteve à frente das variadas atividades de que os escoteiros participavam, o que dava um maior respaldo aos alunos e à escola.

A influência do general Baden Powell esteve presente nos exercícios do Patronato, pois no ano de 1928 o relatório pormenoriza os pontos que essa “autoridade mundial do escotismo” influenciou na prática da instituição:

A origem do escotismo, organização (tendo em vista a responsabilidade do munitor), uniformes, distinctivos de classes e de especialidade, a Flor de Liz, a divisa – sempre alerta, saudações, código e compromisso, symbolo das patrulhas, como prestar serviços, jogos de observação e de memória, previsão do tempo, espírito de

escoteiro, tudo conforme disse, baseado nos ensinamentos do supradito chefe britânico, o fundador da Instituição considerada o único aprendizado de educação completa, pelo facto de preparar a criação moral, física e intelectualmente (RELATÓRIO ANUAL, 1928).

Em 1928 a escola adota algumas obras como base da instrução cívica na instituição: O “Manual de Instrução Physica”, do capitão João Barbosa Leite e do 1º Tenente Jair Dantas Ribeiro, a “Instrução Technica”, do tenente coronel Pedro Dias Campos e ainda o “Guia do Escoteiro”, do comandante Benjamin Sodré, oficial da marinha. O Ministério adotou também o “Manual Cívico”, de Araujo Castro.

Os instrutores de Educação Física eram pessoas que se destacavam na sociedade, sendo considerados peças importantes para a República, pois o escotismo era a representação fiel da formação do bom cidadão republicano. Até o ano de 1929 o instrutor dos escoteiros no Patronato foi Octávio de Oliveira Lucena. Posteriormente, em julho desse ano, assumiu Raul Paradedá, fortemente mencionado nos jornais em alusão às suas boas atividades como chefe dos escoteiros.

Em 1927 o Diário Popular noticia sobre os exames de ensino cívico realizados no Patronato:

Realisaram-se no Patronato Agrícola “Visconde da Graça”, os exames de exercícios militares e gymnástica sueca. Pelo director do estabelecimento, nosso amigo, Sr. Dr. Alvaro Simões Lopes, foram convidados o Sr. Tenente coronel Baptista de Oliveira, commandante do 9º R.I. para presidir a comissão examinadora, composta dos srs. Major Amaro de Azambuja Vilanova e tenente Cícero Góes Monteiro. Commandados pelo instructor do Patronato, Sr. Octávio de Oliveira Lucena, o batalhão de escoteiros executou diversos exercícios, formando depois as pyramides “Visconde da Graça”, “Cruzeiro do Sul”, “Dr. Wenceslau Braz” e “Ministro Pereira Lima”, entoando diversas canções patrióticas, bem assim exercícios de gymnástica sueca e esgrima. Após as provas e exercícios a que foi submetido o batalhão de escoteiros, tocou duas marchas a banda de musica “Carlos Zamth”, composta de 18 menores do Patronato. A comissão dos distintos officiaes do nosso exercito, levou a melhor impressão do que observou, apresentando cumprimentos ao esforço do director do estabelecimento dr. Alvaro Simões Lopes pelos progressos e a vigorosa disciplina observadas.

As seguintes fotos dos exercícios realizados e da formatura dos Escoteiros, no ano de 1927, são demonstradas a seguir:



Figura 12: Ginástica: Escoteiros realizando Pirâmide de Leque na Avenida de Entrada do PAVG-1927. Fonte: Acervo CAVG



Figura 13: Formatura dos Escoteiros no Patronato-1927. Fonte: Acervo CAVG

Em 1928 a Escola realiza mais três formaturas dos Escoteiros em Junho, Novembro e Dezembro, o que leva a crer que nem todos os educandos participavam desse grupo, mas somente aqueles que conseguissem passar por todas as etapas e provações exigidas ao cargo de um bom escoteiro. Somente os alunos mais fortes eram escolhidos para essas atividades. Além disso, permaneciam aqueles que conseguiam realizar a grande quantidade de exames a eles aplicados. Dessa forma, vários alunos não tinham o perfil exigido para essas funções e, portanto, acabavam provavelmente sendo discriminados dentro da Escola.

No ano de 1929 os exames finais foram feitos no 2º Distrito de Pelotas, chamado de Passo do Retiro, distante 18 km da Escola, perto do Arroio Pelotas. Segundo relatório, os escoteiros acamparam nesse local por 48 horas. “Era bellissimo o aspecto do acampamento, onde os nossos educandos realizaram evoluções, exercícios, jogos, soccorros de urgência, pontes pensis sobre o arroio, etc.” (RELATÓRIO ANUAL, 1929).

Em 1930 os escoteiros do Patronato novamente se ausentam da escola para realizarem os exames finais. Dessa vez há maior repercussão nos jornais, pois o professor convida para paraninfo da turma o advogado Fernando Luis Osório, que era figura destacada politicamente, tendo maior ê na imprensa local (RELATÓRIO ANUAL, 1930).

No dia 16/12/1930 é transcrito o discurso do escritor e paraninfo da turma, Fernando Luis Osório, no jornal Diário Popular. No seu discurso chama a atenção o fato de ele ter sido professor do instrutor, pois fundou uma escola de Escoteiros em Pelotas, no ano de 1916. Osório se autodenomina paraninfo dos escoteiros de todas as escolas de Pelotas e produz, como não poderia deixar de ser, um discurso voltado para o patriotismo dos estudantes e sua devoção à Pátria.

Nessas aulas, os alunos trabalhavam exercícios militares, sendo esses individuais e coletivos. Os exercícios individuais muitas vezes eram destinados à correção de defeitos físicos e ao fortalecimento do corpo, bem como para exercer os trabalhos práticos na agricultura e nas oficinas.

Além dos exercícios regulares, nas aulas práticas de Educação Física também eram feitas excursões com os alunos, conforme o Anexo 2.

Nos relatórios enviados pela instituição, os escoteiros eram sempre os destaques e os exemplos para a sociedade. Faziam variadas excursões e devido às dificuldades de transporte, muitas vezes os alunos iam a pé. Parte do treinamento dos escoteiros era fazer corridas e caminhadas ao redor da escola e até o centro da cidade.

No ano de 1924, primeiro ano de funcionamento da instituição, o relatório destaca pormenores das atividades exercidas na Educação Física. Os exercícios destinavam-se a ensinar os alunos a orientarem-se com bússolas e também a exercerem atividades práticas que preconizavam a moral, o respeito, a obediência, a presteza, a pontualidade no trabalho, a probidade, a justiça, a fraternidade, a caridade, a igualdade etc. Também os alunos deveriam ser devotos à Pátria, aprendendo noções de História e Geografia, com destaque para *grandes heróis* e datas importantes à República. As datas festivas e eventos comemorativos como desfile dos alunos eram parte das práticas educativas e buscavam atender a esses objetivos.

Quanto aos exercícios físicos executados, eram sempre muito relacionados à outra parte que compunha a Educação Física, a instrução militar: posição de sentido, salto em altura e largura, flexão de todos os tipos, trabalho com os braços, impulso, suspensão, queda, marcha de treinamento, corrida de velocidade, exercício de sinaleiros por meio de bandeiras, movimento com os bastões e esgrima com variadas paradas.

Todos esses exercícios demonstram que a prática do escotismo dentro da Instituição servia para incentivar a superação dos alunos, revelando sempre provas que exigiam grande desempenho. Porém, nem todos tinham condições de atingir esses objetivos diante das variadas dificuldades cotidianas que poderiam encontrar, até mesmo as dificuldades físicas, se considerarmos que não eram todos os alunos que tinham as características exigidas para ser um escoteiro, ou seja, para não ser um "*Pie Tierno*".

Ainda assim, no que se refere aos outros exercícios de ginástica, o rigor era também muito grande e nem todos os alunos eram aprovados diante de tantas exigências.

A seguir, foto de uma prática esportiva.

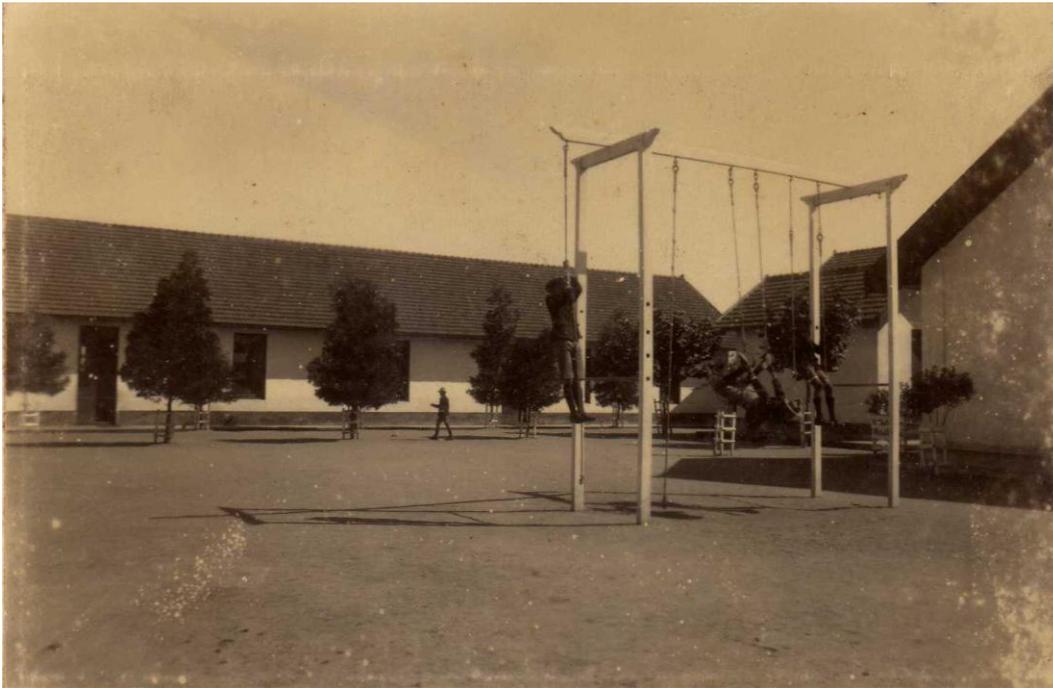


Figura 14: Exercícios de Ginástica no pátio da Escola, em 1927. Fonte: Acervo Escolar

De notável representação institucional para a região, as escolas desfilavam para demonstrar sua devoção à Pátria e a imponência dos exercícios que aprendiam. Nessa foto, em 1925, segundo ano da instituição, os alunos já exibiam o seu desprendimento, aprendizado e disciplina em plena Praça da República, hoje Praça Coronel Pedro Osório, no centro da cidade de Pelotas.



Figura 15: Exercícios Físicos na Praça da República em 1925. Fonte: Acervo Escolar

Os alunos realizavam as práticas de ginástica sueca e exercícios militares de forma obrigatória e diariamente. As atividades esportivas eram feitas na hora do recreio, ou seja, não por obrigação e sim por prazer.

A praça de Sport do estabelecimento, já possui paralelas (dois tamanhos), escada horizontal, barras fixas, trapézios, argollas, escada de cordas, cordas soltas, etc..etc., elementos de gymnastica, que sem duvida contribuirão anda mais para o desenvolvimento muscular dos menores internados (RELATÓRIO ANUAL, 1928).

Outro grupo formado pelos alunos do Patronato foi a banda de Música. No início de 1929 foi organizada uma nova banda, pois todos os alunos que pertenciam anteriormente à banda haviam se desligado da Instituição. O interessante é notar, a partir dos Relatórios de 1929, que os alunos seguiram dedicando-se à arte mesmo depois de saírem da Escola. Diariamente, os alunos tocavam o hino nacional para que fosse hasteada a bandeira do Brasil e, muitas vezes, eram convidados por outras Instituições para tocar, recebendo remuneração por esse trabalho. Alguns alunos ingressaram na banda Municipal e outros na União Democrata¹⁸.

A seguir, foto da Banda de Música do Patronato.

¹⁸ A banda União Democrata foi fundada em 1896 em Pelotas. Tinha por objetivo expandir a música à sociedade local menos favorecida, visto que geralmente esses espaços eram propiciados a membros da elite. Sobre o assunto, ver ROSA JUNIOR (2000) e AMARAL (2003).



Figura 16: Banda de Música Carlos Zanitto em 1928. Fonte: Acervo CAVG

Para participarem da banda os alunos deveriam possuir determinadas características físicas: os alunos escolhidos para composição das bandas eram “os mais fortes, de acordo com orientação da direção” (RELATÓRIO ANUAL, 1931).

Os alunos que se dirigiam ao Patronato estavam destinados a enfrentar a difícil tarefa de participar de todas as atividades propostas pela instituição. O ócio, tão temido por alguns membros da sociedade, era combatido com veemência. As práticas educativas eram rígidas e quase não cediam espaço ao lazer, pois os alunos estavam destinados a praticar trabalhos em várias atividades: oficinas, práticas de agricultura, aulas teóricas e principalmente a Educação Física, além dos serviços diversos.

4. ASSISTÊNCIA MÉDICA E PEDAGÓGICA

No Brasil, a partir de meados do século XIX, o discurso médico-higienista vai se incorporando junto aos segmentos mais esclarecidos da sociedade. Esse discurso estava relacionado com a legitimação da Medicina como ciência médica e como possuidora de um saber específico. Este saber científico refutava qualquer tipo de medicação considerada como não científica, como as prescritas por curandeiros, indígenas e escravos, bem como pela medicina oriental. A preocupação com o espaço escolar veio no bojo das medidas médico-higienistas, incidindo aí o modo como passaram a ser feitas as construções (arquitetura), o disciplinamento dos corpos (corpo modelado, higienizado) e a higiene na escola. Assim, impõe-se um modelo de organização escolar em que a higiene será o discurso que impera:

Para tanto, apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais (GONDRA, 2000, p. 527).

O rígido regime encontrado nos Patronatos como função de correção dos meninos é também uma forma de enquadrá-los dentro dos padrões desejáveis e estabelecidos por esses discursos.

Ao instituir-se a legislação penal já se encontra a equivalência moral calcada na eficiência e destinação ao trabalho em vez da criminalidade e/ou vadiagem. Como afirma Foucault (1999, p.88) é necessário “quebrar a mola que anima a representação do crime. Tornar sem força o interesse que a fez nascer. Atrás dos delitos de vadiagem, há a preguiça, é esta que se deve combater”.

Segundo esse autor uma das razões para o estabelecimento de prisões como forma de punição era o motivo econômico. Levantamentos feitos na França mostravam que a maioria dos “malfeitores” não eram os trabalhadores e sim os “vagabundos” e os mendigos. Percebeu-se, portanto, o problema do

ócio e a solução de internar e trabalhar ao mesmo tempo, nascendo as instituições correcionais dos séculos posteriores: “transformar a alma e o pensamento” (FOUCAULT, 1999, p. 100), numa clara apologia da “pedagogia do internar”.

No pós-abolição, período de nosso estudo, a sociedade brasileira, mesmo que lentamente, passou por transformações de hábitos, costumes e valores. O sistema educacional neste contexto reflete intenções econômicas e políticas da elite. Nesse momento a educação pública era vista como um espaço que viesse a moralizar, moldar e enquadrar socialmente as classes menos favorecidas. Essa moralização acontece de maneira autopunitiva e autônoma por parte de cada indivíduo, que deve se adequar ao coletivo e se conformar socialmente, exigindo colaboração espontânea e fingindo ser liberdade aquilo que se impõe através do domínio da sociedade civil.

Norbert Elias, ao estudar a História dos Costumes europeus, nos mostra como parte da sociedade vai transformando seus hábitos mais peculiares, mais íntimos e cotidianos. A idéia de civilização surge a partir do século XVII e XVIII, mudando as práticas daquelas sociedades. Fruto de tempo e lugar específicos, essas transformações ocorrem de maneira lenta e gradual e passam a mudar o que se considerava certo e errado até a Idade Média. Ao analisar os clássicos da literatura como Goethe e Eckermann, dentre outros, o autor demonstra que os discursos e construções cotidianas passam a ser percebidos e descritos de maneira a julgar as normas e costumes aceitos até então.

O comportamento adequado e aceito pela elite será analisado através de critérios como linguagem, classe social e atitudes corporais, demonstrando também o contrário, ou seja, o que passa a ser um mau comportamento. Contudo, o autor ressalta que essas mudanças de valores (hábitos de usar garfos, facas, maneiras de se portar de determinado modo, pudores, decências) serão enfatizadas a partir do surgimento dos grandes centros e das sociedades industrializadas com o aumento crescente das zonas urbanas (ELIAS, 1994).

A sociedade constitui seus hábitos de acordo com as orientações que lhe são dirigidas e com suas possibilidades de sobrevivência, influenciadas pelo meio em que vivem. Quando se inicia no Brasil uma crescente urbanização, consequência do crescimento industrial e do êxodo rural, também

há o aumento do que se chamava na época de “desregramento social”. Essa falta de regras é fruto do descaso em que se encontram as populações mais pobres, vinculadas a consequências diretas da falta de investimentos que resultam em empregos mal remunerados que utilizam mão de obra pouco qualificada. Dessa forma, vivendo em cortiços, nas vilas e nos becos das cidades essas pessoas são as mais suscetíveis às doenças e aos chamados “vícios”. Constatou-se que a república no Brasil pouco se modernizou no sentido de assistência social e controle de problemas advindos da pobreza de grande parte da população.

Desde o século XIX o discurso médico-higienista já se apresentava no Brasil, mas foi em 1923 que o Regulamento Sanitário criou o Departamento Nacional de Saúde, reunindo médicos para discutir fatores de higiene no I Congresso Brasileiro de Higiene. No mesmo ano foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental por Gustav Riedel. Mas em Pelotas, já em 1922, foi criado o Instituto de Higiene, que visava a combater doenças que proliferavam junto à população local distribuindo vacinas e realizando desinfecções em vários lugares. Nos jornais eram comuns artigos e publicações divulgando o assunto.

Nesses discursos era incisiva a discussão sobre o Eugenismo, que tinha como principal característica “melhorar física, mental e racialmente as futuras gerações brasileiras”, cujo o padrão deveria ser os sujeitos fortes, robustos e saudáveis. No Brasil a divulgação da eugenia foi mais difundida na década de 1920:

Para seus defensores, a eugenia surgiu com o objetivo de qualificar a discussão sobre a higiene. Era necessário que a ciência cuidasse de todos os aspectos da vida em sociedade; para isso, muito além do ordenamento urbano, fundamental era ordenar e disciplinar o uso do corpo, que levaria conseqüentemente a uma maior preocupação com a espécie (GILL, 2007, p. 115).

Com a difusão desse discurso torna-se comum nas escolas o ensino das Ciências Sociais através das disciplinas de Puericultura, Higiene do Trabalho e Higiene Social. Nos Patronatos esses hábitos eram incorporados também através das disciplinas do curso primário, Português, Aritmética, Geografia e História, além de ser incorporado ao cotidiano da instituição.

O discurso médico-higienista adentrava o espaço escolar, estabelecendo a presença de médicos nessas instituições, na medida em que esse cuidava da saúde e da higiene dos espaços públicos. Porém, não é esse profissional que irá realizar a mudança cotidiana desses hábitos, mas é ele que irá incitá-la junto a toda sociedade, que é influenciada pelo discurso da Medicina. Dessa forma, a maneira encontrada é o método do *governo de si*: “governar outros ensinando a governar-se” (STEPHANOU, 1999, p. 162).

Sendo assim, a própria sociedade constitui o seu leque de regras de conduta, ela mesma deve constituir-se assim, *saudável, equilibrada, moralizada e civilizada*.

Será através de várias práticas, dentre elas ginástica, escotismo, exercícios militares, hábitos de higiene, controle do tempo, rigidez de disciplina, trabalho em oficinas, na lavoura etc. que os alunos do Patronato aprendem a exercer sobre si mesmos uma doutrinação de sua própria identidade influenciada pelo espaço escolar.

Como constata Foucault (2008) passa ser mais importante *Vigiar* do que *Punir*. Talvez pela difusão social desses parâmetros os alunos fossem constantemente vigiados. Nos relatórios há sempre pedidos dos diretores para que o governo mandasse mais funcionários para a função de “inspetor dos alunos”, a fim de cuidar dos meninos durante o máximo de tempo possível.

Sobre a questão da disciplina Foucault (2008) afirma:

Duas imagens, portanto da disciplina. Num extremo, a disciplina - bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina - mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema da disciplina de exceção ao de uma vigilância generalizada, repousa sobre uma transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2008, p. 173).

A existência de mecanismos disciplinares é anterior ao período que Foucault denominou *Sociedade Disciplinar*, porém eram consolidados de forma fragmentada, isolada. Para o Foucault não há sociedade sem relações de

poder, elas sempre aconteceram e acontecerão entre homens livres. O poder pressupõe resistências em todos os níveis, numa eterna disputa. O regime de internato é uma forma bastante clara desse exercício de poder e disciplina, pois é baseado nesse sistema que se destina todo um processo pedagógico.

A verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas) (FOUCAULT, 2008, p. 13).

No Patronato, instituição escolar é, portanto, um dos lócus de implantação desse discurso médico, o destino são as crianças. A produção de sujeitos que se autorregulem tem ressonância numa instituição voltada para meninos pobres e órfãos. É ali um dos fortes focos de germinação dessa semente. Nesse sentido, tais discursos influenciam as políticas destinadas à infância. As legislações destinadas à criança nos séculos XIX e XX foram se modificando. RODRIGUES e LIMA (2002, p. 2) apontam essas diferenças de acordo com períodos, assim identificados:

O período pré-republicano, caracterizado pela caridade religiosa; o período da primeira república, marcado pela assistência higiênica ou científica; o período da assistência social, a partir da década de 1930 e até a criação da FEBEM, em 1964, quando a assistência ganhou um caráter mais repressor.

Segundo as autoras, o desenvolvimento dos centros urbanos acentuou a preocupação com as crianças consideradas delinquentes, bem como com as que perambulavam pelas ruas e que poderiam ameaçar o resto da sociedade.

Entendia-se que essas possuíam física e moral debilitada, em função da pobreza e da miscigenação.[...] a solução empregada era o internamento em instituições de correção que o Código Penal de 1890 e, posteriormente o Código de Menores de 1927, vieram regulamentar (RODRIGUES e LIMA, 2002, p. 2).

Em Pelotas, o jornal Diário Popular destaca a criação, em 1924, por parte do governo brasileiro, do “Conselho de Assistência e Proteção aos Menores”. A notícia é citada nesse jornal, mas foi retirada do jornal “Pátria”, do Rio de Janeiro, onde se dá o destaque para as realizações do governo Arthur Bernardes.

O jornal aponta essa legislação como uma das mais evidentes necessidades, “principalmente nesta capital, por seu desenvolvimento e carência de maior polícia de costumes, vinha-se tornando urgente a providência da administração pública junto a infância e a adolescência transviadas”. (DIÁRIO POPULAR, 1924, p. 1).

A notícia adquire destaque na primeira página do jornal local demonstrando ideários e políticas destinados aos menores. Os fins do “Conselho de Assistência e Proteção aos Menores” eram:

Vigiar e Proteger os menores egressos de qualquer escola de preservação ou reforma que estejam em liberdade vigiada e os que forem designados pelo respectivo juiz; auxiliar a ação do juiz de menores e seus comissários de vigilância; exercer sua ação sobre os menores nas vias públicas, concorrendo para a fiel observância das leis de assistência e proteção aos menores; visitar e fiscalizar os estabelecimentos de educação de menores. [...] prevenir os males sociais tendentes a produzir o abandono, a perversão e o crime, entre menores, ou comprometer sua saúde e vida, mas também indicar os meios que neutralizem os efeitos desses males. Incumbe também ao conselho, no desempenho de sua alta função social: [...]

I: Organizar, fomentar e coadjuvar a Constituição de Patronatos de menores no Distrito Federal.

II: Promover por todos os meios ao seu alcance a completa prestação de assistência aos menores sem recursos, doentes ou débeis (DIÁRIO POPULAR, 22/03/1924, p. 1).

No jornal é assinalado que esse Conselho se manteria somente com doações, mas é interessante notar como estão presentes as preocupações com relação aos destinos da infância nesse período. Para além de proteger, era necessário vigiar para que os *não criminosos* não se corrompessem e para que os que já o eram não prejudicassem o restante da população.

É emblemática a presença de palavras nos discursos médicos e nos jornais da época: “vigiar e proteger; fiscalizar os estabelecimentos; prevenir os males sociais; assistência aos menores sem recursos, **doentes ou débeis**”.

Segundo Stephanou (1999, p. 158), existe

Uma crescente importância dos higienistas na elaboração de extensa pauta de comportamentos de urbanidade, assim como na produção, domínio e disseminação de conhecimentos sobre o corpo, as doenças, sua cura e profilaxia, a atenção a dispensar consigo mesmo visando à saúde.

A prática de o indivíduo controlar a sua própria subjetividade é fortemente estabelecida a partir do discurso da Medicina e da implantação na sociedade desse saber como ciência.

A partir da década de 1940, em um estudo do médico baiano Arthur Ramos intitulado *Criança Problema: a higiene mental na escola primária*, o debate sobre a infância é voltado para a diferença entre as crianças que têm problemas familiares e aquelas que têm problemas mentais, consideradas anormais, ou seja, portadoras de problemas genéticos e hereditários.

O período posterior a 1930 condiz com uma maior participação do Estado ampliando sua orientação pública para assistência à infância e à família. Os exemplos geralmente citados são o Departamento Nacional da Criança (1940) e o Serviço de Assistência a Menores (1941). Contudo, deve-se lembrar que muitas instituições foram criadas antes da década de 1930. Os Patronatos Agrícolas (1918), os Aprendizados Agrícolas (1918) e as Escolas de Aprendizes Artífices (1909) são exemplos práticos dessas políticas.

O tipo de instituições para a infância acabou fazendo parte dos debates estabelecidos, portanto, acredita-se que antes de 1930, de forma significativa, já havia um discurso político e algumas práticas com relação aos menores chamados delinquentes.

Para as crianças criminosas, em 1890 o governo baixou um Decreto de nº 847. Estabeleceu-se que antes dos 9 anos completos a criança não seria considerada criminosa. Também não seria criminoso o maior de 9 anos até a idade de 14, porém, se tivessem capacidade deveriam ser direcionados “a estabelecimentos disciplinares industriais”.

Em 1923 surge o Decreto de nº 16272, de 20 de dezembro. O decreto garante que “o menor de 18 anos, de qualquer sexo, abandonado ou delinqüente, deveria ser submetido às medidas do regulamento” (RODRIGUES & LIMA, 2002, p. 5). Os menores de 14 não passariam mais por processo penal, devendo ser enviados a *Escolas, Asilo, Casa de Educação, Escola de*

Preservação ou pessoas idôneas. Entre 18 e 21 anos, em caso de crime ou contravenção, esses cumpririam pena separados dos maiores.

O Código de Menores foi criado em 1927, sendo o primeiro da História do Brasil: “veio dar o novo tratamento jurídico aos menores de 18 anos”. (CUNHA, 2005, p. 43). Neste momento, surge com mais intensidade a figura do “menor com direitos”.

Assim, há uma maior definição do Menor considerado *Vadio*, mostrando que os abandonados deveriam ser enviados a lugares convenientes, onde houvesse guarda e vigilância. Com relação ao Distrito Federal, atribuía-se ao Juiz de Menores receber aqueles abandonados ou *delinquentes* em abrigos separados por sexo e distinção. Assim, o encaminhamento dado aos menores também mudava de acordo com seu delito social.

Com o Código de Menores foi implantada a restrição de trabalho para as crianças, que poderiam trabalhar no máximo 6 horas por dia. Essa restrição somente durou até 1934, quando a jornada dos menores passou a ser, no máximo, 8 horas diárias de trabalho. Quanto à restrição da idade, até mesmo este fator foi alterado, pois os menores de 14 anos poderiam trabalhar em empresas cujas pessoas da família também trabalhassem (CUNHA, 2005).

Fundamentado em Bazílio (1998), Cunha demonstra que o Código de Menores trazia consigo as ideias e ideários da primeira república, pois eram juristas, médicos, políticos e higienistas que pensavam hegemonicamente que a maneira de corrigir a conduta dos *desviados* era através do aprendizado de ofícios artesanais ou manufactureiros, e por isso destinavam as crianças ao trabalho.

Em 1941 o Código de Assistência ao menor foi modificado e criou-se o Juizado de Menores e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Para Cunha (2005), o SAM foi um retrocesso, visto que ao invés de distinguir os menores abandonados dos delinquentes aconteceu o contrário, ambos eram enviados para *Reformatórios*, pois agora Reforma e Preservação eram entendidas da mesma forma.

Os Patronatos foram instituições marcadas pelo regime de internato. Este tipo de regime surgia como alternativa àqueles que moravam em locais distantes das cidades e também àqueles que não tinham onde morar e nem

como ter acesso aos estudos. Além disso, essas instituições serviam mais facilmente à formação do caráter normativo.

Nesse sentido, Foucault (2005) aponta que as casas de correção, no século XVIII, eram povoadas pelas “crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegiais ambíguos, serviçais e educadores duvidosos” (FOUCAULT, 2005, p. 41). Ao analisar a história da sexualidade ou o surgimento da prisão, Foucault também está analisando o discurso jurídico que a sociedade construiu para estabelecer os melhores métodos de fazer todos adequarem-se dentro dos padrões morais, adaptando as mentes da maneira subliminar, pois as relações de poder se estabelecem sutilmente.

O Patronato como característica correcional acaba acompanhando, em um outro espaço temporal, as mesmas regras e relações estabelecidas em séculos anteriores. São os padrões e normas que ainda se constituem em microespaços. Considerando a aparente diminuição da repressão a partir do século XIX com relação ao caráter correcional da sociedade, Foucault irá alertar: “teremos um ardil suplementar da severidade, se pensarmos em todas as instâncias de controle e em todos os mecanismos de vigilância instalados pela pedagogia ou pela terapêutica”. (FOUCAULT, 2005, p. 41).

Conceição (2007), ao estudar a “pedagogia do internar”¹⁹ na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, em Sergipe, faz uma importante abordagem histórica sobre a instalação dos internatos no Brasil, apontando os interesses que orientavam essa prática. Destaca que os internatos surgiram com o sentido de enquadrar meninos e meninas pela ordem social, sendo essa a base do princípio pedagógico. A educação era feita muito mais pelas escolas do que pelas famílias, porque dentro desses recintos as crianças estariam livres da grave influência maldosa do mundo externo e das ruas, ainda que fossem contaminadas também pelo sofrimento das condições precárias em que se encontravam.

Uma importante questão surgida neste momento de implantação dos internatos como opção para a educação da infância pobre é a preocupação

¹⁹ A “Pedagogia do Internar” é “um termo que revela uma prática ou estratégia histórica de instruir, educar e moldar meninos e meninas nas regras do bem viver”. Era praticada em diversos lugares fechados (colégios, seminários, conventos e internatos) com a intenção de educar através da moral e do confinamento, a fim de que **não** adquirissem os maus hábitos e costumes do mundo exterior (CONCEIÇÃO, 2007, p. 27).

com a higiene. A proliferação de doenças levava à necessidade de cuidados com os espaços onde havia aglomerações, como o caso das escolas. No PAVG essa preocupação não foi diferente das outras instituições que tinham por objetivo a “Pedagogia do Internar”.

Com relação à constituição do Patronato, podemos notar, através da descrição de Jantzen (1990, p. 82), algumas características referentes aos cuidados com a higiene e também com a disciplina imposta ao corpo, numa clara intenção de formar um corpo saudável e útil para o trabalho através dos cuidados escolares:

A lotação completa do Patronato era, na época de sua criação, de cem alunos. O internato, com ensino profissional agrícola, fornecia também assistência médica e dentária, além de “gymnástica sueca e escotismo”, ambos considerados como “instrução militar”. Temos aí, portanto, uma assistência completa para cuidar e disciplinar o caráter e o corpo dos meninos, tornando-os úteis à sociedade burguesa que se consolidava no Brasil e na região.

Jantzen (1990) continua seu relato sobre o Patronato trazendo um importante comentário acerca do estabelecimento dessa instituição em Pelotas. Este comentário foi retirado de um livro intitulado “O Ensino em Pelotas”, coletânea de recortes de jornais, almanaques, livros e outras fontes sobre a educação nesse município, publicada em 1928 por Norma Mancine, ao qual não se teve acesso. Transcreveu-se, no entanto, através de Jantzen, algumas notícias sobre o Patronato:

O patronato é uma instituição que presta edificantes benefícios moraes e materiais aos menores desamparados dispensando-lhes, a par da instrução elementar e technica e dos salutareos princípios da educação practica nos trabalhos ruraes, confortante assistência medica e dentária. Defende assim das moléstias do corpo e da perversão dos costumes, de forma altamente meritória, um punhado de jovens rio-grandenses, tornando-os aptos a promoverem sua prosperidade individual e a cooperarem efficaamente no progresso da collectividade. A instrução practica dos menores abandonados, desoccupados ou delinqüentes, é o verdadeiro estímulo propulsor do progresso do paiz, da sua futura grandeza e seus mais lídimos e alevantados ideais. Na época de civilidade a que attingimos, compete aos poderes públicos tomar a seu cargo a educação de tão valiosos elementos, defendendo-os das suggestões nocivas do meio, desenvolvendo sua cultura, esclarecendo seu espírito, educando o seu cérebro, fortalecendo o seu character e levantando a sua moral, para aproveitá-los em mister úteis á sociedade afastando-os dos males que os levam a perversão, á mendicância e ao crime. [...] É necessário, pois, organizar, auxiliar e impulsionar esta patriótica

Esse aluno entrou no Patronato em 11 de outubro de 1923 e desligou-se da escola em 13 de setembro de 1927, por motivo de falecimento em função de meningite. Os pais já eram ambos falecidos e o aluno antes de morrer foi levado ao “Isolamento Municipal”. O menino entrou para escola com 10 anos de idade e morreu aos 14 anos. No ano de 1934 houve outro caso de falecimento no Patronato, sendo a causa da morte *asfixia por submersão*.

A situação econômica da cidade de Pelotas contribuiu para a proliferação de doenças e para projetos de organização do saneamento urbano. Até os anos finais do século XIX o charque trará à cidade uma efetiva movimentação econômica que dele deriva. Nesse período chegam a existir no município 40 charqueadas produtivas e no ano de 1919 o número diminui para 5. O motivo de tal decréscimo foi principalmente a expansão dos frigoríficos no período posterior a I Guerra Mundial somado à falta do consumidor mais efetivo desse alimento, que era o escravo²¹.

Apesar do aumento da zona urbana existiu também uma modernização, com déficit muito grande de uma estrutura de sustentação:

A nova estrutura criada era, no entanto, muito deficitária, como mostram as notícias constantes sobre problemas na iluminação pública a gás, no fornecimento de água e na questão do esgoto, que mesmo com a aprovação do projeto divulgado ainda em 1887, terá a construção só efetivada, em parte, em 1913 (Gill, 2007, p. 40).

De acordo com Gill (2007), essas condições precárias irão favorecer o surgimento de doenças na cidade. Em 1890, o número de enfermidades crescia e a população sofria com as péssimas condições sanitárias. Se até mesmo os ricos eram atingidos por doenças, os pobres estavam fadados ao seu contágio, pois moravam nas piores moradias, nas mais insalubres, com péssimas condições de higiene. Peste Bubônica, Varíola, Febre Tifoide e Gripe Espanhola eram as doenças mais incidentes na cidade. Para seu tratamento foram tomadas as seguintes medidas: contra a Varíola houve a criação do Lazareto dos Variolosos²² e vacinações; para a Peste Bubônica o município

²¹ Sobre este assunto ver TAMBARA (1985), mais especificamente o capítulo 1.

²² O Lazareto dos Variolosos foram lugares destinados a tratar daqueles doentes que estivessem com Varíola, a fim de evitar contágios da doença. Contudo, no estudo de GILL (2007, p. 52), a autora não conseguiu identificar quantos houve e nem em quais lugares da cidade esses estabelecimentos funcionaram.

providenciou vacinas, soro antipestoso, desinfecções de casas suspeitas e isolamento das vítimas.

Segundo Gill (2007, p. 54),

[...] recomendavam também a vigilância sobre as águas, os portos, a extinção dos ratos, e a divisão da cidade em zonas, que seriam visitadas por médicos, investidos de poder de autoridade sanitária, sendo para isso nomeados pelo Delegado de Higiene.

Essa peste aconteceu nos anos de 1899, 1919 e 1921. A febre tifóide, transmitida provavelmente pela água, contagiou uma média anual de 34 pessoas entre 1891 e 1916. Para solucionar essa endemia, o município investiu, ainda que de forma precária, em rede de esgotos e suprimento de água potável filtrada. Em 1918, o forte das preocupações sanitárias foram os casos letais de gripe espanhola. O número de mortos pesquisado por Gill (2007) variou de 353 oficiais até mais de mil noticiados pelos jornais. A prestação de serviços à gripe foi feita através do isolamento temporário e de visitas auxiliares às casas com suspeitas da doença. A tuberculose é uma das doenças que, segundo a autora, mais atingiu a população da cidade por afetar as pessoas permanentemente, de modo que não aconteciam surtos em épocas específicas como as outras doenças, mas sim permanecia como realidade diária no cotidiano dos pelotenses durante as quatro décadas de sua pesquisa.

No PAVG o cuidado maior foi com a febre tifoide e com a varíola. Mesmo que a preocupação com a higiene fosse diária, se ao ingressar no PAVG o aluno não tivesse ainda sido vacinado contra essas doenças, o médico da instituição o fazia. Aliás, o fato de haver nesta instituição um médico já se torna significativo diante do discurso médico posto em questão. Na realidade, uma escola com tal porte e significação moral junto à sociedade pelotense não poderia se constituir sem aquele a quem pudessem recorrer os enfermos da escola.

No ano de 1927, pela primeira vez, houve uma epidemia manifestada no Patronato. Era o Sarampo. De qualquer forma, segundo Relatório de 1927, essa epidemia foi logo extinta, pois foram tomadas providências pelo médico da instituição. Também nesse mesmo ano os alunos tiveram gripe, caxumba e dois alunos foram mordidos por “um cão suposto atacado de hydrophobia, em

outubro, sendo-lhes, no Instituto Hygienico local, administrado o tratamento requerido no caso” (RELATÓRIO ANUAL, 1927). Os alunos molestados por doenças contagiosas eram isolados e todos os seus pertences eram desinfetados ou até mesmo queimados. No mesmo ano foi registrado um caso de catapora e um de meningite. “Foi registrado em setembro, um caso fatal de meningite de fundo tuberculoso, sendo por isso expedido o primeiro atestado de óbito desde a fundação deste Patronato” (RELATÓRIO ANUAL, 1927).

Nos anos posteriores a maioria do envolvimento dos médicos foi com curativos, sendo que em 1928, Alvaro Barcellos, médico da instituição, chegou a fazer “907 pequenos curativos” e em 1929, 1.111, provavelmente porque os alunos eram também a mão de obra da escola, exercendo variados serviços que lhes causavam pequenos ferimentos, o que leva a crer que lhes faltava orientação de adultos.

Ainda no ano de 1929, 7 alunos foram para a Santa Casa de Misericórdia por não terem condições de serem atendidos na enfermaria da instituição. “Um por bacilose – um por ser operado de varises; um com otorrhéa chronica (2 vezes); dois com sarampo e um com osteíte da epiphyse do fêmur” (RELATÓRIO ANUAL, 1929).

O óbito do menor H. F, estudante já citado, foi noticiado em alguns jornais locais.

Alguns estudantes já chegavam à instituição com a ficha que comprovava as vacinações feitas, conforme documento a seguir:

Instituto de Hygiene de Pelotas
SECÇÃO VACCINOGENICA

Nº 5564

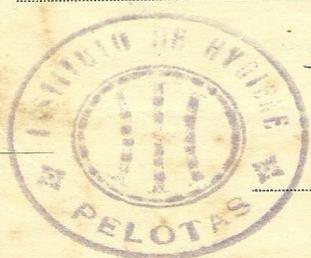
Attesto que *Raphael* [redacted] *T.º*
de *Paulus* de idade, natural de *Pelotas*.
residente á *rua Gal. Góris* N.º *262*
filh.º de *Raphael* [redacted]

foi *pe* vaccinado neste Instituto em
30 de *Outubro* de 192*3*, com resultado

Pelotas, 20 de Outubro de 1923.

O DIRECTOR,
Blautius

Liv. do Globo — Pelotas — 226



Documento nº4: Atestado de Vacinação. Fonte: Acervo PAVG

Em relação aos cuidados estava também a alimentação dos alunos, que era controlada pelo médico do Patronato. Outra medida adotada era o acompanhamento durante todo ano, destacando o seu desenvolvimento físico. Os alunos eram medidos desde seu peso, altura, linha axilar etc. como forma de manutenção da saúde.

Havia também o acompanhamento dentário. No ano de 1928, o dentista Paulo Gastal explicita no Relatório Anual a importância da higiene bucal e sua determinação em fazer o mínimo de extrações nos alunos, preferindo o tratamento de canal e as obturações.

É importante destacar que os cuidados higiênicos e médicos com os alunos não eram aplicados somente como fator de preservação de sua saúde, mas também para que os educandos não ficassem afastados dos serviços agrícolas do Patronato. O dentista da instituição, nesse mesmo ano, em relatório enviado ao diretor, assim se pronuncia por não haver nenhum caso de maior gravidade “que reclamasse a minha presença fora dos dias estipulados

ou que impedisse algum menor de assistir às aulas ou de tomar parte nos serviços agrícolas”.

Como em 1927 os alunos ainda não tinham um espaço maior do que um quarto para a enfermaria, os educandos com doenças mais agudas iam para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, da cidade de Pelotas.

De acordo com os discursos médico-higienistas o médico se constitui como um educador, figura essencial que além de curar é capaz de conduzir a todos os educandos, orientando a vida privada, individual, pública e coletiva, portanto necessária dentro das escolas desse período. Assim, o médico era responsável pela inspeção e esses discursos produziam a necessidade do ensino de higiene. Como afirma Stephanou (2005, p. 148),

A medicina vinha a cumprir um papel fundamentalmente preventivo. As doenças da civilização moderna ofereciam um campo enorme para as ações sanitárias. Os médicos apresentaram-se como uma espécie de mediadores, aqueles que, propondo medidas de ordenamento do espaço e purificação do meio, conduziram a uma sociedade sadia e positivamente civilizada. A degeneração poderia ser contornada. A enfermidade dos corpos e da sociedade cederia lugar à saúde e à vida. Fazia-se mister, contudo, garantir o espaço para a atuação educativa e saneadora da medicina [...] A educação aparecerá como aquela tarefa afinada com a missão da medicina preventiva. Mas à medicina social, profilática por excelência, incumbiam também ações corretivas e ortopédicas.

Essas práticas educativas têm uma história focada em um dado momento histórico da nossa sociedade, em que passarão a ser utilizados corriqueiramente nos ambientes escolares. São discursos que surgem de maneira forte e concomitante no início do século XX: medicina e combate ao analfabetismo.

Contudo, indaga-se se o hábito de vincular medicina e educação era uma prática apenas preventiva vinculada às pestes. Ou seria uma prática que objetivava mais do que a prevenção, e a cura, inculcando hábitos e constituindo formas de agir e pensar através do ambiente institucional que era a escola.

Observa-se nos exemplos das epidemias citadas anteriormente que a sociedade ainda não havia construído uma consciência sobre a importância de manter hábitos sadios, higiênicos e saudáveis. Esse discurso será produzido pelo corpo de médicos que discutem e apelam para a moralização do sujeito e para a autorregulação de sua conduta. Sendo assim, nada melhor do que um

ambiente de instrução e formação para lidar com os males da urbanização crescente. O discurso eugenista se traduz na prática escolar como formação de sujeitos que conscientemente sejam fortes, saudáveis e hábeis.

Nesse contexto, as construções dos prédios e as instalações escolares também seguiram os parâmetros sanitários. Em nota de inauguração do PAVG, o jornal de maior circulação na cidade de Pelotas assim noticia as instalações da escola: “É ele dotado de 6 grandes pavilhões de sólida construção, oferecendo todos os recursos de hygiene e conforto. São os mesmos para a secretaria e Almojarifado, aulas, dormitórios com 100 camas, sanitários, refeitórios” (DIÁRIO POPULAR, 16 de outubro de 1923).

Além do investimento em boas construções do PAVG, também havia o investimento nas questões higiênicas e num padrão comportamental exigido pela sociedade e ideal para as crianças que entravam para essa escola, tornando-as assim, “úteis à sociedade”. Nesse sentido, cabe o questionamento sobre como atingir a meta de um comportamento ideal.

Conforme consta nas fichas dos alunos do PAVG e como pode ser observado a seguir, em primeiro lugar, para ingressar no Patronato o aluno deveria fazer o seguinte procedimento:

Como convém esclarecer os interessados sobre a maneira porque se devem dirigir ao Dr. Antonio Soares Paiva, actual director do “Patronato” resumidos abaixo as formalidades necessárias a matricula naquele instituto:

Requerimento ao Sr. Director do Serviço de Povoamento, assinado pelos pais e na falta, pelos tutores, parentes ou protetores, certidão de idade, e, em sua falta, atestado firmado por duas pessoas idôneas.

Atestado de sanidade e de vacina.

Atestado de boa conduta, firmado pela delegacia de polícia.

Atestado de óbito dos pais, genitor falecido;

No caso de incapacidade moral dos pais, tutores ou protetores, atestado sobre os mesmos, firmado por duas pessoas idôneas.

Todos esses documentos levam estampilha federal.

Também na directoria geral do município serão prestadas informações sobre a matrícula ou outros quaisquer estabelecimentos (DIÁRIO POPULAR, 07/09/1923).

Ao mesmo tempo, nas fichas dos alunos que passaram pela escola no período estudado, conforme as exigências citadas pelo jornal, assim apareciam: o menor de número 2, que possuía as iniciais J.D.F, entrou para a

escola em 1923, ano da inauguração dessa instituição, e saiu somente em 1930. Possuía 6 anos e era de cor parda. Em sua ficha, consta o seguinte atestado:

Ofício:

Ilmo Sr. Diretor do Serviço de Povoamento. Maria A., serviçal doméstica, residente nesta cidade no lugar denominado Guabiroba, não tendo os recursos necessários para educar o menor J.D.A, seu filho, como procura provar com o atestado junto, vem solicitar que vos digneis mandar interná-lo em um dos Patronatos Agrícolas, a cargo desta directoria, juntando para este fim, os documentos exigidos pelas disposições regulamentares em vigor.

Nestes termos.

E.D. A mãe não sabe ler nem escrever. Junto atestado de pobreza pela Secretaria de Sub Intendência (ARQUIVO ESCOLAR).

Aparece ainda em outra ficha a seguinte documentação exigida do menor A.P, que entrou para a escola no ano de 1926, com 12 anos de idade, filho de pai ignorado, ingressando sob o número 16. A data de saída não consta em sua ficha. Estando o menor sob a tutela de outra pessoa, o seu tutor, L. F, solicita ao delegado de polícia da cidade de Herval, origem de ambos, que ateste se o menor é delinquente ou não e se possui rendimentos para a sua educação. Assim, em 22 de janeiro de 1934, o delegado de polícia de Herval expede atestado dizendo que o seguinte:

Atestado:

Atesto para fins de direito que revendo o arquivo da delegacia, nele nada encontrei em desabono a conduta do menor A.P, não é delinqüente e que o mesmo não tem recursos para sua educação.

Herval, 22 de janeiro de 1934.

Delegado de Polícia.

(Arquivo Escolar)

Os dados acima referidos não estavam explícitos em todas as fichas dos alunos, porém certamente foram exigidos, pois em algumas fichas constatou-se que as documentações não foram preservadas no acervo da escola.

No Atestado anteriormente descrito, atenta-se para a exigência de que o menor não fosse “delinquente”. Não se sabe qual o significado que essa palavra tinha para a sociedade da época, porém, segundo dicionário de língua portuguesa, a palavra delinquente possui como sinônimo “pessoa que cometeu um delito”.

Analisando os escritos de Jantzen (1990, p. 83), observa-se que a sociedade acreditava que os infratores e delinquentes, deveriam estar no Patronato:

A instrução practica dos menores abandonados, desoccupados ou delinquentes, é o verdadeiro estímulo propulsor do progresso do paiz, da sua futura grandeza e seus mais lídimos e alevantados ideais. Na época de civilidade a que attingimos, compete aos poderes públicos tomar a seu cargo a educação de tão valiosos elementos, defendendo-os das suggestões nocivas do meio, desenvolvendo sua cultura, esclarecendo seu espírito, educando o seu cérebro, fortalecendo o seu character e levantando a sua moral, para aproveitá-los em mister úteis á sociedade afastando-os dos males que os levam a perversão, á mendicância e ao crime.

Assim, a escola era destinada para órfãos, mas excluía determinadas pessoas que não estivessem dentro dos padrões exigidos. Ou os alunos mostravam um bom comportamento fora da instituição, ou nela não entrariam, conforme o regulamento.

Ainda em outro caso o menor J.C.B, de número 71, ingressou na escola em 1928 e saiu em 1933. Natural de Jaguarão, com 10 anos de idade, órfão de pai, trouxe o seguinte atestado:

Attesto que J.C.B, com 10 anos de idade, côr mixta, natural deste Estado, filho de M. E. B., não soffre actualmente nenhuma doença infecto contagiosa. Jaguarão, 23 de maio de 1928.

Aqui já notamos uma diferença com relação à medida anterior: antes de entrar para a escola os menores deveriam comprovar que estavam sadios.

No PAVG os alunos tinham aulas de escoteirismo, tomavam banhos frios e tinham um cotidiano bem árduo. Conforme afirmado anteriormente, e ficavam envolvidos entre os estudos, as aulas práticas de agricultura e as aulas das disciplinas regulares. Também praticavam aulas de Educação Física, com base na ginástica sueca, prática rigorosa, embasada nos padrões eugenistas, e ainda deveriam cumprir suas obrigações dentro dos dormitórios, mantendo-os limpos e asseados. Alguns alunos, inclusive, trabalhavam no refeitório produzindo a própria alimentação. O escotismo e as aulas de esgrima também faziam parte da Educação Física.

A vigilância dos educandos era feita por três guardas vigilantes. A intenção era evitar as fugas e também vigiar a parte externa da escola, mantendo um guarda para cuidar a entrada na instituição, tanto de animais que viessem a estragar as plantações como de pessoas estranhas.

No ano de 1924, nos relatórios da instituição, havia reclamação da dificuldade em trabalhar com os alunos devido à falta de assistência médica nos meses de junho a outubro, pois nesse momento houve em Pelotas um surto de sarampo. É relatado que ao mesmo tempo em que os meninos - em quase totalidade - ficavam enfermos, iam sendo hospitalizados na Santa Casa de Misericórdia.

4.1 SANEAMENTO BÁSICO NO PAVG: ESGOTOS, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ILUMINAÇÃO

Os anos de funcionamento da instituição como Patronato foram sempre permeados pelas dificuldades estruturais dos prédios, construções e saneamento. A falta de água, luz e banheiros eram melhorias para as quais os administradores sempre buscavam investimentos do governo.

No primeiro ano de funcionamento do PAVG o abastecimento de água da Escola era feito pelo Município de Pelotas, o que foi caso de reclamação por parte da direção do Patronato junto ao serviço de povoamento, devido à falta de verbas que o governo federal deveria enviar para ressarcir o município pelos serviços prestados. Através dos relatórios, notamos que ainda no ano de 1927 o abastecimento de água continuava sendo feito pela Intendência Municipal, porém não era suficiente para toda Instituição.

Segundo relatório de 1926, o depósito de água é de somente 2000 litros, sendo necessário aumentar para 15000 a fim de atender toda população do Patronato. “Essa mudança de depósito nos obrigará a mudar todo o encanamento que liga o Estabelecimento ao cano mestre da Hydraulica Pelotense que passa a uma distância de 2000 metros, mais ou menos” (RELATÓRIO ANUAL, 1927).

Os argumentos utilizados para pleitear melhorias junto ao Serviço de Povoamento eram sempre referentes à questão da higiene escolar. Da mesma

forma ocorreu com o serviço de esgoto nos primórdios da Instituição. Adotando um sistema de fossas para o colégio, a direção reclamava por melhorias e relatava que tal serviço não era suficiente para manter a higiene, pois o estabelecimento era grande e os 90 menores existentes estavam a cargo de apenas dois responsáveis, o inspetor e o guarda-vigilante, dificultando os cuidados com a manutenção da limpeza, principalmente quando ainda não havia mictórios e chuveiros para o banho.

Como vos referi no relatório anterior, quando assumi a direção do Patronato, os banhos eram dados no açude, onde os menores além de risco de morrerem afogados, corriam o das infecções, tal o estado da água em certos meses do anno. Procurei remediar com um chuveiro entre as paredes que sustentam a caixa d'água, como podeis ver pelas fotografias inclusas. Não sendo possível o banho diário para todos, recomendo que cada dia tome banho uma turma e dessa maneira temos conseguido manter os menores com hygiene do corpo necessária (RELATÓRIO ANUAL, 1924).

A única foto que se conseguiu retratando o banho dos alunos é do ano de 1934, portanto 10 anos após o relato acima referido, o que nos leva a crer que por mais esforço que o diretor tenha feito os alunos ainda não tinham as condições necessárias ao seu conforto mínimo, pois tomavam banho na rua e em chuveiros frios. Entende-se que essa era uma prática que possibilitava o surgimento de doenças, como gripes e infecções respiratórias, muito comuns para esse período e ainda combatidas atualmente.



Figura 17: Banho no Patronato em 1934. Fonte: Acervo CAVG

Ainda a instituição não possuía lavatórios junto ao dormitório dos alunos. O diretor pedia recursos para comprar no comércio local lavatórios esmaltados, pois considerava os mesmos mais duráveis, advogando pelo maior conforto dele e dos alunos.

Quanto à iluminação, era feita com lampiões de querosene, o que segundo o diretor atrapalhava muito a fiscalização dos educandos. Na parte de iluminação externa os lampiões eram especiais para proteger contra o vento. O diretor solicita a instalação de luz elétrica.

Em 1927, Simões Lopes enviava telegrama ao serviço de povoamento solicitando melhoria nas instalações da instituição. Era pedido um pavilhão para a enfermaria, gabinete médico, dentário e farmácia, pavilhão para exposição de maquinaria agrícola, paiol para cereais, estrumeira, silo, aviário, lavanderia, pocilga, piscina para banho, casa para o diretor e para os funcionários, além de luz e esgotos.

É somente em 1930 que a instituição conseguirá as melhorias referentes ao serviço de esgotos e abastecimento de água, curiosamente bem no ano em que a instituição muda a sua direção e o ex-diretor Alvaro Simões Lopes passa ao cargo de Inspetor dos Patronatos Agrícolas. O Engenheiro Saturnino de Britto faz o projeto da obra gratuitamente à instituição.

Foi por esse motivo substituído o encanamento de pouco diâmetro existente por 2.633 metros de canno de ferro galvanizado de 2ª, de accordo com o projecto acima mencionado e que em tempo, foi approvedo pelo Sr. Ministro; construiu-se também, um deposito para água, de cimento armado. Installou-se duas caixas de gordura, que depositam o liquido em “poços de visita” que vão descarregar na fossa construída de alvenaria com tampa de cimento armado (RELATÓRIO ANUAL, 1930).

No mesmo relatório o diretor menciona a grande ajuda dos ex-deputados federais Ildfonso Simões Lopes e Joaquim Luis Osório. Segundo consta, o diretor Jayme Soares de Oliveira pediu pessoalmente aos ex-deputados que interferissem buscando melhorias para a estrutura do PAVG. Assim, o ex-ministro Lyra Castro e Dulphe Pinheiro Machado, superintendente dos Patronatos, apresentaram uma emenda ao orçamento de 1929, determinando a liberação do crédito para essa obra. Foram adotadas privadas estilo “turcas”, consideradas as mais práticas para habilitações coletivas.

Todavia, é importante destacar que o Patronato de Pelotas ficou sete anos com dificuldades de saneamento básico. Contudo, foi através e da visita do Ministro da Agricultura Assis Brasil, além da articulação do diretor dessa instituição com políticos locais, que as obras realmente foram desenvolvidas.

Destaca-se que o olhar sobre determinado documento pode ser variado, dependendo do que é importante para cada historiador. A história a ser contada pode adquirir múltiplos sentidos, de acordo com aquele que a vê.

Não se pretende aqui esmiuçar muitos aspectos sobre a instituição, pois seria impossível, mas unicamente tentar contribuir para a construção histórica e a identidade do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça para aqueles que por lá passaram, no sentido de que a escola seja vista como uma forte união daqueles que muito trabalho tiveram para erigir o que ela vem a ser hoje, principalmente em relação ao esforço dos próprios alunos. Assim, quem sabe a preservação venha a se fazer mais presente na consciência da comunidade escolar do CAVG, desde os prédios, que estão sendo destruídos, até a manutenção dos bosques e documentos dessa instituição.

Assim, relembra-se que os discursos higienistas vinculados à eugenia estavam presentes, tanto no discurso e práticas médicas como nas práticas de Educação Física, ou até mesmo na escolha do grupo que formaria a banda de música da escola. Reflexo de uma sociedade e de seu tempo, a República brasileira impunha ao menor uma possibilidade que, muitas vezes, poderia ser cruel: a formação do sujeito forte, robusto e “macho”. Um trabalhador ideal, com conhecimentos suficientes para contribuir para a modernização agrícola e do campo, porém, educado para não ultrapassar os limites que lhe eram destinados: o de empregado. Com certeza, os alunos muitas vezes o ultrapassaram.

5. O PERFIL DOS ALUNOS DO PAVG

Em 25 de julho de 1919, sob o decreto de número 13.706, foi aprovado o Regulamento dos Patronatos Agrícolas (BRASIL, 1919). Dentre inúmeras cláusulas e artigos, apontam-se alguns itens a fim de saber se esse regulamento era atendido junto ao Patronato Agrícola Visconde da Graça. Busca-se também entender se essa instituição correspondia às pretensões educacionais almejadas pelos discursos e pela legislação que os criou.

Reafirma-se que membros da família Simões Lopes foram bastante envolvidos com as questões políticas e educacionais não só em nível local, mas também nacional, colaborando muito para a instalação do Patronato em Pelotas. Outro fato que se deve destacar é que Pelotas, nesse período, ainda era considerada uma importante cidade no país, ocupando o 8º lugar em arrecadação de impostos em nível nacional. Como já foi dito, a economia que teve por base a produção do charque fez com que a cidade se destacasse econômica e culturalmente, e tivesse muitos de seus conterrâneos ocupando importantes cargos políticos. Isso influenciou positivamente no aceite das reivindicações daqui advindas. O Patronato foi uma delas.

A partir da análise de 254 fichas de alunos que passaram pelo PAVG, tentou-se caracterizar o perfil dos mesmos, relacionando-o com o regulamento dessa instituição.

Nos artigos 1º e 2º, capítulo I, do regulamento acima citado, lê-se o seguinte:

Art. 1º Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Os patronatos agrícolas constituem, em seu conjunto, um instituto de assistência, proteção e tutela moral dos menores compreendidos no art. 1º do presente regulamento, recorrendo para esse efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporá-los no meio rural (BRASIL, 1919).

Analisando as fichas dos alunos que entraram entre o ano de 1923 até o ano de 1934, têm-se os seguintes dados:

ALUNOS	PAIS	SITUAÇÃO	TOTAL	%
188 possuem pai ou mãe nas condições apresentadas	PAI	Mortos	74	39,36
		Vivos	32	17,02
		Ignorados	35	18,62
		Não Identificados	47	25
	MÃE	Mortas	34	18,09
		Vivas	135	71,81
		Ignoradas	6	3,191
		Não Identificadas	13	6,915
66 possuem pai e mãe nas condições apresentadas	AMBOS	Mortos	28	42,42
		Vivos	36	54,55
		Não Identificados	2	3,03

Tabela 3: Relação de órfãos segundo mortalidade de pai, mãe e de ambos.

No artigo 44, capítulo VI, do Regulamento dos Patronatos, um dos requisitos era o de que o aluno trouxesse uma declaração constando ser ou não órfão. Analisando a tabela vê-se que a taxa de mortalidade dos seus pais foi apresentada nas fichas dos alunos. Dessa forma, chega-se a conclusão sobre alguns dados relevantes, ou seja, 188 alunos eram órfãos ou de pai ou de mãe. Logo, pensando sobre a assistência familiar percebe-se que 156 alunos (82,98% - morto, não identificado e ignorado) não podiam contar com o pai, figura masculina, e apenas 17,02% tinham o pai vivo.

Quanto às mães, desses 188 alunos, apenas 53 encontravam-se mortas, ignoradas ou não identificadas, representando um percentual de 28,19%. Dessa forma, constata-se que os alunos contavam muito mais com a presença feminina do que com a presença masculina em sua vida familiar.

O restante dos alunos analisados (66) representou 25,99% do total, e foram colocados a parte na tabela porque eram totalmente órfãos ou não apresentaram a característica de orfandade. Assim, 42, 42% destes tinham os pais mortos e 54, 55% tinham os pais vivos.

No relatório anual do ano de 1931 o professor elogia o comportamento da turma, “apesar de muitos, não serem portadores, de orientação paterna”.

No capítulo VI do Regulamento dos Patronatos “Da matrícula e admissão dos menores”, no seu artigo 35, é apontado que serão admitidos menores reconhecidamente desvalidos, com idade entre 10 e 16 anos. O artigo 40 do mesmo capítulo segue liberando a entrada somente àqueles sadios, limitando a entrada daqueles que forem “*menores delinquentes, ou que sofram de doença contagiosa, lesão ou deficiência organica, que os inhabilite para os serviços agrícolas ou de industria rural*”. No artigo 42, salienta-se que 50% dos alunos devem ser do Estado de origem da instituição.

Chamam atenção também as orientações escolares destinadas a cumprir o destino de instituição, voltada para a formação de mão de obra para a lavoura e campo; ou seja, os alunos deveriam tomar parte nos trabalhos do campo, nas oficinas (selaria, carpintaria, marcenaria etc.), “*manejo de máquinas agrícolas, fenação, tratamento de animais, fabrico de manteiga, embalagem dos productos agrícolas, operações de jardinocultura, horticultura e outros serviços agrícolas*”.

A cultura escolar do Patronato incorporava uma formação agrícola muito forte, que aliada aos debates anteriormente descritos, pode ser evidenciada como uma cultura voltada tanto para a formação agrícola quanto para a civilizatória, tudo isso permeado por uma intenção de que os alunos, através de sua mão de obra, possibilitassem o sustento da instituição. A partir ainda do decreto nº 13.706, capítulo IV, destaca-se que a formação do aluno seria primária e profissional. A formação primária englobava três cursos distintos: elementar, médio e complementar, como foi anteriormente analisado.

O curso primário elementar e médio possuía um cronograma de disciplinas bem mais voltadas para as ciências naturais, porém, havendo sempre a obrigatoriedade de participação dos alunos em oficinas, ou seja, nos *trabalhos manuais*. Mesmo assim, no artigo 19, existe a orientação para que todas as disciplinas utilizem-se de lições que sejam relacionadas à agricultura. Na resolução do artigo 20 do mesmo decreto, o curso primário complementar

[...] consistirá em revisão e ampliação do curso anterior, conforme a natureza de cada patronato, e será incluído nas instruções

organizadas pela Directoria do Serviço de Povoamento e aprovadas pelo ministro (BRASIL, 1919).

Fica evidente na legislação que o curso primário era somente para ensinar o básico ao aluno, como o próprio nome indica, ensinando a ler, a escrever, *aritmética prática até regra de três simples*, sistemas métricos, ensinamentos básicos de geografia e história, instrução moral e cívica, higiene, desenho e música (orientada para *cantos patrióticos e escolares*), ginástica sueca e trabalhos manuais, conferindo com o que era ministrado no PAVG, as chamadas Lições de Primeiras Coisas.

No que tange ao ensino profissional as noções de agricultura eram bem mais aprofundadas, enquanto que o curso primário repassava as noções básicas ao aluno. No curso profissional o aluno estudaria aspectos relativos à agricultura, principalmente os solos comuns à região, dedicando-se ao aprendizado do preparo da terra, drenagem e irrigação. Também deveria aprender sobre instrumentos agrários, sementes, materiais fertilizantes, jardinocultura, horticultura, pomicultura, apicultura e sericultura, pecuária, laticínios e sobre embalagem dos produtos advindos da lavoura. Havia também no currículo noções de *contabilidade agrícola, bases para formação de sindicatos, cooperativas e outras associações úteis a lavoura*. Ao que tudo indica pelas leituras feitas nos relatórios anuais, até o ano de 1934, o Patronato não tinha inserido na sua grade curricular o curso profissional, reservando aos alunos somente o curso primário.

Ressalta-se que o Regulamento dos Patronatos traz orientações pertinentes sobre a conduta e a aplicação dos alunos com relação à higiene e também com relação às premiações que recebiam aqueles que eram os melhores, mais fortes e que se sobressaíam no comportamento e na educação, como as premiações recebidas pelos alunos citados anteriormente. Mesmo não tendo detalhado as questões referentes à inserção dos alunos da Instituição, pode-se notar algumas características que se sobressaem no regulamento. Os Patronatos eram destinados aos meninos pobres e tinham por objetivo prepará-los para o trabalho no campo e para a formação de sua conduta moral, conforme as práticas educacionais de ensino agrícola e cívico, antes citados.

Assim, constata-se que realmente o PAVG atendia à parcela da população pobre de Pelotas e região. De acordo com os gráficos a seguir, observa-se que os alunos eram em sua maioria da cidade de Pelotas.

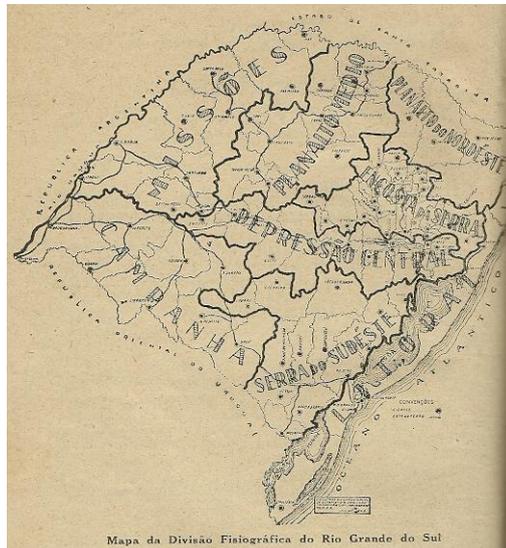
Zonas	Cidades	Nº alunos	Cidade (%)	Região (%)
4ª (Litoral)	Rio Grande	14	5,51	5,51
5ª (Serra do Sudeste)	Pelotas	156	61,42	80,71
	Pedras Altas	2	0,79	
	Arroio Grande	2	0,79	
	Cangussú	5	1,97	
	Herval	14	5,51	
	Pinheiro Machado	3	1,18	
	São Lourenço	5	1,97	
	Piratini	6	2,36	
	Cerrito	1	0,39	
Jaguarão	11	4,33		
6ª (Campanha)	Bagé	8	3,15	5,51
	Dom Pedrito	6	2,36	
7ª (Depressão Central)	Santa Maria	1	0,39	0,79
	Laycan (?)	1	0,39	
8ª (Encosta da Serra)	Caxias	3	1,18	1,18
Santa Catarina	Blumenau	1	0,39	0,39
Não Identificados		15	5,91	5,91

Tabela 3: Origem dos alunos segundo as zonas e cidades do estado do RS

A escola recebia alunos de várias cidades e de regiões periféricas de Pelotas. Num total de 16 cidades, 15 eram do interior do Rio Grande do Sul, região Sul e uma de Blumenau, no estado de Santa Catarina. Temos ainda um percentual de 5,91% de alunos dos quais não foi identificada a origem. De qualquer forma, o maior percentual (61,42%) era originário de Pelotas. Na sequência, 6% dos alunos vinham de Herval e de Piratiny (hoje, Piratini). Ressalta-se ainda que a denominação Laycan apareceu nos dados, mas não foi encontrada. Porém, acredita-se que a escrita atual seria Saican, um arroio próximo do rio Santa Maria e do arroio Cacequi. Optou-se então por deixar essa cidade vinculada à região de Santa Maria, ou seja, à 7ª zona do estado, chamada de depressão central.

Caxias era parte da região da Encosta da Serra do Rio Grande do Sul, pertencendo em 1944, pela divisão geográfica, à 8ª zona do estado. Da 7ª zona, chamada de Depressão Central, temos a cidade de Santa Maria. Os municípios de Bagé e Dom Pedrito, pertencem à 6ª zona, denominada de região da Campanha. A zona com maior concentração de cidades no Patronato foi a 5ª, chamada de Serra do Sudeste, abrangendo os municípios de Pelotas, Pedras Altas, Pedro Osório, Arroio Grande, Cangussú (hoje Canguçu), Herval, Jaguarão, Pinheiro Machado, Piratini e São Lourenço. Nos dados de origem dos alunos consta Cerrito, que era distrito e só se transformou em cidade no ano de 1995. Pertenceu à região de Pelotas, e em 1959, foi anexado a então cidade de Pedro Osório. Temos também alunos oriundos de Pedras Altas, que se transformou em município somente em 1996, tendo como origem Pinheiro Machado e Herval (PIMENTEL, 1950, p. 23)²³.

Na 4ª zona, chamada de Litoral, vinham os alunos oriundos da cidade de Rio Grande. A seguir, mostra-se uma divisão geográfica, do ano de 1944, a título de esclarecimento, sobre a divisão por zonas do RS.



Fonte: PIMENTEL, 1950, p. 24

Através do exposto anteriormente sobre as cidades de origem dos alunos, pode-se ver que a escola era núcleo de aglomeração de pessoas que vinham de regiões próximas, provavelmente porque seus pais não tinham

²³ Dados retirados também do site: www.fee.tche.br. Acesso em 14 de outubro de 2009.

condições de prover seus sustentos ou seus estudos, sendo o Patronato a promessa de um futuro melhor. A Serra do Sudeste aglomerava as cidades mais próximas de Pelotas, e por isso aglutinou mais de 80% dos alunos do Patronato. Obedeceu, assim, ao regimento do Patronato, por ser regra que mais de 50% dos alunos deveriam ser naturais do próprio estado.

A partir dos dados analisados, observou-se que não vieram alunos da região Norte do estado do RS. Acredita-se que esses alunos direcionavam-se a outras instituições, podendo mesmo ser o Patronato Pinheiro Machado, instalado em 1919, na região de Porto Alegre.

No próximo gráfico pode-se averiguar a situação de permanência dos alunos na Instituição, levando a algumas observações relevantes sobre os objetivos a que se propunha a educação agrícola.

ANOS DE PERMANÊNCIA ANOS	Nº DE ALUNOS	%
< 1	12	4,8
1	54	21,3
2	40	15,7
3	40	15,7
4	25	9,8
5	25	9,8
6	18	7,1
7	7	2,8
8	12	4,7
N/I	21	8,3

Gráfico 4: Tempo de permanência dos alunos (percentual e número brutos) segundo os anos que ficaram na instituição.

Não se tem condições de afirmar se os alunos que frequentavam a Instituição eram oriundos da zona rural. Contudo, sabe-se que tanto Pelotas quanto as cidades da região sul do estado possuíam sua economia fortemente embasada na produção rural. Mesmo assim, se os alunos vinham para a Instituição com o objetivo de receberem instrução ou de terem um lugar para morar, o seu tempo de permanência no Patronato não confirma, na maioria dos casos, tais necessidades e objetivos.

Os alunos ao chegarem à Instituição recebiam moradia, alimentação e educação. Apesar de ser um ambiente rígido em suas normas disciplinares, essa era uma possibilidade de que os jovens tivessem um futuro melhor ou um

abrigo. Contudo, apesar dessa necessidade ser evidente às classes mais pobres, era grande a evasão escolar.

A maioria dos alunos (57%) ficava menos de um ano na escola e no máximo, 3 anos. Como o curso primário durava o tempo de 4 anos, a maioria não chegava a concluí-lo.

Esse dado é sinal indicativo de que provavelmente a Instituição não estava atingindo seus objetivos de formar os trabalhadores para o campo. Os alunos talvez acabassem evadindo por terem de ajudar os seus pais ou responsáveis no trabalho e sustento da família, ou devido ao rígido regime disciplinar e de trabalho.

Clóvis Caldeira, em seu livro, *Menores no Meio Rural*, escrito na década de 1960, consegue reportar-se às consequências que o trabalho familiar acarretava para os estudos. Em 1960, o trabalho ainda interferia nos estudos de menores como se pode, inclusive, visualizar nos meios rurais de cidades menos desenvolvidas na atualidade. Nos anos anteriores, essa situação era agravada pelo fato de haver maiores necessidades e menos escolas disponíveis.

Colocando o Brasil como um país ainda predominantemente agrário e dependente do trabalho familiar em várias regiões, a atividade agrícola apoiava-se, em grande medida, no trabalho de menores, principalmente quando a mãe era a responsável pelo sustento do filho.

A seguir, trechos de carta que a mãe de alunos do PAVG enviou aos seus filhos. Apesar de constar na ficha dos seus filhos a naturalidade de Pelotas, parece que não era muito fácil o contato com sua mãe, que trocava cartas pedindo notícias dos filhos e falando de sua situação em casa. De qualquer forma, ressalta-se que o Patronato situava-se a cerca de 8 km do centro da cidade, mas as condições precárias das estradas e também as condições econômicas das famílias que para ali levavam seus filhos lhes impunham dificuldades às visitas.

Presados filhos A., M. e O.:

Estimo que ao chegar estas as encontrem com saúde, Enquanto estou muito doente e bastante atrasada mais do tempo passo de cama, e possa para ti fallar com o Dr. (?) ver si tu podes vir agora o quanto que eu preciso de teu aucílio e tem um emprego bom para ti e que possa ficar o M. e O. uns mezes mais até que eu possa arrumar o dinheiro

para eles vir, e para ti eu vou remeter o dinheiro com direção ao Snr, Luiz Lisbôa, mas tenho que esperar a tua resposta e pesso que seja breve, saudades do J. e voçais abracem a tua mamãe que te põe a benção.

Castorina. (16 de outubro de 1934). (ACERVO ESCOLAR P.A.V.G.)

Esse é apenas um exemplo que demonstra que alguns alunos deveriam sair da instituição para ajudar os pais, e principalmente as mães, no sustento da família, até porque se constatou que a maioria deles não possuía pai. Não se soube qual foi a ocupação que a mãe conseguiu para o seu filho, mas de qualquer forma, segundo dados recolhidos sobre os menores, Caldeira (1960) assim exemplifica, colocando o trabalho agrícola como um dos grandes impeditivos para o avanço da escolarização de menores.

O mais comum, o que no geral corresponde à observação da realidade é o trabalho do menor em escala tanto maior quanto mais acentuadas as características agrárias da economia. E aqui deve ser realçado um aspecto que as estatísticas da população ativa nem sempre surpreendem: a legião considerável de menores não remunerados que ajudam a família nos trabalhos agrícolas e que via de regra é omitida do cômputo da população trabalhadora (CALDEIRA, 1960, p. 36).

Como já foi dito, se esses menores eram ou não originários de zona rural, não se pode afirmar. Mesmo que eles fossem oriundos da zona urbana, não se deve considerar essa zona urbana com os parâmetros que hoje temos. No que tange às dificuldades de acesso ao Patronato, só em fins do século XX elas foram melhoradas.

No relatório anual do ano de 1924 temos um exemplo de tal situação. Reclama o médico da Instituição de ter perdido assistência de médicos amigos para com os alunos do Patronato devido ao difícil acesso. Foi nessa época que a epidemia de sarampo chegou a quase todos os alunos da Escola e esses eram destinados à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, porém, o médico relata ter sido uma das épocas mais difíceis, pois a epidemia “irrompeu em pleno inverno, na época das grandes chuvas, quando a estrada achava-se em péssimo estado e os animais que dispomos exaustos do colossal esforço por trabalharem em todas as horas do dia e da noite” (Relatório Anual, 1924).

Indo mais além no perfil dos alunos dessa instituição, se traçou um outro gráfico que mostra a idade em que os alunos ingressavam na mesma. A

maioria chegava com 10 anos, referindo a um percentual de 26% dos alunos que transitaram pela instituição entre 1923 e 1934. Em segundo lugar, perfazendo 20,09% dos alunos, com 13 anos de idade. Em terceiro lugar houve um percentual considerável de alunos que entraram com 11 anos, sendo estes definidores de 19,7% do total. Em quarto lugar houve um total de 14,6%, alunos com a idade de 12 anos.

IDADE-PRESUMÍVEL	TOTAL ALUNOS	%
6	1	0,3
7	4	1,6
8	3	1,2
9	8	3,1
10	66	26
11	50	19,7
12	37	14,6
13	53	20,9
14	25	9,8
15	7	2,8

Gráfico 5: Idade dos alunos no ingresso a instituição

Nota-se que a entrada de alunos com menos de 10 anos contrariava o próprio regulamento dos Patronatos e, no entanto, obteve-se um percentual de mais de 6% que entraram com 6, 7, 8 e 9 anos de idade.

Talvez se justifique aqui um dos motivos para que também os mesmos permanecessem pouco tempo no Patronato, levando-se em consideração sua necessidade de formação própria. Contudo, não se pode ignorar o oposto: alguns alunos chegaram a ficar de 4 a 8 anos dentro da escola.

Segundo Conceição (2007), que analisou o Patronato Agrícola de Sergipe e traçou um quadro comparativo com relação à entrada de alunos nessas instituições, o Patronato Agrícola de Pelotas era o que mais internos teve em relação a todas as outras. Somente no ano de 1935 o Patronato Sérgio de Carvalho, da Bahia, ultrapassou em 7 alunos o número de internos do Patronato de Pelotas.

Esses dados levam a crer que a unidade de Pelotas era uma das que mais recebiam incentivos para o seu funcionamento, pois para receber os alunos deveria possuir recursos e ter condições suficientes para mantê-los. É

bom lembrar que durante o período aqui estudado, duas figuras conterrâneas de Pelotas estiveram vinculadas ao Ministério da Agricultura: Ildelfonso Simões Lopes e Alvaro Simões Lopes. Não é de estranhar que a instituição conseguisse manter mais alunos do que as outras. Apesar das várias dificuldades enfrentadas no que tange a saneamento básico e material escolar, a situação do PAVG, ao que tudo indica, deveria ser melhor em relação aos demais Patronatos do Brasil.

Com relação à condição étnica dos alunos da instituição conseguiu-se traçar os seguintes dados:

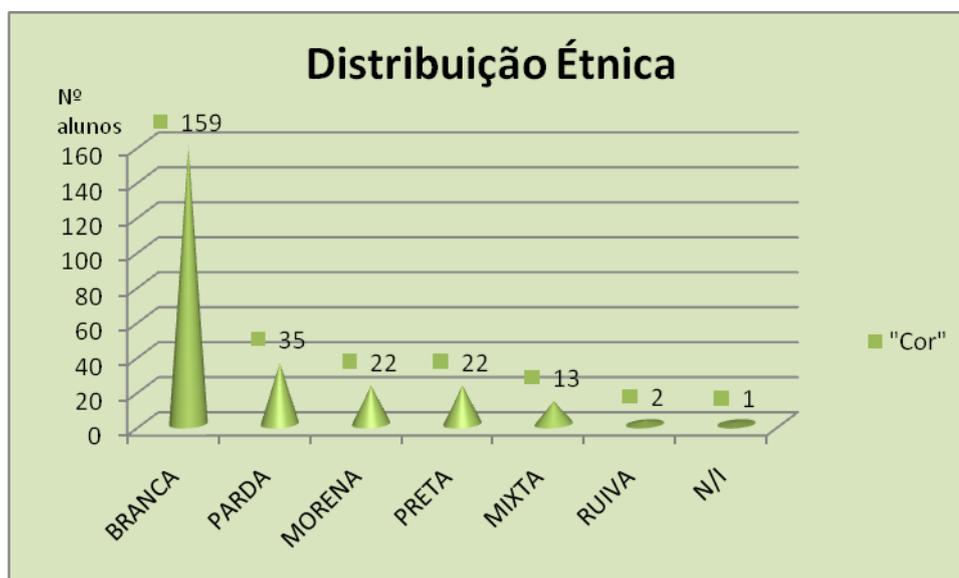


Gráfico 6: Etnia relativa aos alunos do Patronato dos anos de 1923 até 1934.

É difícil analisar este gráfico, pois a clareza quanto ao método utilizado para a distinção de quem era de qual etnia ou quem atribuía significação à chamada “cor” desses alunos é até hoje um parâmetro bastante discutido. Contudo, ao tomar com fidelidade os dados acima, vê-se que: 159 alunos eram denominados “brancos” (62%) e 92 alunos estavam entre aqueles denominados “pardos, morenos, mixtos e negros” (36%). O restante, 2%, eram denominados ruivos ou não foram identificados (n/i).

Sabe-se, entretanto, que a parcela mais pobre da população brasileira no período pós-abolição era constituída pelos negros. Fica então o questionamento: seriam eles excluídos do Patronato? Difícilmente se pode responder a essa pergunta sem incorrer em dúvidas. Talvez as dificuldades de

ingresso nessa Instituição resultassem da falta de acesso aos documentos comprobatórios para entrar no Patronato. Afinal, o procedimento para ingresso na Instituição exigia uma identificação criteriosa. Segundo documentos presentes nas fichas dos alunos e também segundo o que consta no jornal “Diário Popular”, os documentos exigidos eram os seguintes:

Como convém esclarecer os interessados sobre a maneira porque se devem dirigir ao Dr. Antonio Soares Paiva, actual director do “Patronato” resumidos abaixo as formalidades necessárias a matricula naquele instituto:
Requerimento ao Sr. Director do Serviço de Povoamento, assinado pelos pais e na falta, pelos tutores, parentes ou protetores, certidão de idade, e, em sua falta, attestado firmado por duas pessoas idôneas.
Atestado de sanidade e de vacina.
Atestado de boa conduta, firmado pela delegacia de polícia.
Atestado de óbito dos pais, genitor falecido;
No caso de incapacidade moral dos pais, tutores ou protetores, atestado sobre os mesmos, firmado por duas pessoas idôneas.
Todos esses documentos levam estampilha federal.
Também na directoria geral do município serão prestadas informações sobre a matrícula ou outros quaisquer estabelecimentos (DIÁRIO POPULAR, 07/09/1923).

Não é difícil perceber que a variedade de documentos exigidos para entrar na escola era bem grande. Pode-se inferir que não eram todos os alunos que tinham responsáveis suficientemente esclarecidos ou com condições financeiras para conseguir os atestados e o restante dos documentos, podendo ser este um empecilho para que os alunos ingressassem na Instituição.

ELEMENTOS CONCLUSIVOS

O estabelecimento do Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas foi marcado pelas relações políticas estabelecidas e pelo forte predomínio das mesmas na composição do quadro de funcionários da Instituição. A arquitetura escolar demonstrou as opções feitas pelos representantes educacionais com uma construção bastante retirada do centro urbano, com difícil acesso e um espaço físico destinado às aulas práticas para as classes pobres. Os ensinamentos eram mínimos e técnicos, estabelecidos pelos padrões educacionais destinados aos menos favorecidos da sociedade republicana.

Os discursos sobre a educação e a importância da formação da população economicamente carente para o trabalho rural foram pertinentes às práticas de políticas públicas durante a república. O estabelecimento do PAVG, na cidade de Pelotas, é reflexo desse ideal de “regeneração” e formação destinado à parcela mais pobre da sociedade, preconizada pelo “ruralismo brasileiro”.

A necessidade de modernização era fruto das dificuldades econômicas ocorridas principalmente nos estados periféricos, sendo o RS um deles. A partir dessas dificuldades e também a partir do predomínio da economia cafeeira no estado de São Paulo, setores da classe dominante agrária não contemplados pela política centralista do governo federal organizaram-se através de órgãos que os representassem. No caso brasileiro, a Sociedade Nacional de Agricultura aglutinou vários políticos que estavam descontentes com a política nacional. Muitos deles exerceram cargos nos Ministérios da Agricultura e no da Indústria e Comércio, responsável pelos Patronatos. Aliado a isso, mais dois fatores contribuíram decisivamente para o estabelecimento dessas Instituições: o discurso de modernização do setor primário e o crescimento dos centros urbanos.

A modernização foi debatida devido à influência dos países estrangeiros, atribuindo ao Brasil um caráter de atraso na agricultura. Ao mesmo tempo cresciam os setores industrializados nos centros urbanos e também o número de pobres e de crianças em situações de abandono, pobreza e orfandade. Atribuía-se ao setor primário produtivo a necessidade de aprimoramento dos

meios de produção, com aumento de maquinários, implementos e técnicas agrícolas.

Entende-se que a gênese do PAVG foi fruto de vários esforços, tanto políticos quanto ideológicos. Ambos estiveram relacionados, pois a ideologia de modernização agrícola não surgiu sem a conciliação com esforços políticos. O Brasil urbanizado foi precursor de crescentes problemas de saneamento e planejamento urbano. Esses problemas foram condizentes com o crescimento desregular das cidades e, portanto, com o aumento de classes sociais pobres e carentes de políticas públicas. Assim, surgiram os esforços para que as crianças órfãs fossem uma alternativa futura de mão de obra e uma solução para o atraso rural de então.

Os problemas sociais como o processo de urbanização formaram o foco das preocupações nos primórdios da República. A burguesia temia que o ócio fosse uma ameaça na pós-abolição. Aliando crescimento urbano com atraso agrícola, surgiram medidas paliativas que traziam uma formação às crianças consideradas incivilizadas: o estabelecimento de escolas que educassem e ao mesmo tempo formassem um bom e obediente trabalhador republicano, defensor dos ideais da Pátria.

Os métodos de fazer o “moderno” diferenciavam o direcionamento quanto às classes sociais, focando o ensino primário aos mais pobres e o ensino superior aos mais ricos. Em se tratando de ensino agrícola, a forma encontrada foi o esclarecimento do homem do campo, considerado inculto e atrasado, o “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato.

A ideologia positivista permeou esses debates. O Estado deveria controlar e incentivar o progresso do país através da implantação de instituições, sendo a educação e o estabelecimento de escolas uma forte premissa desse ideal. A *ordem e o progresso* faziam parte das políticas implantadas nessas instituições, com seus ideais de civismo e ensinamentos de moral, bons costumes e, sobretudo, de amor à Pátria.

A cidade de Pelotas sediou a primeira Escola de Ensino Agrícola e Veterinário de nível superior do RS, direcionada à elite da cidade. Quanto aos pobres, várias foram as instituições a eles destinadas, porém todas com base no ensino primário, como ocorre até hoje no Brasil. Os cargos diretivos, ou seja, a parte intelectual era encarregada àqueles que possuíam prestígio e

posição social elevada. Poucos eram os que chegavam a obter cursos de nível superior. No entanto, nos regulamentos dos Patronatos, eram a eles destinado o cargo de direção, aos Agrônomos ou aos Engenheiros Agrônomos.

Em Pelotas, representantes políticos locais como Ildefonso Simões Lopes (Ministro do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio) e Álvaro Simões Lopes (diretor do Patronato de Pelotas e Inspetor dos Patronatos Agrícolas), além do intendente Pedro Luis Osório, foram figuras públicas que contribuíram para a formação e instalação do PAVG.

Sobretudo, não se nega essas influências pessoais, pois elas existiam e eram consideráveis no início do século XX. Também foram notáveis no Brasil os discursos que preconizavam o ensino agrícola aos órfãos, bem como a preocupação com medidas higiênicas preventivas de doenças a partir do ingresso na instituição escolar, havendo inclusive um médico específico no PAVG para atender aos alunos.

Quanto às práticas educativas, o Patronato foi uma instituição tão voltada para a formação agrícola quanto para a formação cívica. O método de ensino utilizado foi o primário e intuitivo. Esse método pretendia que o aluno obtivesse o conhecimento básico e voltado para o aprendizado de forma prática, pois o objetivo maior da formação daquele aluno era sair habilitado ao trabalho. Assim, revela o caráter do ensino que era destinado à parcela pobre da população e amplamente difundido por escritores e políticos como Arthur Torres Filho, que abertamente proclamava uma diferenciação no ensino, de acordo com as classes sociais. Assim, o livro “Lição das Coisas”, utilizado nessa instituição, é um exemplo do método direcionado ao homem do campo, ou seja, aprender a fazer fazendo.

O aprendizado através desse método era também uma maneira de segregação dos mais fracos e com mais dificuldades. As turmas eram separadas por nível de conhecimento, acarretando em diferenciação e evidência dentro da instituição escolar quanto aos “melhores e piores”. Os exames realizados eram publicados nos jornais provavelmente com a finalidade de evidenciar tais práticas, estimulando a competição e a superação individual.

Essa prática promovia a instituição na sociedade local, através da divulgação tanto dos nomes dos alunos quanto dos nomes da elite local. No

entanto, evidenciou-se que a escola destinava uma verba para publicações jornalísticas.

Os alunos do Patronato foram uma comprovação desses discursos. Tinham aulas teóricas pelo período de 2 horas por dia e no restante, aulas práticas agrícolas e aulas de Educação Física. Não poucos foram os alunos formados nas turmas de escotismo, atividade que ia ao encontro dos anseios civilizatórios destinados às classes sociais pobres inculcando hábitos de um cidadão defensor da Pátria, forte, robusto, corajoso e preparado para o trabalho árduo do campo. A Ginástica Sueca também era voltada para esses ideais, assim como as aulas de esgrima. Todas essas práticas buscavam a formação de sujeitos saudáveis e mantenedores da própria instituição, que no seu regulamento tinha por objetivo a autossustentação através do trabalho dos alunos.

Havia médico, dentista à disposição na instituição e os alunos seguidamente procuravam a enfermaria para fazerem curativos, provavelmente necessários em função da excessiva carga de trabalho a eles destinada. Esses profissionais, além de ajudarem na manutenção da boa saúde dos alunos, exerceram o controle através das normas de conduta moral e formação de um corpo saudável e útil.

Apesar de haver consciência quanto à necessidade de saneamento dentro da instituição, muitas vezes ela esbarrou nas dificuldades devido à falta de verbas por parte do governo federal, o que foi prejudicial na manutenção da saúde dos alunos, visto que as deficiências no abastecimento de água, nos esgotos e na iluminação prejudicaram os estudos e acarretaram no surgimento de doenças.

O dia a dia do aluno desse educandário era permeado pelo trabalho agrícola e agrário, pela participação na limpeza do seu próprio ambiente e pela ajuda no preparo da alimentação diária. O estudo era praticado até mesmo durante o turno da noite e poucas eram as horas em que os alunos podiam dedicar-se ao lazer.

No que tange ao perfil do aluno do PAVG, não foram atendidos de forma integral os objetivos propostos: formar mão de obra para o campo e *regenerar* a infância pobre e os órfãos. Quanto à formação de “braços para a agricultura e fomento da modernização agrícola” vê-se que muitos alunos não chegavam a

atingir essa formação e precisavam sair da Instituição, principalmente por necessidade em trabalhar e ajudar suas mães visto serem a maioria órfãos de pai. Ainda assim, uma parcela dos alunos da escola ali ficou pelo período de até 8 anos, porém esses não eram a maioria.

Como se viu, segundo o regulamento dos patronatos, a formação profissional para o trabalho agrícola só seria atingida depois que o discente passasse pelo ensino primário, composto dos cursos elementares, médio e complementar. Contudo, essas instituições mantinham um grau considerável de atividades de formação, voltadas para a adaptação das crianças às normas civilizatórias pregadas pela sociedade de então. O currículo analisado mostra que o ensino primário escolar era direcionado para fundamentos básicos de escrita e cultura agrícola, que só seria aprofundada no ensino profissional, ensino esse que não havia no Patronato.

A valorização do processo civilizador do aluno era notável no currículo dessa Instituição, o que pode ter levado à evasão de muitos alunos da escola. Essa evasão leva ao seguinte questionamento — se o aluno pobre e órfão não se adequasse ao ensino voltado para o trabalho no campo ou à rígida disciplina escolar, o que fazer? Talvez a evasão não fosse a única solução, mas sim e também a repetência, o que leva a entenderem-se os pareceres anexos às fichas dos alunos: “caráter revelado no último ano - sofrível, péssimo, ruim”.

Ainda leva-se em consideração o fato de que o perfil do aluno dessa Instituição era predominantemente de meninos brancos, pobres e órfãos, embora houvesse um forte percentual de alunos negros e *mestiços*. Entende-se que esse fato era o retrato de uma sociedade classista, machista e elitizada.

Ressalta-se que, em relação aos demais Patronatos do Brasil, o de Pelotas foi dos que mais recebeu alunos internos e por isso mais obteve incentivos para o seu funcionamento. Para acolher os alunos, a Instituição deveria possuir recursos e ter condições suficientes para mantê-los. Ao que tudo indica houve, nesse sentido, importante participação do governo municipal e atuação de beneméritos. Salienta-se que era praxe, desde o século XIX, que membros da elite econômica da cidade criassem e mantivessem instituições como escolas, hospitais, asilos, além da Biblioteca Pública de Pelotas.

Sabe-se que os alunos não adquiriram a total formação a eles destinada, mostrando que as reivindicações para o ensino rural, discutidas no século XIX

e aprofundadas no século XX, não foram totalmente contempladas na região Sul do RS, pois muitos alunos deixavam a instituição sem completar os estudos para dirigir-se ao trabalho e à manutenção familiar. Da mesma forma, considerável parcela dos pobres foram excluídos do PAVG por não terem acesso ao processo burocrático que envolvia seu ingresso. Assim, muitos “órfãos e desvalidos da sorte” não chegavam sequer a ter chance de ingressarem em uma instituição que se propunha a acolhê-los e regenerá-los.

REFERÊNCIAS

Livros, teses, dissertações e artigos

ALONSO, J. BENETTI, M. BANDEIRA, P. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas.** Porto Alegre: FEE, 1994.

ALMEIDA, Sílvia Maria Leite de. **Memória, documento e arquivo: apontamentos para uma história das instituições educativas.** In: Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade. V.1, N. 1 (jan/jun-1992). Salvador: UNEB, 1992. P. 21 a 31.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados X Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na cidade de Pelotas. (Décadas de 1930 a 1960).** Tese de Doutorado em Educação defendida na UFRGS em 2003.

AMARAL, Giana Lange do. **Gymnásio Pelotense e a maçonaria: Uma Face da História da Educação em Pelotas.** Ed. Seiva Publicações. 2ª Ed. 2005.

AMARAL, Giana Lange do. **Uso da fotografia no estudo da história/memória de duas instituições educacionais de Pelotas: os Colégios Gonzaga e Pelotense.** ASPHE, Gramado, de 29 e 30 de agosto de 2002. pg. 45 à 54.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética.** Editora Record. 53ª ed. 2004.

ANTUNEZ, José Leonel da Luz. **CAVG: História de um Patronato.** Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1996.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. **A psicologia da Educação e a construção da subjetividade feminina (Minas Gerais 1920-1960).** In: Histórias da Educação: histórias de escolarização. Gouvêa, Maria Cristina Soares de; Vago, Tarcísio Mauro (orgs.) Belo Horizonte, Edições Horta Grande, 2004. pg. 117 à 134.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Espelho de papel: A imprensa e a história da educação.** In: JUNIOR, D.G. & JOSÉ, C.S.A.(orgs.) Novos temas em História da Educação Brasileira. Campinas: São Paulo. Ed. Autores Associados. 2002.

_____; CATANI, Denice Bárbara (orgs). **Educação em Revista – A imprensa Periódica e a História da Educação.** São Paulo: Escrituras, 1997.

BUFFA, E. & Paolo, N. **Schola Mater (1911-1933). A antiga escola normal de São Carlos.** São Carlos: Ed. UFSCar. 1996.

BUFFA, Ester. **História e Filosofia das Instituições Escolares.** In: SOUZA, J. C. & GATTI JUNIOR, D. (orgs). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa.* Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BOEIRA, Daniel Alves. **O mundo infanto-juvenil e as relações de gênero: olhares ampliados.** Simpósios Temáticos 08. PPGHST/UFSC.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

CAJAZEIRAS, Jorge E. R. BARBIERI, José Carlos & SILVA, Dirceu da. **Estudo da sustentabilidade regional da produção industrial de eucalipto e seus impactos em sua região de influência.** In: *Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.1, n.2, p. 18-33, 2007.*

CALDEIRA, Clóvis. **Menores no meio Rural** (Trabalho e Escolarização). Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Ministério da Educação e Cultura, 1960.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **Coisas velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958).** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARVALHO, Mario Teixeira. **Nobiliário sul-riograndense.** Livraria do Globo, Porto Alegre, 1937.

CHARLOT, Bernard. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber.** *Revista Brasileira de Educação.* V.11. n. 31 jan./abr. 2006.

CARTROGA, Fernando. **Memória e História.** In: Pesavento, Sandra. *Fronteiras do milênio.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michel. **A operação histórica.** In: Lê Goff e Nora, Pierre. (orgs.) *História: Novos problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

COELHO, L. F. **A Ginástica Sueca.** Livraria Magalhães e Muniz. Portugal: Editora Porto, 1907.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967).** Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Sergipe no ano de 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro. Edições Graal, 2ª edição, 1983.

COSTA, N.R. **Estado, Educação e Saúde: A higiene da vida cotidiana.** In: Caderno do Cedes. Ed. Cortez, N.4, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Editora Unesp, Brasília, df: flacso, 2000.

_____. **O Ensino de Ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

DAMASCENO, Maria N. & BESERA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas.** In: Educação e Pesquisa. São Paulo, V. 30, nº1, p. 73-89, jan/abr. 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador.** Vol. 1: Uma história dos costumes. RJ: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A instrução elementar no século XIX.** In: LOPES, Eliane marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª Ed. p. 135 a 150.

FARIA FILHO, L.M. et. al. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa. São Paulo. v. 30. n. 1. jan/abr.2004. p. 139-159.

FLECK, E.C.D. & KORNDORFER A.P. **Infância, Violência Urbana e Saúde Pública.** In: GOLIN, T. & BOEIRA, N. (orgs.). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 t. 2.

FISCHER, Beatriz Daudt. **Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais.** In: Revista História da Educação/ASPHE. FAE/UFPEL. Nº 1. Abril de 1997. Pelotas: Editora da UFPEL p. 5 a 20.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Edições Graal. 25ª Edição. 2008.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis. Ed.Vozes: 20ª ed. 1999.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 16ª ed. 2005.

GARCIA, Tânia Elisa Morales. **Uma história em cena construindo a identidade de seus atores: O Curso de Ciências Domésticas da UFPEL (1960-1997).** Tese de Doutorado defendida na UFRGS em 2001.

GILL, Lorena Almeida. **O Mal do Século: Tuberculose, Tuberculosos e Políticas de Saúde em Pelotas (RS) 1890-1930**. Editora Educat, 2007.

GONDRA, J. & Garcia, I. **A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”**: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. Revista Brasileira de Educação: nº 26: Rio de Janeiro. Maio/Agosto de 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **Entre o cura e o médico: Higiene, Docência e Escolarização no Brasil Imperial**. In: História da Educação/ASPHE. FAE/UFPel. Nº 22. Maio/Agosto de 2007. Pelotas: ASPHE – Quadrimestral. P. 183 a 204.

_____. **Medicina, Higiene e Educação Escolar**. In: LOPES, E.M.T. et. al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª Ed.

GRACIOSO, Francisco. **Propaganda Institucional: nova armada estratégica da empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

HEINZ, Flávio (Org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **A questão da representação política na primeira república**. Caderno CRH, 2008, vol.21, n. 52.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**. Leituras. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. 2.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

JINZENJI, Mônica Yumi. **A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)**. In: Histórias da Educação: histórias de escolarização. Gouvêa, Maria Cristina Soares de; Vago, Tarcísio Mauro (orgs.) Belo Horizonte, Edições Horta Grande, 2004. pg 53 à 64.

KOLLER, Cláudio Adalberto. **A perspectiva histórica da criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e a sua relação com o modelo agrícola convencional**. Dissertação de Mestrado. UFSC: 2003.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F. A. **Marketing Estratégico para Instituições Educacionais**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1994.

KÜHN, Fábio. **Breve História do RS**. 3ª Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A ilustre pelotense: Tradição e Modernidade em Conflito. Um Estudo Histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização.** Dissertação de Mestrado defendida na UFRGS, 1990.

LONER, Beatriz Ana & GARCIA, Sonia Tavares. **Instrumento de Trabalho (Relação dos jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense.** In: História em Revista. Dossiê Historiografia. Vol. 6. Dezembro de 2000.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários em Pelotas e Rio Grande (1888-1930).** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Tendências Teórico- Metodológicas de pesquisa em História da Educação.** Série Documental: Eventos, n.5, maio/1994.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKI, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 até 153.

LUCENA, Maria de Lourdes Almeida e Silva; Lucena Carlos. **O Classificado de Jornal como Fonte de Pesquisa: Contribuições Teórico- Metodológicas da Linguística à História da Educação.** Revista HISTEDBR ON-LINE, n. 15, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revis.html>. Acesso em: 25 març. de 2009.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel.1883-1983.** Pelotas: Ed. Da Universidade Federal de Pelotas, 1983.

MAGALHÃES, Justino. **Breve apontamento para a história das instituições educativas.** In SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval & LOMBARDI, José Claudinei. (Orgs.). História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 1999.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MEIRELES, Ceres Mari da Silva. **Educação Profissional: Uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998).** Dissertação de Mestrado apresentada na UFPEL, 2003.

_____. **Escola de Artes e Oficinas de Pelotas: a longa espera dos “desfavorecidos da fortuna”.** ASPHE, Gramado, de 29 e 30 de agosto de 2002. pg. 249 à 258.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos.** Niterói: Rio de Janeiro, FAPERJ, 2007.

_____, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1997.

_____, Sônia Regina de. **Agronomia e Poder no Brasil**, RJ, Vício de Leitura, 1999.

MONTEIRO, Maria Lúcia da Silva. **O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. CAVG e a formação para o trabalho no campo**. Tese de doutorado apresentada na UFRGS, 2007.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação**. In: Revista História da Educação. FaE/UFPEL. N.6. Outubro de 1999-Pelotas: Editora da UFPEL. P. 69-77.

MORENO, Andrea. **O Rio de Janeiro e o Corpo do Homem Fluminense: O “Não-Lugar” da Ginástica Sueca**. Revista Brasileira de Ciências dos Esportes. Campinas, vol. 25. n. 1, p. 55-68, set. 2003.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Problemas de método nos estudos sobre o ensino agrícola e o processo civilizador**. Artigo em PDF: <http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais8>.

_____. **Memórias do Aprendizado. 80 anos do ensino agrícola em Sergipe**. Edições Catavento, 2004.

NASCIMENTO, M. I. M; SANDANO, W; LOMBARDI, J.C. & SAVIANI, D.(orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados. 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Ed. DP&A. 2ª ed. 2001.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **Práticas Escolares em Revista: o Escotismo**. In: XXII Simpósio Nacional de História – Anpuh, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, Anpuh, 2003.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Sergipe. 2008.

NEVES, HELENA DE ARAUJO. **A “Alma do Negócio”: Aspéctos da Educação em Pelotas-RS na Propaganda Institucional (1875-1910)**. Dissertação de Mestrado em Educação, FaE/UFPEL. Pelotas, 2007.

NÓVOA, António. **Para uma análise das instituições escolares**. In: Nóvoa, António (org.). **As Organizações Escolares em Análise**. Ed. Dom Quixote: 1992. p. 13-42.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares.** In: Revista Projeto História, PUC-SP. 1993.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. C. **Historiografia da Educação e Fontes.** IN: Cadernos da Anped, n. 5, setembro de 1993.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **A educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928).** Dissertação de Mestrado em Educação FaE/ UFPel. Pelotas, 2005.

OLIVEIRA, M. A. M. TAMBARA, E. AMARAL, G. L. do. **As fotografias do arquivo do grupo escolar Dr. Joaquim Assumpção: imagens de práticas escolares no grupo escolar modelo do governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928), Pelotas, Rio Grande do Sul.** In: Revista HISTEDBR *On-line*, Campinas, n.34, p. 19-36, jun. 2009,

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: Os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República.** Bragança Paulista, 2003.

_____. **Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil Republicano (1889-1930).** História da Educação/ASPHE. FAE/UFPel. Nº 15. Abril de 2004. Pelotas: ASPHE – Semestral. P. 129 a 142.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa. **De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE da UFPA no ano de 2007.

OSÓRIO, Luis Fernando. **A cidade de Pelotas.** 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

PANDINI, Sílvia. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: “Viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928).** Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PERES, Eliane. **Templo de Luz. Os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense.** Pelotas, Seiva Publicações, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS-1989-1930).** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1988.

_____. **O cotidiano da República: elite e povo na virada do século.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 3ª ed. 1995.

_____. **História e História Cultural.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTEL, Fortunato. **O Rio Grande do Sul e suas riquezas**. 1950.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?** In: Educar em Revista. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, N.18, julho a dezembro de 1999. p. 13 à 29.

RESENDE, Fernanda Mendes. **Divulgação do método de ensino intuitivo nas primeiras décadas republicanas: disciplina escolar ou método de ensino?** In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Realizado na cidade de Natal, de 3 a 6 de Nov. de 2002.

RODRIGUES, Sílvia Flávia & LIMA, Ana Laura Godinho. **Instituições de Assistência à Infância no Brasil nas décadas de 1880-1960: Um estudo da Legislação Federal**. In: Anais do II Congresso da SBHE, realizado de 3 a 6 de novembro em Natal/RN, 2002. Eixo Temático Processos Educativos e Instâncias de Sociabilidade.

RODRÍGUEZ, Margarita Victória. **História e Memória: Contribuições dos estudos das Instituições Escolares para História da Educação**. In: Série-Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, nº 25 (junho de 2008). Campo Grande: UCDB, 1995. (p. 21 à 30).

ROMANELI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Ed. Vozes. 11ª ed. 1989.

ROSA JÚNIOR, Harry Carlos Oliveira. **Sociedade Musical União Democrata: A Trajetória e o Caráter Popular**. Pelotas: UFPEL, 2000. Monografia, Instituto de Ciências Humanas, UFPEL, 2000.

SANFELICE, José Luis. **Ponto de Vista - História das Instituições Escolares: Desafios Teóricos**. In: Série-Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, nº 25 (junho de 2008). p. 11 à 20.

SANTOS, Nadia Maria Weber. **Práticas de Saúde, Práticas de Vida**. In: GOLIN, T. & BOEIRA, N. (orgs.). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 t. 2.

STEPHANOU, Maria. **Governar ensinando a governar-se: Discurso Médico e Educação**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). Pesquisas em História da Educação: Perspectivas de Análise, Objetos e Fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. P. 153 à 168.

STEPHANOU, M. & BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol. III**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAVOIE, Philippe. **Criação e Reinvenção dos Liceus: 1802-1902**. In: História da Educação/ASPHE. FAE/UFPEL. Nº 22. Maio/Agosto de 2007. Pelotas:

ASPHE – Quadrimestral. P. 9 a 30. Tradução de Eduardo Arriada e Maria Helena Camara Bastos.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. **El Scautismo em la Educación Física Bonaerense. Argentina o acerca del buen encauzamiento varonil (1914-1916)**. In: Ver. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 29, n. 3, p. 155-171, maio 2008.

SCHWARTZMAN, Simon.(org.). **Tempos de Capanema**. Schwartzman, Simon. Bomeny, Helena Maria Bousquet. Costa, Vanda Maria Ribeiro. Ed. Paz e Terra. 2ª ed. 2000.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Método Intuitivo e Lição das Coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX**. In: Revista Online do Histedbr. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_autores.html. Acesso em 07/01/2010.

SILVA, Manoel Luiz da. **Reminiscências: capítulos da história do Patronato Agrícola**. Bananeiras, Paraíba. 1994.

SILVEIRA, Fernanda Rahal. **Proeja: Uma perspectiva inovadora no CAVG**. Artigo de especialização no CEFET de Pelotas, no ano de 2007.

SOARES, Paulo Roberto R. **Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX**. Revista em História, vol. 7. p. 65 à 91. Dezembro / 2001.

TAMBARA, Elomar. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. 2ª Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

_____. **Positivismo e Educação. (A instrução pública no RS sob o Castilhismo)**. Ed. Universitária. UFPel, 1995.

_____. **Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul-versão preliminar-**. Pelotas: Ed. Universitária. Seiva, 2000.

TAMBARA, Elomar & ARRIADA, Eduardo. **Civismo e Educação na primeira república – João Simões Lo-pes Neto**. História da Educação. V. 13, n. 27, jan./abr. 2009. p. 279-292.

TORRES FILHO, Arthur. **O Ensino Agrícola no Brasil (Seu estado actual e a necessidade de sua reforma)**. Imprensa Nacional, RJ, 1926.

VALDEMARIM, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas**. Autores Associados. 1ª Ed. 2004.

VECHIA, Ariclê. **O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs). Histórias e memórias da Educação no Brasil, vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 78 a 90.

VICENTE, Magda de Abreu. **O trabalho como forma de manutenção da ordem burguesa em Pelotas na virada do século XIX.** Monografia UFPel/2003.p.17.

WEBER, Beatriz Teixeira. **O RS na República Velha.** In: Quevedo, Júlio (org.). O Rio Grande do Sul-4 séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. p.289 a 311.

_____. **Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, 1999.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **A cidade como fator de diferenciação da rede escolar: do período Imperial à primeira República.** In: Revista História da Educação/ASPHE. FAE/UFPel. Nº 1. Abril de 1997. Pelotas: Editora da UFPel - Semestral. p. 91 à 97.

_____. **História das Instituições Escolares: do que se fala?** Texto apresentado na mesa-redonda Fontes e história das instituições escolares, realizada na II Jornada do HISTEDBR - Região Sul- 8 a 11 de outubro de 2002.

_____. **Identidade Institucional: papel dos gestores na preservação da história institucional: papel dos gestores na preservação da história institucional.** In: Anais do VII Encontro da ASPHE. Pelotas: 3 e 4 de maio de 2001.

_____. **Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: contexto e funcionamento.** In: _____, Flávia Obino Corrêa (org.). Educação Rural em Perspectiva Internacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. P. 155-196

WORTMANN, Maria Lucia Castagna. **Localizando o ensino das ciências na instrução escolar do Rio Grande do Sul.** IN: Episteme, Porto Alegre, n.9, p. 81-99, jul./dez. 1999.

ZARTH, Paulo Afonso. **Entre a Tradição e a Inovação: as Primeiras Instituições de Ensino e Tecnologia para o Campo no Rio Grande do Sul.** In: Werle, Flávia Obino Corrêa (org.). Educação Rural em Perspectiva Internacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. P. 131-154.

_____. **A construção de instituições de difusão tecnológica para o campo no Rio Grande do Sul.** In: IV Congresso Brasileiro

de História da Educação, 2006, Goiânia. A educação e seus sujeitos na história: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. p. 1- 10.

Jornais e Periódicos

DIÁRIO POPULAR (1920 – 1934)

OPINIÃO PÚBLICA (1923)

O REBATE (1923)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1929)

Relatórios

Relatório Anual, 1924. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1925. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1926. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1927. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1928. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1929. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1930. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1931. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1932. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1933. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Relatório Anual, 1934. PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA.

Almanaques e Outros

Almanaque de Pelotas, de Florentino Paradedda, de 1913 a 1932.

Almanaque do Correio do Povo, Porto Alegre, 1919, 1924 e 1930.

SENSO 1920. Disponível em <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em 14 de outubro de 2009.

Leis e Decretos

BRASIL. Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. Dispõe sobre a instalação dos Patronatos no Brasil. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1918

BRASIL. Decreto de nº 13.706, de 25 de julho de 1919. Dispõe sobre o Regulamento dos Patronatos Agrícolas. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1919

BRASIL. Decreto Nº 15.102, de 9 de novembro de 1921. Dispõe sobre a do Patronato Agrícola Visconde da Graça. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1921

ANEXOS 1: RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO PATRONATO E CARGOS EXERCIDOS

FUNCIONÁRIOS	DISCIPLINA	ANO INICIAL
Carlos Eulálio Lopes	Curso Primário (Noções de Leitura e Aritmética)	1924
Auxiliar Agrônomo Jayme Soares de Oliveira	Lecionou curso prático e depois aulas	1924
Tristão Dias de Borba	Mestre da Oficina de Carpinteiro	1924
Juvêncio Rodrigues de Candia	Mestre da Oficina de Carpinteiro	1926
Normélio Francisco Cerqueira	Mestre da Oficina de Ferraria	1924
Guilherme Dilli	Mestre da Oficina de Seleiro	1924
Francisco Gomes de Pinho	Mestre da Oficina de Seleiro	1926
Virgílio Carneiro Leão Filho	Professor	Dezembro de 1925, 1926,1927
Octavio de Oliveira Lucena	Instrutor também de Escotismo	1925,1926,1927,1928
Raul Paradedá	Novo Instrutor de Escotismo	Junho de 1929
Joaquim Antônio Cordovil Maurity Sobrinho	Professor	Fevereiro a Agosto de 1925
Flordoaldo Santos	Inspetor de Alunos	1925
Paulo Gastal	Cirurgião Dentista	1924-27
João Antônio Gonçalo	Porteiro e secretário do Almojarifado	1924/1925/1926/1927
Leônidas Borges de Oliveira	Oficial do Exército e professor	1924
João Paranhos da	Secretário e Oficial	1923

Costa		
Julio Evangelista da Silva	Instrutor e Professor	1924
Antônio Carlos Petra de Barros	Professor	1924
Octacílio Guterres	Médico do Serviço de Indústria Pastoril	1926
Alcides Martins Magalhães	Professor Primário	1927
Alvaro da Silveira Barcellos	Médico	1928
Aristides Rocha	Ex-inspetor e Professor em 1926	192?
Adamastor Rodrigues de Souza	Professor transferido do Patronato Casa dos Ottoni	1928 (abril a outubro)
Alvim Lopes Prietto	Professor Cirurgião Dentista	Dez 1928
Lúcio da Silva	Mestre da Banda de Música	1928/1929
Thomaz Simmondz	Escriturário	1929
Francisco Botelho Souza	Porteiro-Contínuo	
Manoel Oliveira	Trabalhador Rural	1929
Euclides Pereira e Alvaro Martins	Pedreiros	1929
Francisco Zibetti	Carpinteiro	1929
Celestino Braga e João R. Candia	Serventes	1929
João Ferreira Lopes	Auxiliar Agrônomo	1931

ANEXO 2: Passeios e Excursões feitos pelos alunos do Patronato:

Destino	Modo	Ano	OBS
Visita a Exposição de Avicultura			Exemplares de Raças e Aves Domésticas. Acompanhamento do Auxiliar Agrônomo.
Primeiro passeio feito à cidade		1924	
Visita as Exposições de Pecuária e Avicultura		1926	As visitas foram acompanhadas pelo auxiliar agrônomo
Visita aos Pavilhões da Exposição Agrícola Pastori.		1927	
Inauguração da Exposição de Avicultura e Pecuária. Visita as grandes lavouras perto do Patronato.	As visitas as lavouras foram feitas a pé.	1928	Acompanhados de Jayme Soares de Oliveira
Visita a Exposição Avícola e ao Quartel do 9º Regimento de Infantaria		1929	Acompanhados pelo instrutor Raul Paradedda
Assistiu ao Circo de Cavalinhos		1929	Raul Paradedda

“Sul Americano” e foi a Festa Esportiva organizada pela Liga Pelotense Amadores de Esportes			
Festival da Sociedade Beneficente União Typográfica Gutemberg(Teatro Apollo)/Asylo de Mendigos		1929	Escoteiros e Banda de Música
Visita à cidade de Rio Grande/RS.	2 vezes no ano	1931	
Acampamento na praia do Laranjal, cidade de Pelotas/RS	Os alunos percorreram 18k a pé	Março e Outubro de 1931	
Excursão ao Areal	Escoteiros	Março/1931	Participar de competição esportiva
Excursão até o Monte Bonito/3º distrito de Pelotas	Escoteiros(percurso de 19k feito a pé)	Agosto de 1931	
Acampamento no Retiro, margens do Arroio Pelotas		Dezembro de 1931	

ANEXO 3: Fotos da Organização do Acervo do Patronato

Figura 18: Espaço onde estava guardado o acervo escolar. No final de 2009 o prédio foi demolido. Fonte: Acervo pessoal da autora



Figura 19: Processo de organização do acervo em 2008. Pelas fotos pode-se perceber a precariedade do espaço e as condições em que estava disposto. Fonte: Acervo pessoal da autora



Figura 20: Organizando o Acervo do PAVG no inverno de 2008